

(Ondas longas) Belém

diariamente, às 18,30, o programa da borracha nas seguintes emissoras:
RÁDIO NACIONAL (Ondas curtas) Rio de Janeiro • RÁDIO DIFUSORA (Ondas curtas) São Paulo • RÁDIO INCONFIDÊNCIA (Ondas longas) B. Horizonte • RÁDIO SOCIEDADE DA BAÍA (Ondas longas) Salvador • RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO (Ondas curtas e longas) Recife • RÁDIO EDUCADORA DE NATAL (Ondas longas) Natal • CEARÁ RÁDIO CLUBE (Ondas curtas e longas) Fortaleza • RÁDIO CLUBE DO PARÁ (Ondas longas) Belém.

*é obra
patriótica*



MÊS NACIONAL DA BORRACHA

LEIRU

importantíssimas cabem aos que ficam à retaguarda.
Trabalhador: os nossos Aliados, que já se encontram em combate, os nossos irmãos, que lutam, nos mares e nos mares, precisam, seriamente, esforço de produção! E para...

DE FLAGELADOS DA SECA A SOLDADOS DA BORRACHA:

...seguir mais borracha, a borracha que o Brasil possui, em reservas astronômicas, mas que, agora, devemos extrair! Devemos colher o "latex" que corre nos troncos, não só das Seringueiras, mas das Maniçobas e Mangabeiras, espalhadas por várias regiões do território nacional.

E FORTALECE A ECONOMIA PARTICULAR

Na guerra total, em que estamos defendendo a nossa honra e liberdade ultrajadas, as decisões não dependem, apenas, da luta nas frentes. Hoje, tudo e todos são mobilizados e tarefas importantíssimas cabem aos que ficam à retaguarda.



SERTANEJOS POTIGUARES NOS SERTÕES AMAZÔNICOS (1942-1946)

NA
PREFEITURA
LOCAL

TUYLLA RAYANE T. DA CUNHA

diariamente, às 18,30, o programa da borracha nas seguintes emissoras:
RÁDIO NACIONAL (Ondas curtas) Rio de Janeiro • RÁDIO DIFUSORA (Ondas curtas) São Paulo • RÁDIO INCONFIDÊNCIA (Ondas longas) B. Horizonte • RÁDIO SOCIEDADE DA BAÍA (Ondas longas) Salvador • RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO (Ondas curtas e longas) Recife • RÁDIO EDUCADORA DE NATAL (Ondas longas) Natal •

**DE FLAGELADOS DA SECA
A SOLDADOS DA BORRACHA:**

**SERTANEJOS POTIGUARES
NOS SERTÕES AMAZÔNICOS**

(1942-1946)

TUYLLA RAYANE T. DA CUNHA

UERN

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Diagramação

Isabelly Thyanne de Sousa Silva



Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Cunha, Tuylla Rayane T. da.

De Flagelados da Seca a Soldados da Borracha [recurso eletrônico]: sertanejos potiguaros nos sertões amazônicos (1942-1946). / Tuylla Rayane T. da Cunha. - Mossoró, RN: Edições UERN: 2022.

133 p.

ISBN: 978-85-7621-343-7

1. História. 2. Flagelados da Seca – (1942-1946). 3. Sertanejos potiguaros - Sertões amazônicos – (1942-1946). I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 981.32

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

Editora Filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora

por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, Ufersa e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

**Governadora do
Rio Grande do Norte.**

PARCERIA PELO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Maria Lúcia Pessoa
Sampaio Maria Leite*

**Diretora-Presidente
da FAPERN**



Cecília Raquel

Presidente da FUERN

BORRACHA

APRESENTAÇÃO

9

INTRODUÇÃO

10

CAPÍTULO 1

A SECA DE 1942, O CENÁRIO POLÍTICO E A CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS NO SERTÃO POTIGUAR

20

1.1 O Sertão das Secas

20

1.2 O Rio Grande do Norte no cenário do Estado Novo

32

1.3 Os Sertões Potiguares e a Seca de 1942

37

CAPÍTULO 2

A PROPAGANDA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA A CAMPANHA DA BORRACHA

54

2.1 O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)

54

2.2 Pontos e pousos do SEMTA no Rio Grande do Norte e em outras localidades

59

2.3 A propaganda da Batalha da Borracha na imprensa potiguar e acreana, e nos cartazes do SEMTA

67

CAPÍTULO 3

SERTÕES E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, SONHOS E DESILUSÕES

84

3.1 Sertões da Amazônia

84

3.2 Uma terra em transformação: o Acre pelas páginas do jornal O Acre

93

3.3 Entre a propaganda e a realidade: condições de vida e de trabalho nos seringais

101

3.4 Irregularidades, descaso, abandono: a CPI da Batalha da Borracha

108

ENTRE SECAS, PROMESSAS E MIGRAÇÕES: A SAGA DOS SOLDADOS DA BORRACHA

120

FONTES

123

REFERÊNCIAS

128

APRESENTAÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, eclodida em 1939, alterou a correlação de forças entre as grandes potências e impactou em novas demandas econômicas, inclusive da indústria bélica. O Brasil administrado por Getúlio Vargas, desde 1930, vivia sob a égide de um governo autoritário e centralizado, desde 1937, com a decretação do Estado Novo. Um dos principais interesses do governo brasileiro era a implantação da indústria de base, representada pela Companhia Siderúrgica Nacional. Para isso, diversas negociações foram travadas até a assinatura entre o Brasil e os Estados Unidos dos chamados *Acordos de Washington*, em 1942. Naquele contexto, os Estados Unidos já haviam entrado na guerra e desejam novos aliados, mas também o fornecimento de matérias primas estratégicas, fundamentais para a sua indústria bélica em expansão. Uma desses produtos era o látex, extraído da seringueira, muito comum na Floresta Amazônica. A partir desse interesse, iniciou-se um processo que ficou conhecido como segundo ciclo da borracha. Para a exploração desse produto, o governo brasileiro criou a *Campanha da Borracha*, com toda uma estrutura administrativa e de propaganda, voltada para o processo migratório da população alvo, os sertanejos da área denominada de Nordeste. Objeto de muitos estudos acadêmicos ou memorialísticos, esse tema foi bastante explorado a partir da experiência dos migrantes do estado do Ceará e das experiências de vida dessas pessoas nos seringais amazônicos. Contudo, até então, não localizamos nenhum estudo que abordasse o Rio Grande do Norte. Nesse sentido, quero evidenciar a importância do trabalho ora apresentado, pela originalidade do tema, no que se refere a espacialidade estudada: os soldados da borracha do estado do Rio Grande do Norte. Defendida na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em História do CERES/UFRN, Mestrado com Área de Concentração em História dos Sertões, essa pesquisa constitui-se em uma importante contribuição para a historiografia norterriograndense. O trabalho está amparado em ampla pesquisa documental e bibliográfica, o que possibilitou que a autora perseguisse as pistas sobre: os sertanejos potiguares que migraram para a Amazônia, no contexto da chamada *Batalha da Borracha*; o cenário social e político em que se encontrava essa população; a utilização da propaganda como forma de convencimento para a migração; o incentivo governamental para a ocupação do que se chamava de “espaços vazios”; as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos seringais amazônicos, bem como a situação de abandono a que foram relegados após o fim da guerra. Por último, mas não menos importante, a autora realiza um esforço, ao longo do trabalho, de discutir o que eram os sertões nordestino e amazônico, na primeira metade da década de 1940, ancorada tanto nas suas fontes, quanto em ampla bibliografia que discute a categoria Sertões. A abordagem e a originalidade do tema foram destacadas pelos professores que compuseram a banca de defesa do trabalho, levando-os a recomendarem a sua publicação.

Convido-os à leitura!

JAILMA MARIA DE LIMA

INTRODUÇÃO

A população nordestina, ao longo de sua trajetória, foi marcada por intensos períodos de seca, que provocaram grandes dificuldades para inúmeras famílias sertanejas, e também por um leque de discursos que caracterizaram essa população como sendo pobre e flagelada.

De acordo com a interpretação de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011, 2012, 2019) sobre a construção discursiva e imagética acerca do Nordeste e do Sertão, a ideia de um Sertão Nordestino pobre e marcado unicamente pela seca e pela violência é resultado de um processo que teve suas origens ainda no século XIX, quando a Seca de 1877-1879 atingiu, além das populações de trabalhadores sertanejos, a elite econômica da região que, até então, chamava-se Norte do país.

Vivendo num contexto de enfraquecimento econômico e de alijamento do cenário político nacional, em virtude da ascensão das elites do Sul (atual Sudeste e Sul), esses representantes políticos em decadência iniciaram uma série de reivindicações direcionadas ao governo central, usando como justificativa a seca que castigava as populações sertanejas. Essas reivindicações tinham como propósito conseguir investimentos que deveriam ser aplicados na realização de ações que socorressem as populações vítimas das secas, fazendo surgir a ideia de que aquela espacialidade era sinônimo de seca.

Além disso, as elites econômicas e políticas do então Sul, diante daquelas reivindicações e das cenas dos efeitos das secas que começaram a circular com maior rapidez, passaram então a se referir às populações sertanejas como sendo miseráveis, atrasadas e que viviam às custas da ajuda financeira proveniente do restante da Nação, sem nada oferecer em troca, numa tentativa também de destacar sua superioridade ante as populações das demais áreas do território brasileiro.

De maneira geral, o que o autor busca é explicar que essa construção discursiva e imagética acerca da população nordestina (caracterizada apenas pela seca, pela pobreza e por seus aspectos culturais considerados caricatos) invisibiliza outros aspectos dessa região, como, por exemplo, de que o Nordeste não é apenas seca e pobreza, mas é também uma espacialidade onde a modernidade e o desenvolvimento econômico, social e cultural se fazem presentes.

Apesar dos esforços justificáveis e esclarecedores para trazer à tona esse outro Sertão Nordestino – o Sertão da modernidade, do desenvolvimento e do conhecimento –, aquele que se faz presente nesta produção é o “Sertão da Seca”, uma vez que aborda um período que foi marcado por esse fenômeno climático que, mais uma vez, trouxe consequências devastadoras para inúmeras famílias sertanejas, fazendo-as repetir o mesmo roteiro de secas passadas, inclusive a migração.

Em pesquisa anterior, que resultou na monografia da Especialização em História dos Sertões, analisamos a participação de sertanejos potiguares na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e no Exército da Borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse trabalho, verificamos que um número considerável de nordestinos participou da Segunda Guerra como expedicionários ou como soldados da borracha, como resultado da campanha realizada para a formação dos exércitos que seriam enviados para os seus respectivos fronts, e que o ingresso dessas pessoas no Exército da Borracha, por exemplo, foi motivado pelas dificuldades decorrentes da Seca de 1942, que se abateu sobre alguns estados nordestinos.

Ao realizar levantamento bibliográfico para a monografia, percebemos a inexistência de produções sobre os efeitos da Seca de 1942 no Rio Grande do Norte. Esse aspecto é relevante por ser o fato que impulsionou o deslocamento de muitos potiguares para a Amazônia, com o objetivo de trabalhar na extração do látex para o esforço de guerra.

Assim, esta obra, resultado da dissertação de mestrado, tem como principal objetivo analisar a participação de sertanejos do Rio Grande do Norte no Exército da Borracha, e entender como aconteceu o processo de inserção desses trabalhadores naquele Exército. Para tanto, foi de suma importância conhecer o contexto em que aqueles sertanejos estavam inseridos para que houvesse a adesão de uma grande quantidade de trabalhadores à Batalha da Borracha. Da mesma forma, fez-se imprescindível analisar a participação dos Estados Unidos nesse processo, que, juntamente com a política de incentivo à migração colocada em prática pelo governo brasileiro, resultou no deslocamento de milhares de nordestinos para a Amazônia.

No decurso de construção dessa narrativa, foi possível perceber que vários foram os fatores que acabaram por incentivar a participação de sertanejos potiguares no Exército da Borracha. Um deles foi a Seca que atingiu boa parte dos municípios do Rio Grande do Norte em 1942. Naquele ano, a ausência de chuvas, de alimentos e de trabalho provocou diversos problemas para as famílias sertanejas. Mortes em decorrência da fome, deslocamento de grande número de pessoas para as zonas urbanas, inclusive para a capital, saques a feiras, migrações. Todos esses acontecimentos, que já haviam se repetido no passado e que novamente se fizeram presentes no cotidiano das populações atingidas pela Seca em 1942, fizeram com que as autoridades municipais e estaduais procurassem soluções, junto ao Governo Federal, para atender às necessidades das populações vítimas daquele flagelo. Muitas vezes, a solução apresentada pelo Governo Federal era a oferta de passagens e transporte para a Amazônia, o que não se mostrou diferente dessa vez.

Além da Seca de 1942 sobre os municípios potiguares, outro fator veio a incentivar o processo migratório de nordestinos para a Amazônia: o projeto de povoamento do Vale Amazônico. Tal projeto, que vinha tentando ser concretizado pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, tinha como objetivo promover a ocupação efetiva do Vale Amazônico, por meio da fixação definitiva de famílias e do desenvolvimento de atividades econômicas que

contribuíssem para engrandecimento da Nação. Além disso, o espaço amazônico era visto, até as primeiras décadas do século XX, como um espaço distante da civilização e desabitado, um espaço “vazio”, que precisava ser ocupado e explorado racionalmente para promover seu desenvolvimento e a sua integração ao restante da Nação.

Para concretizar essa ocupação, o presidente Vargas propôs, inclusive, que essa tarefa fosse realizada pelos nordestinos, já que estes, além de já terem um histórico de migração para a Amazônia em decorrência das secas em épocas passadas, teriam também a oportunidade de construir e usufruir de uma vida próspera e confortável naquela região de grande potencial econômico, diferentemente das condições de dificuldades impostas pelas secas nos Sertões Nordestinos. Dessa forma, a Amazônia passou a ser apresentada para a Nação e, principalmente, para os nordestinos, como o “Vale da Promissão”, o “Eldorado” brasileiro.

Por fim, outro fator que veio a desencadear esse processo migratório para a Amazônia na década de 40 foi a Segunda Guerra Mundial, com o ingresso do Brasil no conflito e os acordos estabelecidos entre o governo brasileiro e o governo norte- americano, os Acordos de Washington. Uma das prerrogativas estabelecidas nesses acordos dizia respeito ao fornecimento de látex para a indústria bélica norte- americana, oriunda dos seringais amazônicos. Para trabalhar na extração dessa matéria-prima, foi necessário convocar uma grande quantidade de trabalhadores, que veio a formar o que foi chamado de Exército da Borracha.

O recorte temporal desta produção é demarcado no período de 1942 a 1946. O ano de 1942 foi bastante emblemático. Naquele ano, ocorreu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o início da implementação da política pública de deslocamento populacional para a ocupação do Vale Amazônico, durante o Governo Vargas. Além disso, em 1942, ocorreu uma grande seca que atingiu o Sertão do Rio Grande do Norte, provocando um intenso deslocamento populacional para a capital do estado, Natal. O ano final do recorte temporal desta obra, 1946, foi marcado pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Batalha da Borracha, com o objetivo de averiguar as possíveis irregularidades cometidas contra os trabalhadores enviados para os seringais na Amazônia, pelos órgãos envolvidos na Campanha da Borracha.

O livro tem como delimitação espacial o Sertão Potiguar, uma vez que não há uma produção bibliográfica a respeito dos efeitos da seca de 1942 sobre os municípios do Rio Grande do Norte, nem sobre o desenvolvimento da Campanha da Borracha nessa espacialidade. Há também uma conexão entre o espaço sertanejo potiguar e a Amazônia, mais especificamente o território do Acre, pelo fato de que o destino dos soldados da borracha compreendia os seringais amazônicos, e muitos daqueles trabalhadores foram enviados para o território que hoje corresponde ao estado do Acre, de acordo com as informações obtidas através das fontes e bibliografia utilizadas para a construção deste trabalho.

O que o livro apresenta de novidade para a pesquisa historiográfica é o fato de apresentar, na medida do possível, as condições em que alguns municípios potiguares se encontravam durante

a seca de 1942, além de apresentar as medidas colocadas em prática pelas autoridades (a nível municipal, estadual e federal) para socorrer as populações sertanejas que foram fortemente prejudicadas por aquele evento climático. O livro também traz uma análise do desenvolvimento da campanha em prol do Exército da Borracha no Sertão Potiguar, de modo a demonstrar como se deu a recepção daquele projeto no meio jornalístico na época, e como foi o engajamento da população do interior do Rio Grande do Norte na Campanha da Borracha.

Nessa discussão, os principais conceitos que permeiam este trabalho são os de sertão, propaganda, política e migração. O conceito de sertão norteia a narrativa construída no primeiro capítulo. Nesta primeira parte, temos a discussão acerca da criação da ideia de que o sertão é um aspecto geográfico pertencente apenas à região Nordeste, e da associação que se fez entre sertão – Nordeste – seca, caracterizando, assim, o espaço sertanejo como o espaço das secas. Também no primeiro capítulo são apresentados exemplos de secas que aconteceram no Sertão Nordestino em diferentes épocas e, em especial, a de 1942 no Sertão Potiguar, que é o tema central da parte inicial desta produção. Temos ainda o contexto político em que o Brasil se encontrava quando sobreveio a seca no Rio Grande do Norte, revelando as ações por parte do presidente Getúlio Vargas e das autoridades potiguares (prefeitos e interventores) para ajudar a população flagelada.

O conceito de propaganda é a ênfase do segundo capítulo, por desencadear a discussão em torno do incentivo por parte do governo brasileiro na formação do Exército da Borracha, bem como por tornar a integração a esse exército uma ação patriótica, principalmente num contexto de expansão da ocupação do território nacional (no aspecto interno) e de beligerância (no aspecto externo). Vale também ressaltar que, nesse capítulo, discute-se a apropriação dos meios de comunicação pelos governos autoritários, uma vez que o recorte temporal deste trabalho está inserido no período do Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas, através de um golpe, garante sua permanência à frente do governo brasileiro, e estabelece a interferência estatal sobre os meios de comunicação e propaganda, o que também contribuirá para o desenvolvimento da Campanha da Borracha nos meios de comunicação, como os jornais.

O conceito de migração, por sua vez, é a chave do terceiro e último capítulo, já que trata do processo migratório incentivado pelo governo brasileiro com vistas ao projeto de ocupação e exploração do Vale Amazônico (espaço do território brasileiro tido, até então, como estando à margem do desenvolvimento econômico e da civilização, ou, de forma geral, à margem da vida da Nação) e à atividade extrativa do látex para o esforço de guerra.

Além disso, o conceito de política também pode ser aplicado à obra como um todo, pois o primeiro capítulo traz, em sua discussão, as ações políticas colocadas em prática para socorrer as populações do Sertão Potiguar que foram atingidas pela seca de 1942, enquanto que, no segundo capítulo, a propaganda em prol do esforço de guerra estava em consonância com os interesses políticos daquele período específico (Estado Novo). Já no terceiro capítulo, temos

a política de estado do Governo Vargas, voltada para a imigração, colocada em prática não apenas para a extração do látex destinado aos países aliados, mas também com o propósito de fixação das populações imigrantes (notadamente, nordestinas) na Região Amazônica.

Em consonância com esses conceitos, utilizamos bibliografias cujos autores inserem tais conceitos em suas discussões, como artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros. Autores como Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011, 2012, 2019) e Antonio Carlos Robert Moraes (2012) discutem o conceito de sertão e o imaginário construído quanto a essa espacialidade, considerada marcada pela seca e pelo atraso. Em diálogo com esse conceito de sertão marcado pelas secas, fizemos uso de bibliografias que abordam a temática das secas no Sertão Nordeste.

Uma dessas bibliografias foi de autoria de Paulo de Brito Guerra (1981, 1984), que escreveu acerca de diversas secas que atingiram o Nordeste do Brasil em diferentes momentos, além de discorrer sobre as condições de dificuldades em que parte das populações por elas atingida ficava. Juciene Batista Félix Andrade (2007) também discorre sobre momentos de seca, principalmente no Sertão do Rio Grande do Norte, com destaque para o município de Caicó, que, durante a seca de 1932, vivenciava um momento bastante específico de sua história (o processo de modernização ou a busca pela modernização), quando sua população foi atingida pela referida seca, provocando uma situação de calamidade para os flagelados que, naquele momento, estavam engajados na construção do açude público daquele município.

A construção daquele açude (o Itans), inclusive, encaixava-se nos projetos de obras públicas com vistas a atender às necessidades das populações que se encontravam em situação de miserabilidade em decorrência, dentre outros fatores, das secas que se manifestavam no Nordeste. Assim sendo, alguns trabalhos de autoria de Frederico de Castro Neves (1995, 2000, 2001, 2009) também apresentam a temática das secas e do assistencialismo através da realização de obras públicas, prática essa que também se fez presente na seca de 1942, evento que faz parte do repertório deste trabalho.

Para a discussão acerca da propaganda, o trabalho realizado por Maria Helena Rolim Capelato (2009) foi indispensável para entender a apropriação das emoções e do sentimento de patriotismo por parte dos governos autoritários, que se apropriam e utilizam da propaganda e dos meios de comunicação em geral para incutir na sociedade o sentimento de dever e de obediência aos ditames propagados pelos governantes. No caso desta produção, sua obra foi usada para entender a apropriação dos meios de comunicação pelo Governo Vargas (Estado Novo) como forma de convencer a população a participar do empreendimento de ocupação dos sertões ainda inexplorados (a exemplo dos Sertões Amazônicos e do oeste brasileiro, este através da Marcha para o Oeste) e integrar o Exército da Borracha, além de contribuir com o esforço de guerra de uma forma geral.

Sobre a discussão acerca do processo migratório para a Amazônia na década de 40, autores como Isabel Cristina Martins Guillen (1999), Maria Verônica Secreto (2007), Francisco Pereira Costa (2015) e Frederico de Castro Neves (2000, 2001) ajudaram a entender que essa prática ganhou força naquele período em virtude da proposta de ocupação do Vale Amazônico, com a finalidade, também, de deslocar um contingente populacional de uma região tida como palco de movimentos sociais (a exemplo dos saques em períodos de secas), para áreas de baixa densidade populacional, onde seriam oferecidas oportunidades de trabalho e terras para os trabalhadores nordestinos que, frequentemente, vivenciavam o drama provocado pelas secas no Nordeste brasileiro.

Também foi importante, no decorrer da construção dessa narrativa, entender em que condições ficaram os trabalhadores e suas famílias encaminhados para os seringais. Dessa forma, para a discussão em torno dos resultados da Batalha da Borracha, lançamos mão da produção de autores como Alcino Teixeira de Mello (1956), Pedro Martinello (2018), Francisco Pereira Costa (2015) e Isabel Cristina Martins Guillen (1999), tendo em vista que apresentam as condições em que realmente se desenvolveu a referida Batalha, além da situação em que ficaram os ex-soldados da borracha com o final da Segunda Guerra Mundial.

Esta obra apresenta uma abordagem que se insere na discussão da História Política, uma vez que o poder exercido pelas autoridades políticas, num contexto político específico, alterou de modo significativo o destino de uma parcela populacional, com vistas para a concretização de um projeto político nacional: o povoamento da Amazônia. Além disso, esse projeto acabou se voltando para uma determinada população (os nordestinos) justamente pelas pressões que ela exercia em determinados períodos. Dessa maneira, nota-se que o poder não emana apenas do Estado, mas também de grupos populacionais, cujas pressões têm a capacidade de alterar uma dinâmica política e social, pois, como nos explica José D'Assunção Barros,

‘Poder’ não seria apenas aquele que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes instituições. ‘Poder’ – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também em nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. (2012, p. 31-32).

No entanto, este livro não apresenta apenas uma abordagem da História Política, mas abrange, ainda, outra esfera de discussões, pois, como elucida René Remond,

O campo da história política irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações. Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. (2003, p. 444).

Dessa forma, concomitante à História Política, a presente obra também se insere na esfera da História Social, ao se voltar para um grupo específico da sociedade brasileira (os flagelados da seca que foram transformados em soldados da borracha) e analisar os reflexos de um projeto político sobre a vida desse grupo. Ademais, como bem explica Barros (2005), não é possível a existência de fatos políticos, econômicos ou sociais isolados, visto que os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente podem ser analisados sem se estabelecer uma conexão entre o Social e o Político, o que poderá, ainda, incluir uma outra abordagem, a Econômica.

No caso específico desta produção, a ênfase é direcionada aos sertanejos potiguares reduzidos à condição de flagelados em virtude das dificuldades provocadas pela seca de 1942, e que, através de seu deslocamento para as zonas urbanas, tornaram-se visíveis e incômodos, da mesma forma que eram considerados incômodos ao se rebelarem contra a condição de flagelados e reivindicar ações que garantissem mudanças em sua condição social. De acordo com Barros,

As revoluções e os processos de transformação social, conforme já observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do ‘protesto’ (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, como as greves) ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. (2005, p. 20).

Essas ações de massa, portanto, foram também as responsáveis pelas ações emergenciais no Sertão Potiguar, e pela transformação/elevação dos flagelados da seca a soldados da borracha, de homens miseráveis a heróicos trabalhadores em prol da Nação, numa clara demonstração de que o poder para provocar mudanças não se concentra apenas no Estado. O poder, na perspectiva de Barros, “apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores” (2012, p. 31-32).

Para a composição desta obra, utilizamos diferentes fontes de pesquisa. Entre as fontes escritas, foram utilizados documentos como os produzidos no ato de criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Esses documentos normatizam o funcionamento do Órgão, das suas funções e alguns dos responsáveis pelo gerenciamento da Batalha da Borracha. Além disso, trazem registros acerca da estrutura dos pousos que receberiam os imigrantes que se dirigiam para a Amazônia, o transporte e as rotas a serem seguidas até Belém do Pará. Esses documentos estão disponíveis no Fundo Paulo de Assis Ribeiro, dispostos nas caixas 4 e 5, no Arquivo Nacional. Também podem ser encontrados em formato digitalizado, podendo ser consultados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

As fontes hemerográficas foram indispensáveis para esta produção bibliográfica, uma vez que foram a partir delas que diversas informações se tornaram acessíveis para a composição desta narrativa, tanto a respeito da Seca de 1942 como da Campanha da Borracha desenvolvida em território nacional. Os jornais potiguares *A Ordem* (edições de 1942 a 1945) e *O Diário de Natal* (edições de 1942 a 1945) permitiram conhecer a situação em que ficaram muitos municípios do Rio Grande do Norte durante a Seca de 1942, assim como as ações que foram empreendidas para socorrer as populações daqueles municípios. Também proporcionaram informações importantes acerca da Campanha da Borracha e da composição do Exército da Borracha no referido estado, de modo a perceber o posicionamento de parte da imprensa potiguar no que diz respeito a esses eventos.

O jornal *O Acre* (edições de 1943 a 1944), por sua vez, permitiu analisar os discursos daquele meio de comunicação em torno do desenvolvimento do território acreano, que, segundo o periódico, vivenciava um momento de prosperidade e de inserção na vida econômica e social do país. Até então considerada pelo próprio governo brasileiro como um território à margem do restante do Brasil, o Acre passou a ser apresentado como um espaço de grande potencial econômico, que muito poderia contribuir para o crescimento econômico nacional, não apenas, mas, principalmente, através da atividade extrativista do látex. Esse produto voltou a ter um grande destaque devido à sua importância para a indústria bélica, principalmente naquele contexto em que ocorria a Segunda Guerra Mundial e o ingresso do Brasil no conflito ao lado dos Aliados. A escolha desse jornal acreano se deve pelo fato de que grande quantidade dos soldados da borracha foi direcionada para aquele território, onde se concentrava uma quantidade razoável da hevea brasiliensis, uma espécie bastante conhecida de seringueira.

Por meio desse jornal, também se percebem, além de alguns obstáculos que poderiam entrar a Batalha da Borracha (tais como problemas de saneamento e de transporte), as ações empreendidas pelos órgãos envolvidos na referida batalha naquele espaço, que passou a receber interferências com o objetivo de permitir o seu funcionamento, mas também o funcionamento do Serviço de Saúde Pública (SESP) e a distribuição dos trabalhadores engajados naquele esforço de guerra pelos seringais. As edições dos jornais utilizados para compor esta obra estão disponíveis em formato digitalizado no site da Hemeroteca Digital Brasileira (*A Ordem* e *O Acre*) e no site do Labim – Laboratório de Imagens (*O Diário de Natal*).

Metodologicamente, foi feito uso da técnica qualitativa, englobando técnicas de observação documental de arquivo, de imprensa e de textos bibliográficos. No caso da técnica de observação documental, Aróstegui afirma que

As técnicas de observação documental, como seu nome indica, seriam as aplicáveis ao estudo dos ‘documentos’, atualmente de muitos tipos diferentes e sobre variados suportes [...] Documentos escritos – de arquivo, publicações oficiais periódicas ou não, livros, folhetos, opúsculos diversos, imprensa, etc. – ou documentos visuais ou sonoros seriam os tipos fundamentais. (2006, p. 518).

Neste caso, os documentos de arquivo consultados correspondem aos do Fundo Paulo de Assis Ribeiro, em que podem ser encontradas diversas informações sobre as atribuições do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e os trabalhos desenvolvidos por esse órgão. Além disso, a pesquisa bibliográfica se fez indispensável para a elaboração dos capítulos, pois, como Aróstegui chama atenção,

é preciso assinalar que toda pesquisa em qualquer ciência social e, portanto, em historiografia, é impossível de ser levada a bom termo sem um correto e suficiente apoio bibliográfico. Quer dizer, sem a consulta do aparato preciso da bibliografia científica sobre um determinado tema, à qual é possível ter acesso por meio de repertórios variados, catálogos de bibliotecas, bases bibliográficas informatizadas, etc. [...] A bibliografia existente sobre um tema não só é a primeira e fundamental fonte de informação, cuja consulta pode ter, justamente, o resultado de descobrirmos que um determinado tema ou não foi tratado ou o foi de forma insuficiente. (2006, p. 521-522).

No que se refere ao uso da imprensa, Barros explica que a utilização do jornal como fonte histórica é

relevante para compreender diversificados aspectos da vida social, do mundo político ou da cultura [...]. Tratar o jornal como fonte histórica [...] é compreender que ele pode ser utilizado como fonte para a história de gênero, para a história do trabalho, para a história dos movimentos sociais, para a história do cotidiano, para a história urbana, ou para os inúmeros objetos de estudo de interesse dos historiadores. (2019, p. 190).

Após a análise dos documentos e do material bibliográfico disponível, foi possível construir uma narrativa dividida em três partes. Vale ressaltar que a construção dessa narrativa, inclusive, mostrou-se como um grande desafio, justamente pelo fato de não existirem produções acerca da Seca de 1942 no Rio Grande do Norte, nem sobre o desenvolvimento da Campanha da Borracha no estado, que pudessem colaborar com a elaboração do texto final. Dessa forma, todo o conteúdo desta obra, tendo como eixos a Seca de 1942 e a participação dos sertanejos potiguares no Exército da Borracha, foi construído praticamente do zero, contando com apoio de passagens bibliográficas esparsas, das fontes hemerográficas e da documentação à qual foi possível o acesso.

*é obra
patriótica*

**E FORTALECE A
ECONOMIA PARTICULAR**

Na guerra total, em que estamos defendendo a nossa honra e liberdade ultrajadas, as decisões não dependem apenas, da luta nas frentes. Tudo e todos são mobilizados e as tarefas importantíssimas cabem aos que ficam à retaguarda.

Trabalhador: os nossos Aliados, que já se encontram em combate, os nossos irmãos, que lutam nos ares e nos mares, precisam, seriamente, do seu esforço de produção! E para que essas armas rodem até a Vitória é necessário conseguir mais borracha que o Brasil possui reservas astronômicas, mas que, agora, devemos extrair! Devemos colher o "latex" que corre nos troncos, não só das Seringueiras, mas das Maniôbas e Mangabeiras, espalhadas por várias regiões do território nacional. É simples e altamente rendoso! Procure informações amplas e completas na Prefeitura local.

CAPÍTULO 1

TULO

**A SECA DE 1942, O CENÁRIO
POLÍTICO E A CAMPANHA DE
ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS
NO SERTÃO POTIGUAR**

PEÇA
INFORMAÇÕES
COMPLETAS
NA
PREFEITURA
LOCAL

NA
PREFEITURA
LOCAL

OUÇA

diariamente, às 18

RÁDIO NACIONAL

completas

local.

OUÇA

diariamente, às 18,30, o programa da borracha nas seguintes emissoras

RÁDIO NACIONAL (Ondas curtas) Rio de Janeiro • RÁDIO DIFUSORA (Ondas curtas) São Paulo • RÁDIO INCONFIDÊNCIA (Ondas longas) B. Horizonte • RÁDIO SOCIAL (Ondas curtas) Recife

CAPÍTULO 1

A SECA DE 1942, O CENÁRIO POLÍTICO E A CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS NO SERTÃO POTIGUAR

A primeira parte desta obra dedica-se a apresentar um pequeno panorama de algumas das secas que atingiram o Sertão Nordeste em diferentes épocas, além de narrar os efeitos da Seca de 1942 sobre as populações do Sertão Norte-rio-grandense. Além disso, enfatiza as ações levadas a cabo pelos governos estadual e federal no sentido de atender àquelas populações sertanejas, fosse através do envio de recursos financeiros para serem distribuídos aos municípios mais atingidos, fosse através de doações de alimentos ou por meio da liberação de verbas voltadas para obras públicas, obras essas que teriam como mão de obra aqueles trabalhadores que estavam em dificuldades em virtude da já referida crise climática.

Essa parte inicial também aponta que tais acontecimentos se deram concomitantemente ao ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fato que veio a provocar grandes alterações no cotidiano da população natalense, ao mesmo tempo em que as autoridades estaduais precisavam lidar com o flagelo da seca, que castigava a população do Sertão. O final desse capítulo também apresenta o interesse do Governo Federal em incentivar o processo migratório, em virtude do seu objetivo de promover a ocupação dos espaços ditos “vazios” do território brasileiro, o qual, possuía áreas de pouca densidade populacional.

1.1 O Sertão das Secas

O Nordeste brasileiro foi visto, durante muito tempo, como o espaço da seca e da miséria, da fome e do atraso. Essa associação acabou por criar discursos que se cristalizaram na sociedade brasileira e gerou uma série de estereótipos usados para caracterizar a população que habita essa região.

A ideia de Nordeste passou, ainda, a estar associada à ideia de sertão. Desde o século XIX, o conceito de sertão apresenta os sentidos ligados à sua origem etimológica, cujos significados estavam relacionados à ideia de “lugar distante do mar”, “região deserta”, “lugar interior”.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019) apresenta que a própria palavra sertão aparece grafada em documentos do século XV, termo cuja grafia indica várias acepções, mas sempre designando as terras que se localizavam no interior do continente africano, cujo acesso era difícil aos navegadores portugueses. No primeiro dicionário da Língua Portuguesa, de autoria do Padre Rafael Bluteau e publicado em 1728, a palavra sertão tem como definição o interior, contrário ao marítimo e à costa, mato distante da costa, região distante das povoações ou das terras cultivadas. Ou seja, em seus primórdios, o conceito de sertão já trazia consigo a

ideia de lugar distante, de interior, de afastado e, por ser um lugar afastado, seria, conseqüentemente, um lugar ainda não alcançado pela civilização.

Tais representações acerca do Sertão Nordestino são, em parte, também resultado dos frequentes períodos de secas que acabaram por se fazer presentes nessa área do Brasil, além da situação de calamidade em que se viam inseridas as populações nordestinas, que, muitas vezes, não encontravam soluções através das ações dos grupos políticos, e se viam obrigadas, dessa maneira, a optarem pela migração.

Dessa forma, criou-se a associação entre Sertão Nordestino e seca, que remete, segundo Albuquerque Jr. (2019), ao século XIX, mais especificamente em decorrência da Seca de 1877-1879. Mesmo não sendo diferente das secas que aconteceram anteriormente, a de 1877-1879 se deu num contexto bastante específico, fazendo com que ficasse conhecida como a grande Seca de Setenta. Esse contexto, ainda de acordo com o mesmo autor, corresponde ao momento de debilidade econômica das então províncias do Norte. Segundo ele,

A produção açucareira, prejudicada por sua obsolescência tecnológica, não conseguia fazer frente à concorrência do açúcar antilhano e àquele produzido a partir da beterraba, perdendo parcela do mercado internacional e tendo que concorrer com a crescente produção açucareira das províncias do Sul. A produção algodoeira, que havia se expandido durante a década anterior em razão da guerra civil norte-americana, que retirou do mercado a produção do sul daquele país, vê-se às voltas com o retorno do concorrente e com os efeitos da estiagem. (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 22).

Albuquerque Jr. (2019) explica ainda que, estando fragilizadas economicamente e politicamente, as elites do Norte não tiveram como evitar que a Seca de 1877-1879 as atingisse. Por ter alcançado a todos os setores da sociedade nortista, cujas elites passaram a reivindicar investimentos por parte do governo central, a “Grande Seca” de 1877-1879 serviu de base para a origem do discurso da seca, fenômeno que se tornou indissociável da espacialidade sertaneja, nos discursos políticos oriundos do Norte, e no imaginário da sociedade brasileira como um todo. Tal imaginário foi, inclusive, alimentado pela imprensa, que já se encontrava bastante presente no território nacional, como também pela fotografia, que contribuiu para repercutir pelo país os efeitos da Seca de 1877-1879.

Também para Frederico de Castro Neves, a Seca de 1877-1879 alcançou toda essa repercussão porque assumia

‘não apenas o aspecto de flagelo público, mas também de estranha e dolorosa novidade’: ‘Para a geração que tinha, então, o comando da vida pública nacional, na administração, no Parlamento, no comércio, na indústria, no ensino, a seca, tal como se apresentava, era um fato novo’. (2000, p. 27).

Relegadas a segundo plano, diante da ascensão das elites sulistas aos cenários econômico e político a nível nacional, essas mesmas elites do Norte começaram a elaborar um discurso em favor desse recorte espacial do país, evidenciando seus principais problemas – a exemplo da seca, que se torna um de seus principais símbolos –, assim como suas características culturais, fazendo ganhar força o discurso regionalista. Na opinião de Albuquerque Jr., é nesse contexto que surge “uma solidariedade entre as elites dirigentes das províncias do Norte que será fundamental para o surgimento, no início do século XX, do recorte regional Nordeste” (2019, p. 23).

Albuquerque Jr. (2019) ainda propõe que a apropriação da categoria sertão por esse discurso regionalista nordestino antecedeu a própria invenção do Nordeste, servindo de catalisador para a criação dessa região, possuidora, segundo o discurso e a literatura regionalista, de uma paisagem distinta e de uma cultura própria. Segundo ele, a produção escrita resultante do trabalho de técnicos ligados à Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) também colaborou para a formação da ideia de que o espaço nordestino é o sertão, enquanto as demais partes do país possuem interior, e não sertão, tornando este elemento (o Sertão) exclusivamente nordestino.

Esse Sertão, por sua vez, vivenciou diversos momentos de crises climáticas, em decorrência das quais determinados episódios se fizeram repetir muitas vezes e desde períodos bastante remotos: falta de água, escassez de alimentos, ações emergenciais, saques, migrações.

Estudos apontam que a ocorrência das secas no Sertão Nordestino é bastante antiga e, no decorrer do tempo, ações governamentais passaram a ser realizadas com o propósito de minorar os efeitos das estiagens sobre as populações sertanejas. De acordo com Paulo de Brito Guerra (1981), as notícias mais remotas de seca no Nordeste correspondem ainda ao período colonial, quando houve grande fome, principalmente no Sertão de Pernambuco, e uma intensa seca na Bahia. Há ainda registros de pelo menos quatro Secas no século XVII: em 1603, 1614, 1645 e 1692, enquanto que, em relação ao século XVIII, há referências a pelo menos dez secas. No decorrer do século XIX, as secas continuaram a ocorrer, enquanto que, no século XX, foram considerados secos os seguintes anos: 1903-1904, 1908, 1915, 1919, 1930-1932, 1942, 1953, 1958, 1970 e 1976.

A partir de consulta a crônicas e relatórios, o autor afirma que

a assistência do Governo às populações, até 1845, limitava-se à distribuição de esmolas, passando-se à construção de cadeias e igrejas, para dar trabalho aos flagelados. A seguir o Governo mandou que se utilizasse a mão de obra em construção de açudes e estradas. Tais obras eram pobres em técnica e em administração, esta a cargo dos chefes políticos. O certo é que a seca de 1877 encontrou o Nordeste completamente despreparado. E, segundo Felipe Guerra, o historiador das secas do RN, só a magnânima alma de Pedro II evitou o monstruoso crime de serem as populações abandonadas ao furor da calamidade. (GUERRA, 1981, p. 25-26).

Algumas secas causaram maior impacto do que outras. Foi o caso, por exemplo, da Seca de 1877. Segundo o mesmo autor, “no passado, o vento da seca cheirava a morte. Em 1877, o Nordeste foi desfalcado de quinhentas mil vidas” (GUERRA, 1981. p. 35). No Ceará, uma onda de deslocamentos foi desencadeada por essa Seca. Fortaleza, por exemplo, foi uma das cidades que mais sentiu os impactos provocados pela chegada repentina de uma multidão de retirantes. No período em questão, a cidade chegou a receber um contingente quatro vezes maior que sua população naquele momento, o que já provocava um enorme choque para as autoridades e para a população local. Doenças, crimes, desacatos à moral das famílias, assassinatos, suicídios, saques, inclusive casos de antropofagia foram registrados na capital cearense.

Diante desse quadro de eminentes transtornos, as autoridades tomavam medidas com o fim de evitar o máximo possível a circulação dos flagelados pelas ruas da capital, tais como o envio para os trabalhos públicos. Como afirma Kenia Souza Rios,

Para combater a ‘desordem’ provocada pelos retirantes que iam buscar a sobrevivência em Fortaleza ou em outras cidades, as classes dominantes ficavam relativamente unidas, arrefecendo diferenças em nome do progresso e da segurança na cidade. Todos concordavam em manter os retirantes afastados de Fortaleza. Não havia grandes divergências quanto à efetivação de políticas de isolamento para a população fugitiva da seca. Nos jornais de 1932, as medidas de combate à seca são solicitadas em um só coro: trabalho para os flagelados, construção de açudes, estradas e obras na Capital. (2014, p.35).

A Seca de 1932, por sua vez, no município de Lima Campos (CE), em ocasião da construção do açude, “deixou lotados dois e meio cemitérios com vítimas da seca, mortas pelo tifo e outras epidemias” (GUERRA, 1981. p. 35). Mas a Seca de 1932 não atingiu apenas o Ceará. O jornalista paraibano Orris Barbosa, que acompanhou a comitiva do Presidente Getúlio Vargas numa expedição realizada ao interior do Nordeste, com o objetivo de verificar as condições pelas quais passava a região, que vivenciava severas consequências devido ao período de seca, consegue nos informar que “essa investida demorada da estação secca estendeu-se, de modo inédito, do Piauí ao norte da Bahia, tendo como clássico cenário sombrio os sertões cearenses, paraibanos e norte-riograndenses” (1935, p. 75).

José Américo, Ministro da Viação, diante do recebimento cada vez maior de apelos das áreas atingidas pela seca, realizou uma visita para verificar pessoalmente a extensão dos problemas causados no Nordeste brasileiro. Nos dizeres de Orris Barbosa,

O sr. José Américo teve uma impressão dolorosa da realidade, ao observar que a organização dos trabalhos, em virtude da pressão da calamidade pública, encontrava-se transformada em pura obra de assistência. A desordem implantada pela fome parecia não ter mais fim. [...] Multidões errantes aterrorizavam as cidades que clamavam para os poderes públicos, retransidas diante de assaltos iminentes às suas reservas pelas

massas nauseabundas e terríveis. Assim, não era raro o desfile, pelas ruas de muitas cidades do Ceará, Parahyba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, de andrajosos que, formando um exército silencioso de caquéticos, com a moral abatida pelos estômagos vazios, iam dispostos à prática de todos os actos de desatino, sem terras, sem água, sem pão... (1935, p. 80-81).

Para amenizar esses efeitos que se abatiam sobre grande parte da população, foram elaborados projetos, como abertura de estradas, construção de açudes, retomada de obras que estavam paradas (e em condições de seguir adiante), além do estabelecimento de colônias agrícolas em locais onde as condições de plantio mostravam-se razoáveis. Desse modo, famílias podiam permanecer em seus estados de origem, mas sendo deslocadas para outras localidades onde estivessem empreendendo as obras.

A construção de açudes, inclusive, era entendida, por alguns estudiosos, como a solução para os problemas provocados pela seca. Eloy de Souza (2018), por exemplo, defendia ardorosamente que a água das chuvas deveria ser retida com inteligência e distribuída, convenientemente, como elemento fecundante nas terras improdutivas por causa da seca, permitindo que o homem trabalhasse essas terras e restituísse à Nação, através do produto das lavouras, todo o dinheiro que a Nação tivesse empregado para essa finalidade.

Além disso, Souza (2018) se mostrava como um grande entusiasta do Nordeste, enfatizando que, se não fossem as secas, os estados nordestinos seriam os mais populosos do país, em virtude do crescimento vegetativo de sua população. Tal aspecto, segundo ele, só não era possível devido à ocorrência das secas, que ora matavam essas populações sertanejas, ora forçavam sua migração. Deixa claro, ainda, que, se os governos tivessem tomado iniciativas de combate ao flagelo da seca há mais tempo, investindo em obras sistematizadas, outras seriam as condições materiais do Sertão Nordestino.

A respeito da Seca de 1932, Barbosa (1935) relata que algumas das obras levadas a cabo nesse contexto enfrentaram diversas dificuldades durante seu empreendimento, principalmente as que estavam relacionadas à construção de estradas, tendo em vista que a ausência de água nessas localidades comprometia o andamento do serviço, e ficava ainda mais caótico à medida que os trechos em obras se distanciavam cada vez mais dos pontos onde a água poderia, ainda não sem grandes dificuldades, ser encontrada.

O Rio Grande do Norte não vivenciou um cenário diferente. De acordo com Juciene Batista Félix Andrade,

Em 1932, o Estado do Rio Grande do Norte era um dos cinco Estados do Nordeste atingidos pela estiagem que começou em 1930. Apesar de essa região ter um histórico de estiagens, em termos de ações preventivas não havia uma política sistemática para tentar minimizar os seus primeiros efeitos. E mais uma vez, com a chegada da seca,

levas de andarilhos abandonavam suas terras tomando conta das estradas do Estado em busca de sobrevivência. (2007, p. 96).

Quanto às áreas mais atingidas pela seca, Souza comenta que “o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte constituem a trindade jungida à calamidade das sêcas. Através de séculos o flagelo nos tem irmanado no mesmo destino de miséria” (2018, p. 153).

Em Caicó, município do Rio Grande do Norte, por exemplo, segundo Andrade (2007), os primeiros sinais de 1932 não eram favoráveis para o homem sertanejo. As chuvas se tornaram escassas, dando continuidade ao período de estiagem que havia começado em 1930. Nesse sentido, Caicó se transformou no ponto de apoio para muitas pessoas que padeceram com a seca, principalmente com a do período em questão. E como em secas anteriores, em que os centros urbanos dos municípios acabaram por se tornar o destino de muitos dos atingidos pelas estiagens,

As ruas de Caicó se transformaram no ponto de encontro de vários grupos de retirantes, que percorreram os núcleos urbanos da microrregião do Seridó potiguar em busca de emprego, comida e água. A situação tornou-se caótica à medida que o período de estiagem se prolongou, requerendo, da parte do Estado, ações com o intuito de atender às demandas e evitar o caos que ameaçava a ordem pública. (ANDRADE, 2007, p. 95).

Como forma de amenizar os efeitos da seca sobre as populações que se dirigiam para as zonas urbanas dos municípios, muitos flagelados eram empregados em obras públicas, como construções de açudes, aberturas de estradas, entre outras. De acordo com Andrade (2007), no caso do município de Caicó, durante a Seca de 1932, parte desses flagelados foram inseridos nas obras de construção do açude Itans. Tendo em vista que o referido município, na década de 20, havia mostrado uma grande preocupação em estar alinhado à ideia de modernidade e inovação, a presença de tantos retirantes em suas ruas era vista como algo indesejável pelos cidadãos que desejavam manter aquela urbe como o espaço da sedução.

Dessa maneira, manter essas populações necessitadas concentradas na zona de construção do referido açude passou a ser uma saída, com o propósito de evitar a circulação destas pelas ruas da cidade. No entanto, o resultado não saiu como planejado. De acordo com Andrade,

A aglomeração humana em Caicó causava uma desestabilização no que diz respeito ao controle e à organização dos espaços públicos. O caos imperava na cidade. A construção do açude Itans terminou por piorar a situação caótica, com a presença de muitos flagelados em busca de trabalho. O início da convocação de pessoas para trabalhar nas obras trouxe muita gente à cidade. A população de operários contou no total com quase cinco mil pessoas, morando em barracos ao redor da construção

e vivendo da comida comprada nos barracões instalados perto da sede do açude. O intuito do governo era que o trabalho servisse como um antídoto à criminalidade. (2007, p. 102).

Tal fenômeno de isolamento se repetiu em outras localidades do Nordeste, nos momentos em que as populações e as autoridades se sentiam ameaçadas e desconfortáveis com a presença dos flagelados pelas ruas das cidades, como foi o caso de Fortaleza. Segundo Neves,

Um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal do Ceará. A fim de prevenir a ‘afluência tumultuária’ de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. (2001, p. 109).

No entanto, o que se verificou nesses locais de isolamento foi o surgimento de uma série de problemas. Além da concentração de um grande número de pessoas nas zonas das obras empreendidas para absorver os flagelados, havia o problema da disseminação de doenças em virtude das péssimas condições de higiene predominantes naqueles espaços. Para agravar ainda mais a situação, a alimentação daqueles indivíduos era insuficiente e com déficit em proteínas animais, produtos frescos e vitaminas, fazendo com que mesmo as doenças consideradas não mortais se tornassem fatais, em virtude da escassa e péssima alimentação.

Nos períodos seguintes em que as estiagens marcaram presença em áreas do Nordeste brasileiro, principalmente a partir de 1942, não havia mais existido vítimas da seca, segundo a concepção de Guerra. Para ele

Existia água saudável em grandes reservatórios, onde ocorriam as maiores aglomerações. Havia bastante peixe, produtos alimentares e forrageiras, que minoravam o sofrimento da gente e do gado. E, mais que tudo, a assistência do Governo Federal, que passou a ser pronta e eficiente. Graças a estradas, campos de pouso, agências disseminadas e organizadas, do DNOCS, do DNER e do Grupamento de Engenharia do Exército, e à colaboração dos Governos Estaduais, meio milhão de pessoas foram postas a trabalhar em obras de emergência na seca de 1958. (1981, p. 36).

Apesar disso, o que se verificou nas secas que se sucederam foi ainda uma situação de calamidade em algumas localidades, como Ceará e Rio Grande do Norte. No estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, constatou-se que inúmeros municípios enfrentaram imensas

dificuldades como consequência da Seca de 1942, razão pela qual foi necessário implementar algumas políticas de assistência às populações dessas localidades. Uma dessas políticas, por exemplo, constituiu-se na oferta de passagens para a Amazônia. Tal incentivo à migração se fez presente em diversas secas anteriores à de 1942, mas, durante esse período de estiagem específico, foi intensificado, principalmente em virtude do plano de promover a ocupação do espaço amazônico e do esforço de guerra, colocado em prática no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando milhares de nordestinos – entre eles, potiguares – acabaram por compor o quadro do Exército da Borracha.

Um dos problemas que se mostrava bastante comum em épocas de secas era o saque. Essa ação, resultado dos momentos de desespero que levava a essa última consequência, também revela a capacidade de organização dos grupos envolvidos – as multidões –, uma maneira de perceber que as multidões necessitadas e desassistidas nem sempre assistiam às injustiças passiva e apaticamente, mas se organizavam para colocar em ação práticas de saques que, em determinados contextos, podem ser encaradas como uma forma de luta social.

Em diversos momentos da história da humanidade, as crises de fome provocadas pela falta de alimentos, pela carestia dos gêneros alimentícios ou por qualquer outro fator, ocasionaram os chamados “motins da fome” nos mais variados lugares, fossem nas zonas rurais ou nas zonas urbanas. George Rudé (1991) comenta que, na Europa, por exemplo, diversas localidades da França e da Inglaterra vivenciaram essa experiência. É interessante observar que essas ações não eram permeadas por interesses políticos: não falavam em derrubar o governo ou a ordem estabelecida; não se falava em alcançar reparações por meio da ação política. Tratava-se simplesmente do motim da fome do século XVIII em sua forma pura.

Para o autor, os motins assumiam formas diferentes: podiam ser simples saques de depósitos, ataques às casas dos comerciantes ou obstrução de barcos estrangeiros que seriam enviados para o exterior. E também podiam se dar através do estabelecimento de um teto aos preços.

Rudé (1991) ainda discorre que, enquanto no meio rural, o motim foi marcado pela sensibilidade à carestia dos alimentos, o motim urbano possuía uma maior variedade. Entretanto, os residentes das zonas urbanas eram tão preocupados quanto os moradores das aldeias com o abastecimento de pão barato e abundante. Dessa forma, o motim da fome era uma ameaça frequente à ordem pública tanto nas grandes cidades quanto no campo, e, em muitas capitais europeias, as chamadas “classes inferiores” estavam tão sujeitas aos motins para protestar contra os preços da fome em momentos de dificuldades, quanto por qualquer outro motivo.

Assim como em outras partes do mundo (a exemplo da França e da Inglaterra), no Nordeste brasileiro, os grupos atingidos pelas secas também promoviam protestos em busca de soluções imediatas para as dificuldades do momento – a fome. Os protestos dos retirantes das secas materializavam-se em forma de saques e não constituíam uma novidade nem ações isoladas. Eventos como esses eram comuns em períodos de graves dificuldades, principalmente

nos momentos em que a ausência de chuvas e o encarecimento ou ausência de alimentos comprometiam a sobrevivência de trabalhadores rurais nos Sertões Nordestinos. Na compreensão de Neves,

O saque ‘é o pedido de socorro de uma categoria social que se vê ameaçada em sua sobrevivência física’, ‘é o grito dos excluídos que ecoa mesmo em conjunturas marcadas pela presença de formas institucionalizadas de organizações representativas dos trabalhadores como os Sindicatos, sem forças suficientes para se imporem frente às forças de poder dominantes’. (2000, p. 16).

Além disso, a reunião, a ameaça, a invasão e o saque acabaram por se tornar elementos presentes na cultura política dos camponeses do semiárido, como também passaram a ser encarados como opções de luta num contexto político pouco alvissareiro para as populações camponesas. Para Neves (2009), até então, em muitos casos, as ações empreendidas pelos camponeses baseavam-se em negociações com os poderosos e com as autoridades, num contexto em que a cultura paternalista se mostrava visível, baseada na vontade e na influência dos grandes proprietários de terras em troca da lealdade, mesmo que instável, dos trabalhadores. O saque, por sua vez, aparece nesse cenário como uma decisão radical que desrespeita, rompe com os códigos paternalistas de passividade. Nesse cenário, uma tradição de ações da multidão se solidifica, inspirando temor e certo respeito por parte das populações urbanas e das autoridades locais, proporcionando legitimidade como possibilidade concreta à ação popular.

Na Seca de 1953, alguns municípios do Rio Grande do Norte também vivenciaram aflição, como foi o caso de Currais Novos, chegando a registrar, inclusive, ações saqueadoras promovidas pelas populações que mais sofriam com os efeitos da estiagem. Sobre esse acontecimento, Diêgo Nascimento de Souza informa que a ordem rotineira da localidade em que se dava a feira, naquele município,

foi quebrada, no mês de abril, pela invasão de um grupo de pessoas, chamados costumeiramente de ‘flagelados’. Compunham o grupo, pessoas oriundas de várias comunidades rurais, empregadas, em geral na agricultura e pecuária. Em uma manhã, do mês acima explicitado, entre 9 e 10 horas da manhã, a ordem rotineira da feira fora desfeita pelo grupo de pessoas, que, partindo da prefeitura, entraram à feira a partir de sua parte mais baixa, no cruzamento da atual Rua Lula Gomes com a Avenida Coronel José Bezerra (local onde se localizavam as bancas de cereais e outros gêneros alimentícios, como rapadura). Lá saquearam com certa truculência (o que não deve ser confundido com violência armada) os feirantes. (2012, p. 16).

Acerca das ações das multidões de famintos, Neves (2001) explica que os retirantes buscavam as áreas centrais das cidades, que ficavam próximas aos mercados de alimentos,

feiras livres e também aos prédios das prefeituras. Desse modo, as áreas residenciais não se faziam afetadas diretamente pela presença daquelas multidões, mesmo que eles circulassem pelas ruas com o propósito de pedir esmolas. No entanto, em cidades pequenas, as notícias se faziam conhecer de forma bastante rápida, e a presença de uma multidão de famintos contendo um número expressivo, era completamente capaz de provocar curiosidade e espanto entre os cidadãos.

Em muitos casos, as multidões de trabalhadores prejudicados pela seca e pela ausência de projetos que possibilitassem sua convivência com esse fenômeno climático buscavam as autoridades na esperança de conseguir algum trabalho, antes de partirem para a ação do saque. Esse recurso era utilizado, por assim dizer, quando não havia nenhuma outra alternativa de se obter gêneros alimentícios para saciar suas necessidades mais urgentes. Desse modo, ao desenvolver sua pesquisa sobre o saque à feira de Currais Novos no período já citado (1953), Souza (2012) lança mão dos relatos orais e de fotografias que pudessem ser cruzadas com os relatos dos depoentes, e registros fotográficos atestam a tentativa empreendida pelos aglomerados à frente da Prefeitura Municipal de obter ajuda das autoridades, antes de partirem para a ação saqueadora. As fotografias

foram feitas nos momentos que antecederam a marcha dos ‘flagelados’ à feira. Na primeira, vê-se uma parte do grande grupo que efetuou o saque. Nela, alguns detalhes narrados pelas fontes orais são confirmados, como a própria aglutinação prévia à frente da Prefeitura. Na foto, a Prefeitura aparece de portas e janelas cerradas. Há nos arredores uma quantidade de homens bem maior do que aparece na segunda. O semblante e a postura, em pé, indicam que a atitude dos homens no momento da fotografia é a de quem espera alguma atitude do poder instituído. Apesar da lacuna deixada pela ausência de depoentes que presenciaram o momento do ajuntamento inicial, sabe-se que houve pressão e negociação, e que os relatos sobre ela são dados pelos depoentes de forma muito superficial. (SOUZA, 2012, p. 18-19).

No entanto, é válido ressaltar que essas ações não eram novidade nem eventos exclusivos do Nordeste brasileiro. Em regiões da Europa, as ações de massa também podiam acontecer, em virtude principalmente da carestia dos alimentos que comprometia a alimentação diária das populações. Além disso, são abundantes os estudos que se dedicam a investigar esse tipo de ação empreendida por grupos de trabalhadores quando se sentiam ameaçados mediante a falta de alimentos e de trabalho em determinadas épocas, e quando não recebiam o auxílio necessário para garantir a própria sobrevivência e a sobrevivência de sua família.

Interessante observar que, assim como as ações de massas que aconteciam em outras localidades – como na Inglaterra e na França durante o século XVIII –, as ações de massas ocorridas no Nordeste brasileiro inseridas no contexto das secas, dificilmente são associadas a manifestações políticas. Na concepção de Neves (2009), algumas hipóteses explicam que as ações políticas são aquelas em que os manifestantes se dirigem (favoravelmente ou não) aos

órgãos estatais, às autoridades políticas de forma geral. Ademais, se fosse o caso de o grupo manifestante ter pretensões de caráter político, seria necessária a existência de lideranças dentro do grupo, o que o diferenciaria das “hordas” sem objetivos definidos. Outra explicação é a de que a política normalmente é definida como uma atividade racional, e uma ação política requer um reconhecimento prévio de um programa geral, e que tenha objetivos definidos. Se uma ação não se insere nesse perfil, é tida como destituída de sentido, ficando restrita à satisfação das necessidades.

Nesse caso, as ações promovidas pelos famintos parecem se encaixar no tipo de manifestação irracional de revolta, em que homens desesperados desrespeitam os valores sociais básicos e ultrapassam o limite do relacionamento considerado “civilizado”, quando cometem violências contra a propriedade ou ameaçam diretamente as pessoas.

Neves (2009) aponta que, em estudos realizados por E. P. Thompson (no caso dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII), a fome não seria o elemento que prescreve a ocorrência da ação, mas seria um elemento legitimador da ação. Portanto, no caso das ações dos retirantes, as secas forneceriam esse elemento legitimador – a fome –, o que impedia ou neutralizava a repressão contra esses ataques. A não existência de um “líder” responsável pelo movimento dificultava a negociação, por não haver canais de diálogo, assim como tornava inexistente o potencial transgressor ou destrutivo do movimento.

James C. Scott (2011) também discorre a respeito da resistência dos trabalhadores rurais. Segundo ele, por ser uma classe diversificada e de baixo teor “classista” (ou seja, sem a noção ou dimensão de uma organização em prol dos interesses de um determinado grupo), e também ser carente de uma disciplina e de uma liderança capaz de fazer surgir uma oposição de caráter mais organizado, o modo de agir do campesinato se assemelha mais com campanhas de desgaste, que requerem pouca ou até mesmo nenhuma coordenação. No entanto, se analisadas pelo prisma de uma subcultura que as apoia e também pela perspectiva de que o risco para qualquer resistente é reduzido na medida em que todo o grupo esteja envolvido, tais ações do campesinato são plausíveis de serem consideradas como um movimento social.

Ainda segundo o autor, “curiosamente, no entanto, trata-se de um movimento social sem organização formal, sem líderes formais, sem manifestos, sem obrigações, sem nome e sem bandeira” (SCOTT, 2011. p. 226).

Províncias como a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará experimentaram ações em massa levadas a cabo por grupos atingidos pela seca. Francisco Ramon de Matos Maciel (2019) comenta que, na província do Rio Grande do Norte, por exemplo, populações que deixaram de receber provisões por ordem das autoridades municipais protestaram contra essa medida saqueando os armazéns, nos quais os mantimentos eram guardados. Os víveres saqueados eram, muitas vezes, distribuídos entre os participantes da ação coletiva de arrombar os armazéns. O ato de distribuir os “espólios” dos saques legitimava as atitudes dos retirantes saqueadores,

pois, num contexto de crise de abastecimento, distribuir os alimentos obtidos através dos saques era interpretado como uma maneira de fazer escapar à fome não apenas a si próprio, mas a toda uma coletividade. O saque, aqui, não é entendido como uma ação de criminalidade pura e simplesmente, mas como uma forma de sobrevivência dos mais atingidos pela seca.

Todo esse quadro revela o quão difícil ficava a vida das populações nordestinas em épocas de secas, quando a indisponibilidade de alimentos comprometia a vida dos sertanejos que recorriam, muitas vezes, ao saque para adquirir alimentos. Esse quadro veio se repetir em 1942, quando as populações sertanejas do Rio Grande do Norte presenciaram mais uma vez uma grande seca, e ficaram à mercê da “caridade” e das obras públicas.

Para o ano de 1942, os técnicos responsáveis por observar e analisar as condições climáticas e as obras públicas encaminhadas em função das secas assinalavam que poderia ser um ano de dificuldades. Dessa forma, a população rural do Nordeste estava enfraquecida, sem recursos do ano anterior (1941), já que as chuvas também haviam sido escassas. Aliado à falta de chuvas, havia a carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Em municípios do Ceará, de acordo com Neves (2001), alguns prefeitos procuraram sensibilizar o Presidente Vargas, enviando-lhe telegramas relatando a situação de dificuldades em seus municípios, descrita como sendo de uma indescritível calamidade, na qual as populações estavam morrendo de fome ou percorrendo as ruas das cidades, em tumulto, em busca da caridade particular.

No Sertão Potiguar, por sua vez, o cenário descrito pelo periódico *A Ordem* não se mostrou diferente daquele vivenciado pelos municípios cearenses, vivendo a experiência, mais uma vez, de momentos de aflição provocados pela falta de chuvas e de alimentos, restando às autoridades (políticas e religiosas) apelar novamente para a caridade e pelos investimentos em obras públicas que absorvessem os trabalhadores atingidos pela estiagem, num momento em que o Brasil e o mundo encontravam-se inseridos em contextos bem específicos, que alterariam profundamente a vida de milhares de nordestinos, entre eles, os potiguares: a ditadura do Estado Novo e o projeto de Vargas de promover o povoamento do Vale Amazônico, e a Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil também passou a fazer parte.

Vale salientar que Getúlio Vargas, no decorrer do período que se estende de 1930 a 1945, precisou lidar com duas grandes secas: a de 1932 e a de 1942, durante as quais, segundo Neves (2001), as ações emergenciais voltadas para as populações atingidas variaram em modo e intensidade, de acordo com as circunstâncias daquele momento histórico, tanto nacional como internacional. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a Seca de 1942 aconteceu num contexto de incentivo ao povoamento das áreas de baixa densidade demográfica, e no momento em que se desenvolvia a guerra na Europa, o que veio a desencadear o recrutamento dos nordestinos para o Exército da Borracha e, também, o incentivo para sua permanência na Região Amazônica.

Nesse sentido, vale conhecermos o momento político pelo qual o Brasil passava quando da ocorrência dessa seca, cujos reflexos acabaram por alcançar a administração dos estados, e os efeitos que o conflito mundial que se desenvolvia na Europa provocaram junto à população brasileira, principalmente a nordestina, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e os acordos estabelecidos entre o governo norte-americano e o governo brasileiro.

1.2 O Rio Grande do Norte no cenário do Estado Novo

Ao assumir a Presidência da República, após a chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas deu início a um longo período de governo, que assumiu distintos aspectos e promoveu profundas mudanças em âmbito nacional. Uma dessas mudanças consistiu em “neutralizar” a influência dos grupos oligárquicos através da nomeação de interventores, que assumiriam os governos estaduais, procurando afastar das decisões políticas os grupos que há muito tinham se estabelecido e controlado o poder, perpetuando-se nos cargos políticos através de todo um jogo de interesses em que a maioria da população continuava de fora. De acordo com José Antonio Spinelli Lindoso

No plano estadual as alianças entre os grandes ‘coronéis’ (chefias municipais e/ou zonais) garantiam a hegemonia da facção dominante. A habilidade dos políticos oligárquicos em soldar essas alianças por sobre a infinidade de querelas pessoais e familiares, e interesses econômicos conflitantes, que caracterizaram a vida política interiorana, seria a condição para manter o domínio da máquina político-administrativa estadual. (1992, p. 14).

O governo do Presidente Getúlio Vargas enveredou por novos rumos a partir de 1937, com o Estado Novo. Um dos fatores que explicam esse novo cenário político foi o episódio conhecido como o Levante Comunista ou Intentona Comunista, desencadeado em 1935, quando grupos comunistas tentaram controlar o poder a partir de determinados pontos do território nacional. Ao aproximar-se o período das eleições presidenciais, em 1937, o Presidente Vargas aproveitou o temor da população provocado pelo Levante Comunista de 1935, e anunciou a descoberta de um suposto plano para uma nova tentativa de tomada do poder, o Plano Cohen. Dessa forma, o processo eleitoral foi interrompido e o Presidente anunciou sua permanência no cargo por uma questão de segurança nacional.

Nesse período, conhecido como Estado Novo, alegando-se o perigo comunista, as liberdades democráticas foram suprimidas e as perseguições aos “inimigos da pátria” foram empreendidas. Sobre esse momento da vida política brasileira, Eli Diniz discorre que

Em sua proclamação ao povo brasileiro, imediatamente após o golpe de Estado de 1937, o presidente Getúlio Vargas referir-se-ia à necessidade de um governo forte, dotado de um alto grau de liberdade de ação, como forma de deter os efeitos dispersivos dos ‘particularismos de ordem local’ e as ‘influências desagregadoras internas ou externas’ que ameaçavam a soberania nacional. (1997, p. 80).

Nesse período específico do Governo Vargas, difundiu-se a necessidade de um Estado forte e centralizado, cujo propósito era o de preservar a unidade nacional e os interesses coletivos. Uma vez protegendo esses interesses, os fatores que colocariam em risco a integração da nação seriam neutralizados. Dessa forma, o objetivo do Estado Novo era se tornar altamente centralizado e absorver o sistema decisório. Para tanto, os mecanismos básicos da centralização política foram sendo ampliados e implantados progressivamente. Para Diniz,

O sistema alcançaria seu maior grau de fechamento, completando-se o quadro das reformas jurídico-institucionais tendentes à concentração do poder no aparelho burocrático-estatal. Sob esse aspecto, o Estado Novo não representaria uma ruptura com a experiência democrática da fase anterior, embora tenha introduzido mudanças significativas em termos de uma caracterização mais precisa das opções ideológicas do regime e da definição dos atores legitimamente investidos do direito de participar da arena política. Desta forma, observa-se o estreitamento do círculo dos detentores do poder, mediante o afastamento das facções extremistas, ao mesmo tempo em que se restringem suas bases sociais pela repressão às correntes mais radicais da sociedade civil do ponto de vista do questionamento das relações de dominação vigentes. O fortalecimento do poder central teria como contrapartida uma limitação ainda maior da autonomia estadual, reduzindo-se a partir daí um dos focos de tensão que interferiam no processo decisório. (1997, p. 107).

Essa centralização política se deu através da combinação de uma série de mecanismos, como, por exemplo, o sistema de interventorias. A intervenção do presidente nos estados brasileiros seria legitimada pela própria Constituição de 1937, que a ele conferia a possibilidade de

governar por decretos-leis, ampliando a possibilidade de intervenção do governo federal nos Estados pela reativação das interventorias e abolindo, pelas chamadas disposições finais e transitórias, o Poder Legislativo, aos níveis nacional, estadual e municipal. (DINIZ, 1997, p. 110).

Portanto, os estados brasileiros, durante a Era Vargas, estiveram sob o governo dos interventores, os quais deviam exercer suas funções de acordo com as prerrogativas oriundas do chefe da Nação, o que se tornou mais acentuado durante a vigência do Estado Novo, quando os mesmos estados perderam sua autonomia política, em prol da centralização do poder no Executivo, que, por sua vez, justificava o monopólio das decisões políticas e econômicas com a

ideia de preservar os interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais. Ressaltava, ainda, que, para que o país alcançasse o pleno desenvolvimento almejado, era necessário que todos os cidadãos se submetessem aos ditames do Executivo, cujo líder era o único capaz de alçar a Nação ao patamar de desenvolvimento econômico e de prosperidade, contando com o total apoio da população brasileira, numa ação conjunta e de convergência de interesses.

No Rio Grande do Norte, na eleição ocorrida em 1935, foi eleito para o cargo de governador Rafael Fernandes. Com a decretação do Estado Novo em 1937, o Governador Rafael Fernandes aceitou permanecer no cargo como Interventor, ficando à frente do executivo estadual até julho de 1943. Durante sua permanência no cargo, seu governo se viu inserido em dois eventos marcantes para o Rio Grande do Norte, como a Seca de 1942 e o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando toda uma estrutura de propaganda foi arquitetada para a composição do Exército da Borracha e deslocamento de centenas de potiguares para diversas localidades do Norte do Brasil, apelando, mais uma vez, para o espírito de cooperação que levaria o país à vitória.

Sobre a Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que ela foi o resultado, a longo prazo, da ascensão de grupos de ideologia nazista e fascista ao poder em países europeus. Acerca das condições que proporcionaram a ascensão dos movimentos de direita em países europeus, Eric Hobsbawm afirma que:

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultrarradicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos da direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (squadristi; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos eleitorais. [...] (1995, p. 130).

Essa guerra, que perdurou de 1939 a 1945, envolveu, inicialmente, países europeus (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, entre outros) e asiáticos (Japão), mas acabou estendendo seus reflexos para outras partes do globo, como o norte do continente africano (como parte do projeto expansionista do governo fascista italiano). Com o desenvolvimento do conflito, não só as grandes potências se viram inseridas, mas também suas áreas de influência (as colônias), tornando-a, assim, uma guerra global. Como escreveu Hobsbawm

Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal. [...] fora da Europa, quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas. (1995, p. 31-32).

Nesse aspecto, vale destacar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como o único país da América Latina a enviar tropas para o palco de operações na Europa (os soldados brasileiros foram enviados para combater as forças fascistas na Itália, mais especificamente), além de contribuir de forma bastante intensa para o chamado esforço de guerra. Torna-se conveniente ressaltar, também, que a inserção do Brasil nesse cenário de guerra foi o resultado de uma série de eventos provocados pelas nações beligerantes: o ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbor e a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão.

Estando em lados opostos nesse conflito, as tropas Aliadas tiveram o suprimento de borracha comprometido após a dominação das áreas produtoras desse material pelos japoneses. Dessa forma, precisava-se encontrar outras áreas com grande potencial para a produção de sua matéria-prima. A partir de então, as atenções voltaram-se para a Região Amazônica, que, no final do século XIX e início do século XX, havia se destacado no cenário internacional pela produção do látex, chegando a fazer a riqueza de muitos trabalhadores dos seringais e proporcionando destaque econômico de áreas do Norte do país.

Em 1942, são assinados os Acordos de Washington, que estabelecia os compromissos a serem cumpridos pelo governo norte-americano e o governo brasileiro. O Brasil forneceria a mão de obra necessária para o trabalho de extração do látex nos seringais, enquanto os Estados Unidos forneceriam os recursos necessários para o transporte e a distribuição desses trabalhadores em seus futuros locais de trabalho. Além disso, seriam também fornecidos os recursos indispensáveis para as modificações no ambiente amazônico, de modo a permitir o funcionamento do setor de transportes e de comunicação nesse espaço, além de transformações no sentido do saneamento e da atuação de serviços médicos na região.

Com isso, o Governo Vargas garantia a concretização do seu projeto de povoamento e exploração do Norte do Brasil. Através desses acordos, outros objetivos do governo brasileiro também foram atendidos, tais como

Além de empréstimo para o projeto siderúrgico brasileiro, dinheiro para a aquisição de novos equipamentos militares e a promessa de envio de tanques de guerra e metralhadoras antiaéreas. Empréstimos também para o desenvolvimento de matérias-primas e materiais fundamentais para a indústria de guerra americana. Entre eles, a borracha, considerada agora um dos mais estratégicos materiais para a guerra. Daí em diante, seringais deveriam ser reabertos, mão de obra mobilizada e toda a produção nacional desse produto enviada para os países Aliados. (ARAÚJO; NEVES, 2015, p. 27).

Até então, antes de a assinatura dos Acordos de Washington se concretizar, a postura do governo brasileiro diante do conflito que se alastrava pela Europa era de uma suposta neutralidade, uma vez que o Brasil mantinha relações comerciais com ambos os lados das forças envolvidas na guerra: de um lado, o Brasil vendia para a Alemanha café e algodão, além de encomendar armamentos e negociar com os alemães um possível financiamento para a criação de uma siderúrgica brasileira; de outro lado, também encomendava material bélico aos Estados Unidos e à Inglaterra e negociava com industriais americanos o financiamento da mesma siderúrgica.

Essa política de neutralidade se estendeu até pouco depois do ingresso definitivo dos Estados Unidos na Guerra, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor. Em 1942, o Brasil rompeu oficialmente as relações comerciais e diplomáticas com os países do Eixo e estreitou suas negociações com os Estados Unidos, ao que se seguiram as represálias por parte do governo alemão e italiano, resultando no torpedeamento de vários navios brasileiros por submarinos do Eixo. Diante de tais ataques, o governo brasileiro não viu outra alternativa a não ser declarar guerra aos países do Eixo naquele mesmo ano.

A partir de então, iniciava-se um período de cooperação com os países Aliados, e o cotidiano da população brasileira mudaria de maneira perceptível, como apontam Ariadne Araújo e Marcos Vinícius Neves

Racionamentos de gasolina, exercícios de blecautes, eventuais sustos com sirenes acionadas, a mobilização de soldados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o vaivém de navios da marinha brasileira que protegiam o litoral brasileiro e, nos céus, a visão de pequenos dirigíveis, os blimps da marinha dos Estados Unidos, que faziam também patrulhas antissubmarinas ao longo da nossa costa. Além disso, havia o burburinho de centenas de militares americanos que chegaram para as novas bases militares instaladas no Norte e no Nordeste do Brasil, em cidades como Recife, Natal, Belém e Fernando de Noronha. Com eles, a cultura norte-americana e sua ‘política de boa vizinhança’. O jazz também fazia sua entrada na vida dos brasileiros, bem como o rosto dos célebres astros americanos em filmes de Hollywood, personagens da Disney e ainda as primeiras garrafas de Coca-Cola, que aqui instalou uma fábrica. (2015, p. 23-25).

Dessa maneira, após o anúncio do fim das relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha, o Brasil começou a negociar com os Estados Unidos um alinhamento de posições. Para Vargas, alguns itens dessa pauta de negociações eram indispensáveis, como a concessão de financiamento norte-americano para a modernização das Forças Armadas e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Já para Roosevelt, entre os itens indispensáveis, estavam a cessão de bases militares para os Aliados no Norte e no Nordeste brasileiro, bem como o fornecimento de matérias-primas de grande valor estratégico para o esforço de guerra.

Entretanto, um item fundamental ainda não havia sido definido: a questão da mão de obra a ser encaminhada para os seringais. Diante da situação de calamidade provocada pela

Seca de 1942 em alguns estados nordestinos, Vargas sugeriu a mão de obra nordestina para empreender esse esforço de guerra, principalmente os cearenses, aos quais a Seca havia transformado em flagelados.

Os nordestinos, portanto, tornaram-se os principais protagonistas no esforço de guerra, participando do que veio a ser chamado de Exército da Borracha (assim denominado por prever a participação de um grande contingente de pessoas em seu quadro). Para tal, foi iniciada a Campanha da Borracha, cujo “quartel-general” ficou localizado em Fortaleza, de onde a Campanha se irradiou para o interior e também para os estados vizinhos. Ainda em 1942, foram criados órgãos responsáveis pela seleção e inscrição de pessoal no Exército da Borracha, como foi o caso do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA.

Nesse aspecto, vale salientar que toda essa mobilização em torno do esforço de guerra também teve o incentivo do próprio contexto local em que as populações sertanejas do Rio Grande do Norte se encontravam inseridas. Em 1942, uma seca se abateu sobre inúmeros municípios potiguares, lançando centenas de famílias em situação de calamidade, que passaram a viver da caridade e dos trabalhos públicos fornecidos pelas autoridades. Essa situação também contribuiu para que esses sujeitos se tornassem os protagonistas, juntamente com um número incontável de cearenses, do palco do esforço de guerra na condição de soldados da borracha.

1.3 Os Sertões Potiguares e a Seca de 1942

Em alguns estados nordestinos, o ano de 1942 foi caracterizado climaticamente como sendo de poucas chuvas, situação que se estendeu até o ano seguinte. Na opinião do Pe. Eymard L'E. Monteiro, das enormes secas contemporâneas não se podia deixar de falar da de 1942. Segundo ele, em Caicó, “nestes anos, só não morreu muita gente de fome por causa das minas de scheelita que davam muito trabalho aos flagelados” (MONTEIRO, 1999, p. 89).

Guerra (1984), por sua vez, relata o “ritual” seguido pelos sertanejos ao verificar, na experiência do dia de São José, se o ano será de boas chuvas ou não. E, no caso de ser concretizada a segunda opção, descreve o itinerário das famílias que se dirigem às cidades em busca de socorros:

Pela manhã, centenas de pessoas se espalham nos arredores do escritório, um QG da seca. A multidão heterogênea aguarda os acontecimentos, embalada apenas pela esperança. Aconteceu em 1942, por exemplo. A multidão se acomoda por perto. Muitos trazem mulher e filhos. Todos vêm no chefe sua única esperança para escapar vivo e não passar fome. Mas o chefe, normalmente, ainda não tem condições nem ordem de empregar. Eles vão ficando. [...] Entre as medidas adotáveis como contra-ataque, até que se tenha lugar o alistamento oficial, estão o contato pessoal, a conversa promissora, a distribuição de um pouco de alimento (farinha ou pão e rapadura), com a condição de ‘sumirem’. [...] Uma tática é aceitar só os que já arrastam consigo a família, o que é prova de miséria. Outra, empregar só os que trazem qualquer ferramenta: uma enxada, uma pá ou foice. De início, só os casados. Havendo alguma terra disponível,

muitos casos ficam resolvidos, pois os pequenos proprietários, neoflagelados, pedem primeiro ‘uma vazante’, depois pedem emprego. Evitam todos, quanto possível, pedir esmola. Enquanto isso, verificam-se ameaças e assaltos a barracões. Em 1942, em poucas horas, foram roubadas muitas toneladas de batata e mandioca dos campos irrigados. Movimentada a polícia, o roubo foi tomado e mais tarde distribuído a todos, com advertências. (GUERRA, 1984, p. 21- 23).

Em situações de secas, era comum que as autoridades, fossem elas municipais ou estaduais, além das eclesiásticas, desenvolvessem algum tipo de campanha ou mobilização, com o objetivo de atender ao menos as necessidades mais imediatas das famílias que eram atingidas pela falta de chuvas, de trabalho e de comida. Portanto, no contexto da seca de 1942, no Rio Grande do Norte, para auxiliar a população vítima da seca, teve destaque a Campanha de Assistência aos Flagelados, que atuou até 1943, e teve como secretário Aluizio Alves (jornalista, advogado, assistente social e político norte-rio-grandense), o qual também desempenhou a tarefa de entrar em negociações com os órgãos responsáveis para iniciar a construção dos abrigos destinados a receber os flagelados que se dirigiam para a capital potiguar.

A Campanha de Assistência aos Flagelados se constituiu numa ação do governo do estado do Rio Grande do Norte juntamente com particulares, cuja função era mobilizar a sociedade potiguar para prestar socorros à população sertaneja, fosse através de doação financeira ou de gêneros alimentícios.

O interventor, por sua vez, também desempenhava o papel de mediador entre o Presidente Getúlio Vargas e a população potiguar, pois, muitas vezes, dirigia-se até a Capital Federal com o propósito de se reunir com o chefe da Nação para discutir medidas de caráter emergencial, que minimizassem o padecimento das famílias do interior do estado, e cujas visitas eram noticiadas pelo jornal *A Ordem*. Como se vê, além de se empenhar numa guerra em solo europeu, o Brasil – e mais especificamente o povo potiguar – travava suas próprias batalhas internas.

O jornal *A Ordem* evidenciou, em suas edições do ano de 1942, a situação de calamidade dos municípios potiguares, assim como a prontidão das elites do estado, das autoridades estatais e do próprio Presidente Vargas em colaborar para amenizar o padecimento dos sertanejos.

Diversos municípios do Rio Grande do Norte foram atingidos pela seca daquele ano. A partir de levantamentos feitos por Anfiloquio Câmara (1943), em 1942, o estado contava com 42 municípios, dentre eles, muitos possuíam distritos sob sua administração. A maioria desses municípios era formada por uma população rural, em quase toda sua integralidade, o que, de certa forma, explica o fato de tantas famílias de trabalhadores rurais terem sido prejudicadas pelas secas que atingiram o estado.

Além disso, sua economia se baseava quase que exclusivamente na agricultura e na pecuária, provocando ainda mais dependência dos fatores climáticos para o bom desempenho

econômico. As atividades industriais presentes em alguns desses municípios estavam vinculadas às atividades extrativistas, a exemplo da confecção de objetos provenientes da carnaúba, ou ligados à pecuária, como a produção de manteiga, queijos e objetos de couro.

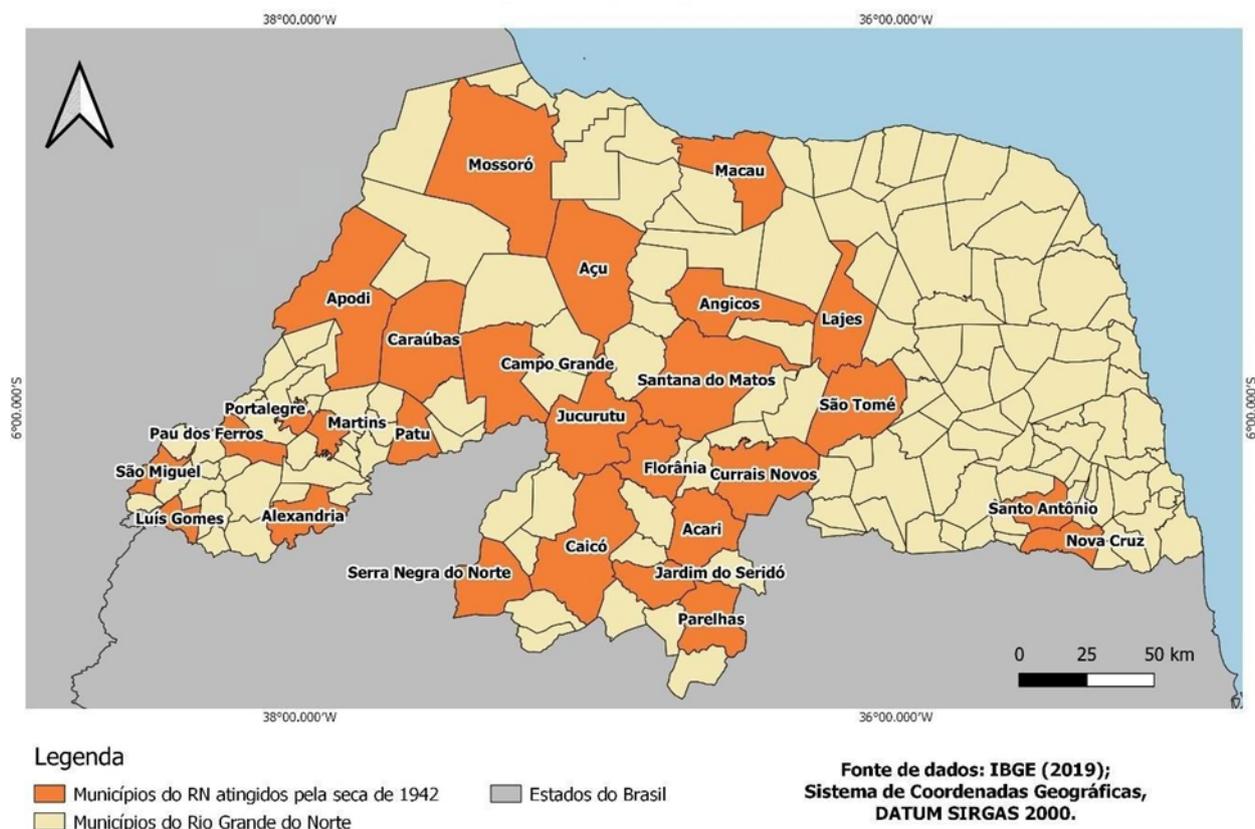
Segundo apresenta Câmara (1943), alguns desses municípios, inclusive, não possuíam açudes, o que dificultava a vida da população em períodos de estiagem, como era o caso de Alexandria, Assu, Flôres (atual Florânia), entre outros. Havia também aqueles municípios que possuíam açudes, mas nem todos eles apresentavam grande capacidade de armazenamento, com era o caso de Patu e Parelhas.

Um dos principais produtos agrícolas de grande vulto econômico, predominante em considerável quantidade dos municípios potiguares, era o algodão, que, em virtude da Seca de 1942, teve sua produção da safra de 1941-1942 comprometida. Foi o caso, por exemplo, do município de Angicos, cuja produção foi de 2.334.400 quilos de algodão em 1940-1941, e de 1.175.353 quilos em 1941-1942. Também pode ser tomado como exemplo Assu, que na safra de 1940-1941 produziu 1.666.600 quilos de algodão em pluma, tendo baixado para 600.000 quilos na safra de 1941-1942. Augusto Severo também teve sua produção de algodão prejudicada pela seca, tendo produzido 666.900 quilos de algodão na safra de 1940-1941, e apenas 170.000 quilos na de 1941-1942.

Ainda de acordo com o autor, Caicó, por sua vez, registrou a produção de 1.333.500 quilos do produto na safra de 1940-1941, enquanto a de 1941-1942 registrou apenas 520.442 quilos. Em Currais Novos, a safra de 1940-1941 foi de 1.266.650 quilos, sendo a de 1941-1942 reduzida para a marca de 512.000 quilos. A produção algodoeira em Jardim do Seridó registrou a marca de 1.666.900 e 500.000 quilos, nas safras de 1940-1941 e 1941-1942, respectivamente. Em Jucurutu, os números foram de 666.700 e 90.600 quilos nas safras de 1940-1941 e de 1941-1942, respectivamente, enquanto Parelhas alcançou o número de 1.460.000 quilos de algodão em 1940-1941, e de 643.411 quilos em 1941-1942.

Além desses municípios, outros tiveram sua produção de algodão atingidas pela seca, como Caraúbas, Flôres, Lajes, Luís Gomes, Macau, Martins, Nova Cruz, Patu, Pau dos Ferros, entre outros. No mapa que segue, podem-se observar os municípios do Rio Grande do Norte que foram atingidos pela Seca de 1942.

Mapa 1 – Mapa com localização dos municípios atingidos pela Seca de 1942, Rio Grande do Norte, Brasil



Fonte: elaborado por SANTOS, Andréa Dryelle dos. **Localização dos municípios atingidos pela Seca de 1942, RN, Brasil. 2020.** 1 mapa. Escala 1:25 km.

De acordo com o periódico *A Ordem*, em janeiro de 1942, a situação em alguns municípios já se apresentava grave. Apesar de algumas edições apresentarem notícias sobre o registro de chuvas em vários municípios do estado, estas não se fizeram suficientemente abundantes a ponto de evitar problemas como o abastecimento de água e crise na agricultura em diversas localidades, sendo que umas foram mais atingidas pelos problemas gerados pelas poucas chuvas do que outras. Nas edições de janeiro de 1942, já é possível encontrar notícias sobre o esgotamento das fontes de abastecimento de água em alguns municípios, cujas populações se dirigiram ao jornal, para que as autoridades competentes tomassem conhecimento da situação de dificuldade que a falta de água estava provocando àquelas populações:

Em nome da população de Angicos, algumas pessoas (entre elas, padres) pedem chegar ao conhecimento das autoridades competentes o clamor angustioso do público pela falta de água potável na cidade. As fontes de abastecimento se esgotaram completamente. Esperam urgentes providências. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Para endossar o caráter de urgência da situação, os padres também se dirigiam aos meios de comunicação para pedir que o clamor angustioso do público se fizesse ouvir e chegasse ao conhecimento das autoridades, a fim de que as devidas providências fossem tomadas o mais rápido possível. Isso demonstra a proximidade alcançada pela Igreja Católica junto à população que mais apresentava necessidades, assumindo também o papel de “porta-voz” perante a imprensa e as autoridades, “intercedendo” em nome dessas famílias atingidas pela seca.

Com o propósito de chamar a atenção do leitor para a situação de calamidade presente em muitos municípios potiguares, era comum o jornal *A Ordem* apresentar a matéria logo nas primeiras páginas, com o título da manchete em letras grandes e destacadas, como uma espécie de estratégia de visibilidade, apresentando títulos capazes de transmitir a sensação de urgência perante a situação descrita na matéria. Por exemplo, um correspondente do jornal *A Ordem* informa sobre a morte de um agricultor, vítima de inanição, no município de Caraúbas:

O sr. Rosendo Fernandes distribuiu ontem pelos pobres 600 litros de milho e feijão para plantio. Reina muita fome entre os pobres devido à falta de cereais e absoluta falta de serviço. Uma vítima de inanição sepultou-se ontem aqui, era pobre agricultor. Apelo para esse jornal clamar urgente perante o governo afim minorar esta tristíssima situação. Correspondente. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Mais um caso que chama a atenção pela escolha das palavras inseridas no texto é o relato da situação do município de Apodi. Segundo o mesmo, os quadros observados diariamente na cidade eram descritos como sendo dantescos:

Apodienses por intermédio do seu prefeito fazem um apelo a esse órgão da imprensa brasileira afim de patrocinar a causa da população flagelada deste município junto à comissão encarregada de angariar socorro para as vítimas da sêca, lembrando a situação de penúria aqui existente, atingindo grande parte população. Quadros verdadeiramente dantescos observa-se diariamente aqui. Crianças mirradas e famintas, mulheres cobertas de farrapos e homens esqueléticos percorrem as ruas da cidade pedindo pão. O recurso do erário público municipal foi extinto. O governo do Estado tudo tem feito para minorar a situação, porém dado as proporções da calamidade tudo é insignificante diante do grande número de flagelados aqui existentes. A municipalidade já dispendeu de seus cofres mais de cinco contos em serviços de emergência desde início de Março a última folha de pagamentos semanal atingiu mais de dois contos. Confiantes ser patrocinada a causa das vítimas desta região, antecipo agradecimentos por esse ato de sentimento cristão. Sds. ORIGENES MONTE. Prefeito. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

O posicionamento dos governantes – prefeitos, interventor e mesmo o presidente – é apresentado como sendo sempre o de buscar e ceder recursos com o propósito de mitigar o quadro de horrores que o próprio jornal afirma existir pelo interior potiguar. Por exemplo, o

jornal *A Ordem* informa que o jornal *A República* divulgou comoventes telegramas dos prefeitos de Alexandria, Parelhas e São Tomé, narrando a situação de seus municípios, enquanto o interventor do Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes, encontrava-se na capital da República para fazer conhecer as urgentes necessidades do estado diante do quadro angustioso.

Em decorrência da ausência de chuvas, a sobrevivência da população rural, cuja principal fonte de renda era proveniente da agricultura e da criação de animais, ficou seriamente comprometida, o que se agravou quando os preços dos gêneros alimentícios alcançaram valores exorbitantes, dificultando o acesso dos famintos ao alimento. E não só os gêneros alimentícios sofreram carestia, mas também outros produtos, como instrumentos agrícolas. Diante dessa situação, grupos de pessoas recorreram aos saques para satisfazer suas necessidades mais imediatas.

Como amostra de que as próprias autoridades eclesiásticas contribuía com o jornal em questão, Mons. Paulo Herôncio, vigário de Currais Novos, relata a situação dolorosa em que se encontravam as populações do interior, em virtude da estiagem prolongada e da falta de trabalho que garantisse o sustento às populações sertanejas. Segundo o vigário, que também era colaborador do jornal *A Ordem*, as cidades estavam cheias de mendicantes, e que levas e levas de retirantes despovoavam os municípios. Relatou ainda que, em Santana do Matos, já havia casos de morte pela fome.

Segundo o mesmo vigário, em Jucurutu, bandos de famintos atacaram a feira, e que, por felicidade e coincidência, o bispo de Caicó estava ali presente e evitou consequências piores. Falou ainda que era grande erro deslocar os flagelados, pois o resultado do êxodo era o despovoamento dos municípios e do estado. Afirmou que os trabalhos de socorros deveriam ser executados nas próprias regiões ou, ao menos, nos municípios vizinhos. O citado vigário enviou telegramas à Presidência da República, relatando a situação de mendicância provocada pela seca, e pediu obras públicas de caráter emergencial, como a construção da rodovia Currais Novos-Flores:

Momento difícil atravessam esta, outras Paróquias, consequência falta chuvas, pre-nuncio flagelo seca, resultando afluência cidades famílias acossados pela fome, venho apelar sentimentos cristãos, patrióticos Vossencia, pedindo amparar nossos irmãos que sofrem, mandando executar obras publicas emergência pt. Tomo liberdade lembrar será grande valor momento construção rodovia Currais Novos -Flôres, cujo trabalho além socorrer famintos, evitará êxodo populações flageladas pt. Confio Vossência atenderá justo apelo ora faço meu nome e paroquianos. Respeitosas saudações. – (a) Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, Vigario. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Minha consciencia sacerdote e brasileiro impõe dever mais uma vês apelar sentimentos humanitarios, cristãos, patrióticos Vossencia, diante quadro desolador populações famintas esta zona, motivado falta chuvas pt. Grande número chefes famílias abandonando lares, procura trabalho, deixando esposas, filhos situação angustiosa fome pt. Consequencia falta trabalho, cerca duzentas pessoas atacaram hoje feira Jucurutú, tendo presença Bispo Caicó, eventualmente ali, evitado tristes consequências pt.

Peço Vossencia considerar situação aflitiva, tomando providencias momento exige. Respeitosas saudações. (a) Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, Vigário. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Cabe lembrar que o jornal, em tempos de calamidade, transforma-se em um importante “porta-voz” dos grupos populacionais que são atingidos por diversos problemas. No caso em questão, foi possível verificar que as populações sertanejas procuravam as sedes do jornal para tornar visíveis suas dificuldades e fazer ouvir os seus apelos, assim como os prefeitos dessas cidades. Na interpretação de Rios,

tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois entre o flagelado e o jornalista havia uma relação imediata. Afinal, uma audiência entre uma família de flagelados e governantes era algo quase impossível de acontecer. (2014, p.27).

Dessa forma, o jornal se tornou um meio constante de se fazer apelos em prol dos flagelados e, em muitos desses apelos, faziam-se presentes reivindicações de obras que empregassem os braços desocupados dos flagelados, até mesmo como uma forma de amenizar as tensões e evitar o deslocamento em massa para a capital ou seu encaminhamento para regiões mais distantes.

Para tornar bastante visíveis as ações empreendidas pelas autoridades no sentido de minimizar as consequências do flagelo da seca, boa parte das matérias referentes a esse aspecto eram impressas em locais de boa visibilidade na página do jornal, e, por vezes, chegavam a ocupar um espaço considerável desta. Desse modo, as edições apresentavam as obras aprovadas para serem iniciadas, a visita de técnicos responsáveis pelas obras e os valores investidos para a realização delas.

Uma das manchetes, por exemplo, noticia a concessão de um crédito de 16 mil contos para obras de emergência. A matéria informa que o Interventor Rafael Fernandes conseguiu esse crédito para obras de emergência no Nordeste:

O dr. Aldo Fernandes recebeu comunicação do Interventor Rafael Fernandes de que está sendo processado um crédito de 16 mil contos de réis para obras de emergência no Nordeste, e que, para melhor atender às necessidades do Rio Grande do Norte, o dr. Vinícius Berredo, Inspetor de Secas, já autorizará o início dos serviços de retificação da estrada de rodagem Acari-Jardim- Caicó, e de construção da rodovia ligando Caicó a Catolé do Rocha. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Quanto aos apelos, estes se tornaram uma constante no jornal *A Ordem*. Reproduzidos nas páginas desse periódico, serviam para dar uma maior visibilidade ao quadro vivenciado pelos municípios sertanejos, criando, inclusive, certa comoção a nível nacional, uma vez que essas matérias eram reproduzidas nas páginas dos jornais de outros estados, e faziam com que o Nordeste se tornasse o centro das atenções, para onde doações (fossem elas de natureza material ou financeira) eram enviadas.

Assim sendo, o jornal informa que, diante da aflitiva situação dos municípios sertanejos onde a seca e a fome estavam martirizando os conterrâneos, o Interventor interino, Aldo Fernandes, continuava a pedir recursos urgentes do governo da União:

Cumpro dever informar V. Excia. que situação decorrente sêca manifestada este Estado vai atingir grau mais elevado desolação desespero do que verificada em 1932 visto como região assolada não dispõe reservas cereais, estado negociantes receiosos adquirir suficientes estoques pelo temor assaltos famintos como já se tem verificado vizinho Estado Paraíba. Como conhece sobejamente vossa excelência, somente início rápido serviços que demandem muito pessoal diarista poderá amenizar quadro que se desenrola alto sertão. Por isto tomo liberdade sugerir sejam começadas obras já estudadas em vários pontos Estado como sejam prosseguimento Estrada de Ferro Mossoró, partir estação Mumbaça rumo Souza, embora não seja feito logo assentamento trilhos instalação obras continuação Estrada Ferro Central Rio Grande do Norte no trecho Angicos São Rafael, estudado aprovado, com grande parte serviços já realizados, tendo até chegado aqui trilhos necessários. Essas obras dariam trabalho aos flagelados nas proximidades suas regiões, evitando êxodo para litoral com grandes apreensões para todos os que respondem pela ordem saúde e assistência publicas. Recebo diariamente telegramas sertanejos manifestam confiança resoluções vossa excelência quem nordeste já devedor maiores mais eficientes passos para sua redenção econômica. Respeitosas saudações. ALDO FERNANDES DE MELO. Interventor Federal Interino.”

Tenho oportunidade apelar bons officios eminente brasileiro apressar ou antecipar medidas construção trechos ferroviários Mumbaça – Boa Esperança – Alexandria – Souza, na Estrada de Ferro Mossoró, e Angicos- São Rafael na Estrada de Ferro Central Rio Grande do Norte. Essas obras, cujos estudos projetos estão efetuados e fazem parte planos gerais viação, deveriam ser agora executadas como melhor meio dar trabalho milhares de sertanejos acoitados pela miséria, em virtude sêca. Estou certo de que esforço patriótico vossencia que já esteve em contacto com nordestinos em época de calamidade igual, conseguirá solucionar qualquer dificuldade porventura existente para encaminhamento aquelas construções. Sauds. Cords. ALDO FERNANDES R. MELO, Interventor Federal Interino.” (*A Ordem*, 1942, p. 1-4)

Também era comum o envio de cartas à redação do jornal (fossem elas com autores identificados ou anônimas), com o propósito de tornar pública alguma situação vivenciada pela população de uma dada localidade. Nesse caso, uma carta aberta e de autoria anônima (o autor se identificou apenas como “Um Campograndense”) oferece ao assunto um caráter mais direto: trata-se de um morador do interior que convivia de perto com o cenário de sofrimento provocado pela seca. Chama a atenção a linguagem utilizada, capaz de fazer o leitor visualizar, ainda que

mentalmente, o cenário ali descrito, assim como torna visível e quase palpável a situação de dificuldade ali descrita, tamanha é a intensidade do conteúdo:

No momento em que vos dirijo esta carta, vejo as ruas de nossa pequena cidade abarrotadas de flagelados, seminus, sem pão e sem pouso, implorando a caridade particular em nome de Deus! [...] O Governo da União e do Estado enviou alguns auxílios que muito serviram para minorar a nossa situação, mas dado o número de famintos que infestam as nossas ruas tudo se evaporou em poucos dias. [...] Aqui é uma mãe coberta de trapos, trazendo como bagagem e seus únicos haveres os seus filhinhos mirrados pelas consequências da fome que os estiolam! Ali é um velhinho, no último quartel da vida, que já pagou o seu tributo à Pátria e à Família e que hoje, em recompensa, recebe, como premio, uma velhice cheia de dores! Acolá é uma criancinha tão tenra ainda, que começa a tragar esse horrível cálice de amargura, numa época de vida em que o seu espirito devia estar povoado de dores e fagueiras esperanças! Alguém dirá: o inverno chegou. Sim, algumas chuvas molharam a terra em alguns pontos do sertão. – Mas o povo está nú, a fome impera e a miseria campeia desenfreadamente. Ainda mesmo que se manifeste um bonançoso inverno o que será deste pobre povo, no período de 3 ou 4 longos meses, quando começará a colher os frutos de sua lavoura, colhidos com tantos sacrifícios e com tantas lágrimas? [...] O que de esforço poderá produzir um pobre chefe de família, sobrecarregado de filhos, com a moral abatida, cambaleando de fome com as carnes descobertas e tostadas pelo sol causticante de nossos sertões? Agora é que a situação piorou. A população de nosso município está na imnencia de ser dizimada pela fome. [...] É esta a situação deste município e de muitos outros do interior do Estado. Um Campograndense. (*A Ordem*, 1943, p. 1)

Diante desse quadro criado pela Seca de 1942 e tão amplamente noticiado pelas páginas do jornal *A Ordem*, setores da sociedade natalense, juntamente com o governo do estado e particulares, reuniram-se para fundar a Campanha de Assistência aos Flagelados, com o propósito de arrecadar doações (fossem doações financeiras ou em gêneros alimentícios) que seriam distribuídas às famílias sertanejas atingidas pela fome, assim como tomar outras medidas que se fizessem necessárias durante o período da seca para atender a essas populações. Essas doações também eram direcionadas para o Dispensário Sinfrônio Barreto, encarregado de auxiliar os mendicantes da cidade e, também, os flagelados da seca, distribuindo alimentação e remédios. As ações dessa campanha eram cotidianamente abordadas nas edições do jornal, informando datas de reuniões, assuntos discutidos, valores arrecadados e o destino dessas doações:

Esteve reunida, ontem, às 19,30, no Palácio do Governo, a Comissão Geral e Executiva de auxílio aos flagelados. Presidiu a reunião o dr. Joaquim Inacio. O sr. Aluizio Alves, secretário da Comissão Executiva, leu um telegrama de Caicó narrando as ocorrências ultimamente ali verificadas, onde os famintos estão invadindo propriedades e matando gado para comer. [...] Ainda pelo secretário foi lida uma sumula dos donativos até ontem recebidos, onde se verifica que a campanha vem tendo franca aceitação por parte de toda a população. Já foram arrecadados em dinheiro 17:800\$000, e em gêneros 50 caixas de sabão e 10 sacos de açúcar. A seguir o dr. Joaquim Inacio fez uma exposição de como a Prefeitura de Natal vem auxiliando os necessitados, lamentando não poder fazer de mais amplo, devido à exigidez de verbas. [...] Ficou deliberado

o envio imediato de dinheiro aos municípios mais seriamente prejudicados, que no momento são Lages, Caicó, Santana do Matos e Jucurutú, que receberão, o primeiro três e os últimos 2 contos de reis cada, num total de nove. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

De fato, o jornal procura evidenciar as boas ações realizadas pela elite natalense e autoridades envolvidas na Campanha de Assistência aos Flagelados, transmitindo a ideia de que a caridade poderia ser um dos elementos capazes de solucionar a crise vivida pela população sertaneja, enquanto que, na realidade, essas ações de caridade poderiam ser uma forma de controle utilizada pelos governantes para manter inúmeras famílias sob sua influência. Para tanto, é importante observar que os recursos arrecadados pela Campanha de Assistência aos Flagelados eram enviados aos municípios do interior, e lá, eram aplicados/distribuídos pelas autoridades. Neves, por seu turno, explica-nos que

Saindo da esfera privada das relações de mutualidade, contudo, a proteção aos pobres em tempos de seca permanece presa ao controle pessoal sobre os organismos estatais, exercido pelos mesmos proprietários, mas agora dividindo esse controle com políticos profissionais, técnicos governamentais, funcionários de repartições federais, partidos e outras categorias sociais. Este controle privado da esfera pública garante uma certa linha de continuidade nas relações de poder no semi-árido, que, mesmo transformando-se conforme o processo de mudanças sociais do pós-guerra, permanece atada às lideranças locais e seus mecanismos de formação de clientela. Os coronéis, assim, mesmo desalojados do centro desta rede patrimonialista de interdependências, mantêm um lugar privilegiado que os permite permanecer por muitos anos ainda na cena política do sertão. (2000, p. 206).

A atuação dessa campanha alcançou grande extensão, tendo em vista que até mesmo outros estados brasileiros enviaram donativos para atender às famílias do Sertão Potiguar e de outros estados do Nordeste, que também sofriam com a escassez de chuvas nesse mesmo período. E, evidentemente, o jornal *A Ordem* tornava acessível ao conhecimento público essas doações. Temos o exemplo da doação financeira do Banco do Brasil para as vítimas da seca, além do envio da primeira remessa de gêneros que estava fazendo o governo do Rio Grande do Sul, através de seu Interventor, o general Cordeiro de Farias. Algumas cooperativas também enviavam donativos: o Dr. Oscar Espínola Guedes, Diretor da Divisão de Fomento Agrícola, comunicou que havia providenciado o embarque de 2.500 enxadas para distribuição gratuita entre os agricultores reconhecidamente pobres do Estado:

Atendendo ao apelo do exmo. Sr. Interventor Federal interino, presidente da Comissão Central de Assistência aos Flagelados, o Banco do Brasil, pelo seu digno presidente, dr. Marques dos Reis enviou o donativo de 20:000\$000 para as vítimas da seca. Outro auxílio valioso foi a primeira remessa de gêneros que está fazendo o governo do Rio Grande do Sul, pelo seu ilustre Interventor o General Cordeiro de Farias. Quarenta fardos de xarque vão ser distribuídos com os nossos flagelados. [...] O exmo. Sr. Interventor Federal, recebeu telegramas dos Prefeitos de Taipú, Caraúbas e Augusto Severo, sobre a situação aflitiva em que se encontram aqueles municípios e

pedindo socorros. [...] O dr. Ildelfonso Pessoa de Almeida Lopes, Chefe da Secção do Fomento Agrícola neste Estado, acaba de receber um telegrama do dr. Oscar Espínola Guedes, diretor da Divisão do Fomento, comunicando que providenciou o embarque de 2.500 enxadas para distribuição gratuita entre os agricultores reconhecidamente pobres deste Estado. A medida em apreço vem ao encontro das necessidades dos nossos trabalhadores de campo, atendendo-se aos preços proibitivos que tais instrumentos de trabalho têm alcançado no mercado. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

As ações presidenciais voltadas para amenizar o flagelo da seca sobre os potiguares também são evidenciadas nas páginas do periódico, pois, enquanto um meio de comunicação que estava em sintonia com o governo brasileiro, precisava destacar as atitudes do “cabeça” da Nação para socorrer os seus “membros”, mergulhados em grandes dificuldades, mas agraciados pelas iniciativas de seu redentor. A exemplo disso, temos o anúncio da criação de três decretos assinados pelo Presidente da República, abrindo novos créditos para as obras contra as secas nos Sertões Nordestinos:

O primeiro desses decretos abre crédito de 4.500 contos para as despesas com a construção de uma ligação rodoviária entre João Pessoa e Natal, passando pelas localidades sertanejas de Itapoá, Sapé, Araçá, Alagoinha, Guarabira, Pípirituba, Campestre, etc. O segundo decreto abre o crédito de 2.000 contos para ser movimentado pelo Conselho de Imigração e Colonização para despesas com medidas de transporte e localização de trabalhadores nordestinos que queiram transferir-se para a Amazônia. O terceiro decreto abre crédito de 1.800 contos, para a execução imediata de obras destinadas a melhorar as condições de navegabilidade da barra do porto de Natal. O Presidente da República determinou que todos esses créditos fossem imediatamente aplicados nas obras a que se destinam, para dar serviços aos sertanejos atingidos nas regiões da sêca. O Conselho de Imigração e Colonização aplicará 2.000 contos que lhe foram destinados no transporte e localização dos retirantes que se destinam à Amazônia, onde, segundo já foi amplamente noticiado, lhes serão proporcionadas todas as facilidades de vida e de trabalho. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

O jornal também anunciava que, por determinação do Presidente Vargas, vinha sendo ampliada a assistência governamental aos sertanejos, de modo que o Ministro da Agricultura estava desenvolvendo grande programa no Nordeste, notadamente no setor de fomento da agropecuária, incluindo a distribuição, nessa região, no decurso de todo o ano, de mais de 1 milhão e quinhentos mil quilos de sementes e cerca de vinte mil enxadas, a instalação de dezenas de silos e montagem de várias usinas de beneficiamento de arroz. Esse projeto também incluía a construção de mais de 20 grandes aviários, e o encaminhamento de apreciáveis quantidades de produtos destinados a combater pragas e doenças de plantas.

Outra preocupação da Campanha de Assistência aos Flagelados dizia respeito à circulação de pedintes pelas ruas da capital potiguar. Esses pedintes eram oriundos do interior do Estado e se dirigiram à capital no intuito de conseguir trabalho ou algum outro recurso, assim como aconteceu nas grandes secas no Ceará, em que a população se direcionava para Fortaleza.

Do mesmo modo que na capital cearense, em Natal, esses flagelados se tornaram motivo de preocupação, uma vez que o número de pessoas que chegavam à capital crescia cada vez mais. Assim, os membros da Campanha de Assistência aos Flagelados decidiram por construir um abrigo para receber as famílias flageladas, evitando, assim, que estas viessem a provocar algum tipo de desordem pelas ruas de Natal:

Este é um dos problemas que muito têm feito pensar os nossos governantes. Inegavelmente, o assunto é complexo. [...] Agora, em pleno ardôr da Campanha de Assistência aos Flagelados, o Governo do Estado, por intermédio da Prefeitura Municipal, vai dar-lhe solução prática e definitiva, segundo declarou na sessão da C.A.F., de 20 do corrente, o dr. Joaquim Inacio de Carvalho, ilustre Prefeito da capital. Exposição, projeto, e detalhes circunstanciados do que pretende realizar a Prefeitura foram levados à consideração da Comissão de Assistência, ficando desde então assentado que o ponto inicial de tão importante obra de caridade seria a atual “Vila Operária”, situada à av. Presidente Bandeira, no bairro do Alecrim. Ali, a prefeitura de Natal construirá abrigos para a localização dos mendigos, cujos terrenos adjacentes oferecem a vantagem de um imenso campo para plantação, onde os recolhidos poderão cultivar frutas, legumes, verduras, etc. num trabalho que tem a dupla compensação de amenizar a tristeza do isolamento, e de assegurar uma renda proveitosa para os seus. Isto é, portanto, a solução de um antigo problema. Parabéns, pois, aos seus dedicados solucionadores. N. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Na perspectiva do jornal *A Ordem*, o direcionamento dos flagelados para esses abrigos ofereceria uma renda proveitosa para aquelas famílias e diminuiria a tristeza provocada pelo isolamento. No entanto, percebe-se a existência/persistência, na capital potiguar, da mesma preocupação presente em outras capitais nordestinas – notadamente Fortaleza – em secas anteriores: a presença dos flagelados nas ruas da cidade, cujo receio foi respondido com a construção de abrigos para receber essa população e evitar maiores transtornos e a perturbação da ordem pública na capital.

Assim, vê-se que a presença desses flagelados ainda era algo a ser temido, e diante da qual dispositivos de controle e isolamento foram adotados nesse contexto, como o direcionamento para os abrigos, oferta de trabalho nesses espaços e a vigilância constante por parte dos órgãos policiais.

Segundo Neves, diante desse quadro provocado pelas secas, surge, na população das zonas urbanas,

a sensação de que aquela multidão de miseráveis agride a sensibilidade de uma elite urbana civilizada. Os pobres pedem esmolas, perambulam pelas ruas sem ocupação, utilizam as áreas públicas da cidade, como praças e ruas, e trapaceiam para obter maiores ganhos da caridade. (2000, p. 27).

O mesmo autor ainda comenta que

A chegada de um grupo de retirantes a uma cidade era, assim, além de um ‘espetáculo contristador’, um momento de preocupação, pois, junto a ele, um conjunto de outros problemas iriam abalar o cotidiano dos moradores: criminalidade, mendicância, prostituição, doenças... A seca passou a ser um problema que afeta diretamente a população urbana e, mais do que isso, a coloca junto aos setores sociais que mais sofrem seus efeitos. Os retirantes exigem, com sua presença indesejada, uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas... (NEVES, 2000, p. 30).

Outra alternativa colocada em ação pelas autoridades – principalmente pelo Governo Federal – para atender aos flagelados, foi oferecer passagens e transporte para as populações sertanejas que optassem pela migração, tendo como destino o Norte do país. Essa prática já se fazia atuante há bastante tempo, e não necessariamente acontecia devido às secas no Sertão. Levas e mais levas de trabalhadores sertanejos haviam estabelecido essa rota migratória e se fixado definitivamente no Norte, tanto em cidades como também em áreas próximas aos seringais. Inclusive, durante o primeiro “boom” da borracha vivenciado pelo Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX, a atividade de extração do látex se tornou uma atividade bastante lucrativa, atraindo a atenção de um grande número de famílias e proporcionando uma vida próspera para outros sem-número de pessoas.

Como resultado, centenas de sertanejos nordestinos fixaram residência em diversas áreas do Norte do país, estabelecendo uma espécie de conexão entre Norte e Nordeste, em que muitos optaram em seguir destino àquela região por já ter parentes por lá e poder contar com o apoio desses familiares.

Entretanto, é interessante observar que essa migração do Nordeste para o Norte ganhou mais impulso num determinado momento da história do país, quando projetos governamentais propunham a ocupação intensiva do Oeste e do Norte com o pretexto de ocupar o que passou a ser chamado de “espaços vazios”, a fim de promover a integração do país, e também nos períodos em que a escassez de chuvas provocava um intenso desarranjo social, econômico e familiar em áreas do Nordeste, transformando-as em palco de movimentos populares, onde a fome, a exploração do trabalho camponês, o autoritarismo dos governantes e as injustiças sociais de uma forma geral promovem a ação das multidões em busca de soluções para suas necessidades. Segundo Neves,

tudo parece fazer crer que a política de migração para o Norte foi uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde. (2000, p. 33).

O Brasil, com sua dimensão continental, era um país onde as insatisfações populares se tornavam visíveis através das ações das multidões, principalmente em períodos de grandes dificuldades, como o já relatado exemplo da Seca de 1942. Os anos de secas prolongadas eram capazes de reduzir a sobrevivência das populações camponesas a níveis críticos, provocando o seu deslocamento para as zonas urbanas onde esperavam encontrar trabalho. Deparando-se com as insignificantes remunerações nas obras públicas e a carestia ou mesmo falta de alimentos, esses flagelados acabavam por dar vazão aos seus descontentamentos através dos saques, também visto como uma forma de protesto.

Sendo assim, o governo brasileiro via na migração para o Norte uma forma de amenizar as tensões do campo, levando esses grupos para longe e escondendo-os do restante do país, em áreas distantes e pouco conhecidas da maioria da sociedade brasileira. E, a partir da década de 40, quando o governo propôs a ocupação do Norte e a “Marcha para o Oeste”, as atenções foram voltadas mais uma vez e com ainda mais intensidade, para as populações sertanejas do Nordeste do Brasil, que, nesse mesmo período, voltaram a sofrer com os efeitos da Seca de 1942.

No que diz respeito à ocupação das áreas de baixa densidade demográfica, em outros períodos, como no século XIX, ocorreu uma ocupação desordenada na região da Floresta Amazônica. Nos anos 40, a ação foi diferente, pois foi incentivada e financiada pelo Estado brasileiro, que investiu capital para efetivar de maneira eficiente e organizada a ocupação do Norte do Brasil. Sobre os esforços para promover a tarefa de ocupação do Norte brasileiro, Angela de Castro Gomes explica que esse trabalho “teria que ser imenso, pois imenso era nosso território, ao longo do qual se encontrava essa população, escassa em número, mal distribuída no espaço geográfico e muito mal assistida pelo poder público” (2013, p. 42). Para a autora, até a década de 30,

o Brasil era visto como uma sociedade tradicional e atrasada: um país rural, agrário-exportador, com poucas ‘gentes’ e muitos ‘vazios territoriais’ a desbravar e ocupar. Pouco desenvolvido econômica e culturalmente, o país vivia dependente dos fluxos da economia internacional, como a crise de 1929 acabara de comprovar, mais uma vez; também vivia dependente das ‘ideias’ vindas do exterior, pois não tinha universidades que formassem suas elites, nem escolas primárias, menos ainda secundárias, que educassem seus futuros cidadãos. Grande parte de sua população economicamente ativa, de seus trabalhadores, concentrava-se no campo, sendo pobre ou miserável, além de analfabeta e doente. (GOMES, 2013, p. 43).

Do final dos anos 30 e início dos anos 40, o Governo Vargas ampliou o incentivo às migrações. Ocupar os “espaços vazios”, povoá-los, explorá-los economicamente sob a tutela do Estado, era uma tarefa essencial para manter a unidade territorial da Nação e estabelecer uma identidade homogênea para o país, dissipando qualquer discrepância que pudesse pôr em risco a unidade nacional. Para tanto, era preciso enviar um grande contingente populacional

para se fixar nesses espaços, constituindo-se também em mão de obra. Parte significativa desse contingente foi oriundo do Nordeste brasileiro. A “Marcha para o Oeste”, então, objetivou

tornar o Brasil uma terra de brasileiros, por eles efetivamente ocupada. Seguindo uma imagem que o presidente Vargas gostava muito de usar em seus discursos, finalmente nossas fronteiras ‘externas’ – desenhadas pelos tratados internacionais estabelecidos ao longo da nossa história – coincidiram com nossas fronteiras ‘internas’. Daí o traçado de um conjunto de ambiciosas políticas públicas, encetadas por um Estado forte e capaz de representar a ‘unidade nacional’, traduzido pelo lema da Marcha para o Oeste. Nada nesse projeto podia ser pequeno, razão pela qual ele abarcava medidas que debatiam e buscavam intervir na organização do espaço territorial do país; no controle dos fluxos populacionais, fossem de imigrantes ou de migrantes nacionais; e na previsão de investimentos em áreas estratégicas, como a de transportes e comunicações, fundamentais para a segurança e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sobretudo quando o pano de fundo era a Segunda Guerra Mundial. (GOMES, 2013, p. 62).

No contexto das grandes migrações, podem ser estabelecidas três grandes rotas migratórias que mudaram o aspecto do mapa humano do Brasil:

A primeira delas, inserida no movimento de Marcha para o Oeste dos anos 1940, ocorreu no e devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial, envolvendo o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, tendo em vista a necessidade de aumento de produção da borracha. A segunda é muito mais persistente no tempo, iniciando-se ainda nos anos 1930 e só perdendo força a partir da década de 1970. [...] A terceira rota se concentra no tempo, nos anos 1950/1960, pois se liga ao grande evento geopolítico que foi a transferência da capital do país para o Planalto Central e, em decorrência, às obras de construção de Brasília. (GOMES, 2013, p.71- 72).

Especificamente no primeiro momento, estiveram presentes iniciativas governamentais, que promoveram cuidadosas campanhas de divulgação, as quais contaram com a contratação de pessoal especializado que deveria utilizar os mais modernos meios de comunicação da época, tais como cartazes, folhetos, rádios, entre outros. Para retomar o fluxo de deslocamento para o interior do país, um enorme incentivo estatal foi necessário. O próprio Presidente Vargas encarregou-se de viajar ao Vale Amazônico, onde, em Manaus, proferiu um discurso em que se referia à região como uma espécie de “Vale da Promissão”, no qual estariam presentes diversos recursos naturais a serem explorados por aqueles comprometidos com o trabalho e com o crescimento da nação como um todo. Nesse discurso, ele aponta para a nova fase de ocupação do Vale Amazônico, diferentemente do que havia acontecido no passado, quando as levas de migrantes ali chegaram e se estabeleceram aleatoriamente naquele espaço, ocupando-o de maneira esparsa.

A partir daquele momento, o processo de ocupação se daria de forma organizada e com a presença do Estado brasileiro, auxiliando no transporte e na fixação das famílias nesse território do futuro, de inestimável potencial econômico.

CAPÍTULO 2

A PROPAGANDA E A ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA PARA A
CAMPANHA DA BORRACHA

CAPÍTULO 2

A PROPAGANDA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA A CAMPANHA DA BORRACHA

O segundo capítulo dessa obra analisa as funções do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgão responsável pela seleção e transporte dos trabalhadores que passariam a exercer a função de soldados da borracha, como parte do esforço de guerra e dos acordos assinados entre o governo dos Estados Unidos e do Brasil, os Acordos de Washington.

Além disso, esse capítulo discute o papel desempenhado pela propaganda no que tange à inserção da sociedade brasileira nos projetos do Estado Novo, principalmente (neste caso) no esforço de guerra e no apoio à formação do Exército da Borracha, por meio de discursos e de criação de datas comemorativas (amplamente divulgados pelos meios de comunicação), além dos cartazes divulgados pelo SEMTA, atuando no sentido de convencer a sociedade a fazer parte da Batalha da Borracha, e, principalmente, convencer os nordestinos a ingressarem no referido Exército.

Nesse aspecto, a propaganda apresentava a Amazônia não apenas como o Eldorado, mas também como a solução para os problemas da população do Nordeste brasileiro, que, por seu turno, era apresentado como sendo uma região castigada pelas secas, e onde não existia nenhuma possibilidade de se construir uma vida plenamente próspera devido àquele flagelo, uma imagem totalmente diferente da que foi construída para a Amazônia.

2.1 O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)

Após a assinatura dos Acordos de Washington, tornou-se necessário colocar em prática o projeto de seleção de trabalhadores, os quais seriam encaminhados aos seringais amazônicos como parte do esforço de guerra, dando início à Batalha da Borracha. Para tanto, era importante a criação de um órgão que ficasse responsável pelo processo de seleção e demais atribuições que viessem a surgir em face desse projeto.

Dessa forma, o Coordenador da Mobilização Econômica, o Ministro João Alberto Lins de Barros, através da portaria de 30 de novembro de 1942, definiu a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), usando algumas justificativas, como a necessidade de intensificar de forma imediata o povoamento da Amazônia, a fim de permitir o incremento da produção da borracha e outros materiais estratégicos, e a situação de seca nos estados nordestinos, onde o acúmulo de trabalhadores em certas regiões prejudicava a economia desses estados, formando, simultaneamente, uma reserva de mão de obra.

Havia também a necessidade de serem organizados, de maneira conveniente, os transportes interiores, além do amparo adequado às famílias dos trabalhadores que fossem encaminhados para a Amazônia, durante o período de transição, em que por falta de instalações convenientes, essas mesmas famílias ainda não pudessem acompanhar seus respectivos chefes.

Desse modo, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia tinha como principais atribuições: promover os estudos necessários para transportar, por vias interiores, os trabalhadores nordestinos para a Amazônia; organizar um sistema de recrutamento que despertasse a confiança dos trabalhadores, de forma a protegê-los e assisti-los convenientemente durante a viagem, e dando às suas famílias assistência médica e econômica.

Também eram suas atribuições articular-se com o Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no sentido de assegurar uma colaboração harmônica nos respectivos setores da atividade; organizar, ao longo do trajeto a ser percorrido, pontos de pouso com recursos adequados para atender às necessidades dos trabalhadores; por fim, organizar um sistema de comunicações rápido e eficiente entre as autoridades encarregadas de proceder à mobilização e ao transporte, de tal forma que pudessem ficar funcionando adequadamente os imprescindíveis serviços de subsistência, assistência médica e ligação entre os trabalhadores e suas famílias.

Por conseguinte, ao Chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, função entregue ao engenheiro Paulo de Assis Ribeiro³¹, cabia as seguintes atribuições: celebrar contratos, constituir procuradores, designar e autorizar propositos, contratar serviços com órgãos do governo, contrair empréstimos, adquirir material, fazer pagamentos, bem como mobilizar todos os recursos indispensáveis à sua função. Além disso, era função do Chefe do SEMTA propor ao coordenador econômico todas as providências que julgasse necessárias para o perfeito desempenho de sua missão. Enquanto Assistente do Coordenador da Mobilização Econômica, ele tinha ainda as mais amplas atribuições para executar os serviços a seu cargo e efetivar as atribuições cabíveis ao SEMTA.

O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia atuava em parceria com a Rubber Reserve Corporation, agência federal do governo dos Estados Unidos. Através de acordos assinados entre ambas as instituições, foi colocado em prática o processo de seleção e de encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia, uma vez que grande parte do capital necessário para pôr em ação todo esse processo era de origem norte-americana.

Através desse acordo, o SEMTA colocava-se na obrigação de apresentar em Belém do Pará até 50.000 trabalhadores masculinos, adultos, capazes de executar trabalhos ligados à extração da borracha na área do Amazonas.

As condições contratuais de trabalho da mão de obra recrutada pelo SEMTA, incluindo salários e remuneração, assistência social e médica, alojamento, etc., tanto em relação aos

próprios trabalhadores como quanto aos seus dependentes, seriam previamente resolvidas por entendimento entre o SEMTA e a Rubber, e de acordo com as autoridades brasileiras competentes, ficando entendido que tais condições não seriam nunca inferiores àquelas que se aplicavam a categorias semelhantes de trabalhadores nos termos da legislação brasileira do trabalho.

Também se estabeleceu que os trabalhadores apresentados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia se obrigariam a contratos não inferiores a dois anos como condição essencial à sua aceitação, e também que as cláusulas do contrato de trabalho seriam previamente aceitas como obrigatórias pelos empregadores aos quais os trabalhadores chegassem a prestar serviço.

A Rubber, diretamente ou em colaboração com entidades federais brasileiras, comprometia-se, por meio deste acordo, a empregar seus melhores esforços para facilitar ao SEMTA a obtenção de assistência e equipamento médico, farmacêutico e de transporte que se tornassem necessários.

O trabalho do SEMTA, que consistia em organizar a divulgação e propaganda de assuntos pertinentes ao Amazonas, apresentava em sua composição técnicos especializados em propaganda, principalmente no setor de desenho de cartazes, fotografias e filmagem, contando também com pessoal especializado na parte de divulgação pela imprensa. Nos primeiros momentos de funcionamento do setor de propaganda, este se limitou a recolher indícios de que o flagelo das secas havia tornado superabundante o material humano propício para seguir rumo ao Amazonas.

Após o envio das populações flageladas pela seca para o Amazonas, o serviço de propaganda começava então a fazer o ambiente para novo recrutamento. Em seguida, após a inscrição de novos candidatos, era realizada a etapa da seleção médica, ao que, por conseguinte, os candidatos considerados aptos eram enviados para outros estados do Nordeste, onde se localizavam os pousos – locais em que os trabalhadores selecionados ficavam à espera do encaminhamento aos seus futuros locais de trabalho, os seringais – e outros pontos do território nacional. Esses homens deveriam ser acompanhados de técnicos de laboratório e guardas sanitários, que os conduziram, após terem sido aceitos pelo exame médico, às linhas de transporte do Amazonas. A identificação desses trabalhadores era feita por fotografia dos mesmos e ficha datiloscópica, recebendo um número de ordem que os acompanharia por todo o trajeto.

Nos primeiros grupos de recrutados, aceitavam-se preferencialmente homens solteiros, devido à dificuldade inicial de transporte. No entanto, após a resolução desse problema, homens casados também seriam admitidos indiferentemente, muito embora, desde o início, estes também compusessem o quadro dos recrutados.

Após a realização da seleção médica, seria ministrada uma proteção contra doenças contagiosas, de modo a se tratar das condições de saúde de cada trabalhador durante a viagem.

As imunizações a serem realizadas em todos os trabalhadores consistiam em: vacinação antitetânica, vacinação antiamarílica, vacinação antitífica e vacinação antivariólica. Aqueles que se apresentassem com alguma moléstia, tais como anemia verminótica ou hiponutrição, receberiam tratamento específico sistematicamente, realizado nos pousos e no trajeto, pelos guardas sanitários, consoante as prescrições médicas.

No que diz respeito às linhas de transporte, no início do funcionamento do SEMTA, havia duas. Uma delas era a Linha Norte, que compreendia os municípios de Fortaleza (CE), Sobral (CE), Tianguá (CE), Teresina (PI), Coroatá (MA), São Luís (MA), Bragança (PA) e Belém (PA). Durante esse trajeto, os trabalhadores encontravam abrigos com capacidade para aproximadamente 800 a 1300 homens, onde instalações sanitárias completas, serviços médicos, etc., eram facilitados e controlados por pessoal treinado em saneamento de acampamentos. A previsão estimada era a de que os trabalhadores alcançassem os pousos depois de 12 horas de transporte.

Inclusive, nessa mesma Linha Norte havia um contrato entre o SEMTA e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), mantido pelo Institute of Inter American Affairs e o governo brasileiro, cujos recursos financeiros aplicados pelo SESP eram quase que exclusivamente de origem americana. Através desse contrato, o SESP tinha como responsabilidade cuidar do serviço médico, sendo a seleção dos homens feita pelo SEMTA, enquanto o SESP trataria exclusivamente da saúde dos trabalhadores durante o trajeto até o ponto final. Essa Linha Norte era a que se encontrava perfeitamente organizada, fazendo, até então, o maior transporte.

A Linha Sul, que ainda estava em organização, estava prevista para iniciar o transporte de homens em fins de fevereiro. Essa linha compreendia, por sua vez, os seguintes municípios: Iguatú (CE), Campos Sales (CE), Picos (PI), Floriano (PI) e Carolina (MA), num total de 1300 quilômetros por terra, através de estradas de rodagem, cuja melhoria seria conseguida pelos próprios homens durante o trajeto. À medida que se adiantariam as turmas, seriam reparadas estradas, pontes, bueiros e qualquer outro serviço que se fizesse necessário.

Apesar das precárias condições que se apresentavam no início do transporte, o tráfego direto através do interior já se tornara possível ao longo do tempo, desde o Rio de Janeiro até Belém, cabendo aos serviços do Vale do Amazonas a função de melhorar as condições de transporte, com intuito de diminuir o tempo de viagem, poupar material e fixar ao longo dessa extensa linha os suprimentos de alimentação, combustível, etc. Essa segunda Via Sul ficou sob exclusiva responsabilidade do SEMTA, enquanto a responsabilidade pela Linha Norte coube ao SESP, uma vez que do município de Floriano (PI) até Alcobaça (PA), perto de Belém, constituía-se numa região de grande incidência de malária, cabendo então ao SESP os cuidados especiais no uso dessa via, procurando evitar, assim, grandes catástrofes em termos de mortalidade.

Ao terminarem a trajetória de viagem, os trabalhadores eram recebidos por um órgão da Rubber Reserve e do SESP, para que fossem repetidos os exames médicos de seleção, após

os quais os trabalhadores eram aceitos ou recusados. A partir dos pontos terminais de Belém e Alcobaça, ambos no Pará, a Rubber Reserve designou à Superintendência de Abastecimento do Vale do Amazonas (SAVA) – que praticamente exerceria o papel do Departamento Nacional de Imigração (DNI) – o transporte através do Vale Amazônico para os pontos finais de destino – os respectivos locais de trabalho –, tanto no Baixo como no Alto Amazonas e no território do Acre, no qual, neste último, havia três pontos terminais: Rio Branco, Boca do Acre e Mamoré.

Para fazer cumprir as remunerações aos trabalhadores selecionados e a assistência às famílias destes, foram realizados acordos entre o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), a Superintendência de Abastecimento do Vale do Amazonas (SAVA), o Departamento Nacional de Imigração (DNI) e o Banco da Borracha, acordos esses, cujo objetivo era o de dar ao homem, desde o momento em que fosse aceito pela inspeção médica, um pagamento diário que variava de acordo com seu estado civil e com a condição de trabalho durante o trajeto.

Os trabalhadores solteiros que fossem aceitos pela inspeção médica passariam a receber Cr\$ 7,00 por dia, descontando, entretanto, Cr\$ 3,00 para alimentação e 50% do custo do equipamento. O dinheiro descontado teria aplicação no fundo comum de Assistência às famílias que ficavam, tanto dos solteiros como dos casados. Quando já estivessem trabalhando, receberiam Cr\$ 11,00 por dia. Os trabalhadores casados, além dessa mesma cota e com os mesmos descontos, receberiam Cr\$ 2,00 por pessoa de sua família, até o máximo de Cr\$ 8,00. Quando chegassem aos seringais, no período em que ainda não houvesse nem dinheiro nem borracha, a Rubber Reserve anteciparia cinco milhões de cruzeiros, com o propósito de prolongar a assistência às famílias durante o período em que o homem ainda não estivesse produzindo.

O trabalho do seringueiro – ou soldado da borracha – incluía um período de treinamento, que acontecia antes de partirem para os seringais. Nesse período de treinamento, os homens aprendiam a cortar a seringa de acordo com a técnica, sem prejudicar a árvore, e também a trabalhar com o látex de maneira a proporcionar um produto de melhor qualidade. Após a etapa do treinamento, ficavam algum tempo agrupados com seringueiros já experimentados.

No que concerne à assistência oferecida às famílias dos trabalhadores da borracha, o SEMTA dividia suas atividades em dois sistemas, sendo um deles o de auxílio direto em dinheiro e o outro em forma de nucleamento das famílias em regiões apropriadas. O principal interesse do SEMTA, no entanto, era o de reunir as famílias nos núcleos ao invés de deixá-las apenas assistidas pela contribuição financeira descontada do trabalhador.

Esse plano de nucleamento representava o desejo de localizar nas revensas dos açudes e nas bacias de irrigação as populações que se localizavam nas zonas mais atingidas pela seca. Esse programa de nucleamento em zonas irrigadas não seria de realização imediata nem compatível com apenas um serviço, mas com a participação de todos os órgãos da administração pública ligados ao projeto, como a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), o

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Ministério da Agricultura e serviços congêneres. Assim como ao SEMTA, caberia a assistência às famílias dos trabalhadores a ação conjunta de todos esses órgãos.

Uma vez nucleadas, essas famílias recebiam assistência médica, principalmente no que concerne à higiene infantil, alimentação, tratamento de endemias, doenças contagiosas, etc. Essas famílias também recebiam incentivo ao trabalho industrial doméstico, que, até aquele momento, constituía uma boa fonte de renda no estado do Ceará. Tal incentivo permitiria que a quantidade e a qualidade do produto fossem elevadas e, além de elevar a qualidade da produção, os intermediários seriam suprimidos, dando ao produtor a maior parte do benefício financeiro.

O SEMTA também possuía um Departamento de Assistência Religiosa, cuja função era coordenar e orientar a ação do clero em geral, desde o arcebispo de Fortaleza até os vigários das freguesias do interior. Inclusive, a tarefa concedida às autoridades eclesiásticas era a de orientar os paroquianos sobre as razões econômicas e patrióticas da migração para o Amazonas.

O Departamento Central do SEMTA era responsável pela atuação de diversos departamentos, que recebiam funções específicas. Entre esses departamentos, havia o de Obras, o de Assistência Social – que, por sua vez, era responsável pela organização dos núcleos familiares, da produção e subsistência, da recreação e comunicação entre os trabalhadores e suas famílias. O setor de organização dos núcleos familiares era incumbido do controle de movimento e da educação das famílias nucleadas, enquanto o setor de produção e subsistência se responsabilizava pelas atividades agrícolas, de avicultura e das atividades industriais domésticas.

O Departamento do Serviço de Saúde era encarregado da seleção de trabalhadores, da assistência médica nos grupos familiares, pela assistência médica nos trajetos de viagem e pelo saneamento nos nucleamentos e nos pousos.

Enquanto isso, o Departamento de Transporte e Abastecimento tinha como função organizar o transporte terrestre e aéreo, o transporte fluvial e marítimo, cuidar do abastecimento dos armazéns e cantinas, bem como dos serviços de rádio. Já o Departamento de Imigração tinha por finalidade cuidar do registro dos trabalhadores que seguiam para os seringais e de suas respectivas famílias.

2.2 Pontos e pousos do SEMTA no Rio Grande do Norte e em outras localidades

Uma das ações do SEMTA era o estabelecimento de pontos onde os interessados em participar do Exército da Borracha pudessem passar pelos demais procedimentos, como a seleção médica. Esses pontos de alistamento geralmente eram estabelecidos em municípios que pudessem servir de polo para os municípios mais próximos, tendo o interessado que se deslocar para realizar seu alistamento.

Foram estabelecidos pontos de alistamento em diversas cidades, sendo os mais numerosos no estado do Ceará. Foi possível encontrar registros que atestam a presença desses postos nas cidades de Patos, São Luís, Parnaíba, Quixadá, Sobral, Porangabussú, Iguatú, Juazeiro, Teresina, Fortaleza, Mossoró e Natal. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, esse centro de alistamento e seleção foi instalado provisoriamente no prédio da Policlínica do Alecrim, que ainda estava em construção naquele momento.

O periódico potiguar *A Ordem*, inclusive, chegou a noticiar a instalação, em Natal, à rua Seridó, de uma hospedaria de emergência com serviço de seleção médica, cuja direção ficou a cargo dos Drs. Milton Pinto e Sérvulo Guedes. Segundo o jornal, o alistamento havia iniciado no dia 1º de novembro (de 1943), e, no dia 4 daquele mesmo mês, estavam a caminho de Mossoró os primeiros 70 trabalhadores selecionados, que seriam transportados para a Amazônia, configurando a inserção da capital potiguar na Batalha da Borracha (*A Ordem*, 1943, p. 4).

Em Mossoró, o ponto de seleção do SEMTA, que tinha atribuições em todos os municípios do Rio Grande do Norte, ficou sob a direção do Dr. Aderson Dutra (médico e político no estado do Rio Grande do Norte. No contexto da Batalha da Borracha, a administração do ponto de seleção do SEMTA, em Mossoró, ficou sob sua responsabilidade). Em entrevista concedida ao jornal *A Ordem*, Aderson Dutra informou que o Pouso de Mossoró, ali instalado em 26 de fevereiro de 1943, já havia enviado para o “front” da borracha cerca de 2.300 trabalhadores de vários municípios do estado, e que Macau, até aquele momento, já havia contribuído com cerca de 570 homens. O pouso do SEMTA em Mossoró, segundo o entrevistado, estava funcionando no prédio da Maternidade, no qual o candidato, após a seleção médica, ficava por conta do SEMTA, com alimentação e dormida, aguardando o momento de seguir viagem para o extremo Norte (*A Ordem*, 1943, p. 4).

Aderson Dutra afirmou que o transporte dos trabalhadores seria feito através de caminhões até Fortaleza, onde ficariam em média de 10 a 12 dias, e receberiam vacinação preventiva contra o tifo e contra outras doenças. O trabalhador casado, após ser considerado apto, preencheria uma ficha, declarando os nomes da esposa, dos filhos, ou das pessoas que estivessem sob sua dependência, em que cada pessoa da família receberia Cr\$ 2,00 diários até o máximo de Cr\$ 8,00. Segundo ele, esse pagamento já era consideravelmente grande no estado do Rio Grande do Norte, onde o SEMTA já distribuía diariamente cerca de 5.396 cruzeiros entre os municípios de Macau, Areia Branca, Mossoró, Assu, Apodi e Caraúbas.

Quanto à participação do clero na Batalha da Borracha, é interessante observar que esse grupo religioso também atuava no sentido de prestar auxílio espiritual aos trabalhadores que se dispuseram a ingressar no esforço de guerra como soldados da borracha, além de contribuir com a propaganda a favor da Batalha da Borracha. Como exemplo disso, o periódico potiguar *A Ordem* anuncia a presença de alguns sacerdotes junto às turmas de trabalhadores selecionados pelo SEMTA, desempenhando a tarefa de prestar não só o auxílio religioso, mas também o

trabalho de animar os brasileiros naquela árdua tarefa de contribuir com o esforço de guerra. Inclusive, cita o nome do Pe. Hélder Câmara, que, no período de publicação da matéria naquele jornal, encontrava-se em Mossoró, exatamente em missão de propaganda, realizando discursos em praça pública:

Junto a estes trabalhadores da borracha estão alguns sacerdotes, prestando assistência religiosa, e animando os brasileiros na sua árdua tarefa. O pe. Helder Camara é um desses abnegados lutadores, em defesa dos interesses do Brasil e dos Aliados. Atualmente em Mossoró, em missão de propaganda, está o ilustre sacerdote realizando discursos na praça pública, de que nos dá conta o telegrama abaixo recebido do nosso correspondente naquela cidade: Encontra-se aqui, desde ontem, o pe. Helder Camara, técnico de educação, vindo em missão especial do governo, para a assistência religiosa aos voluntários da campanha da borracha, na Amazônia. Falará hoje, em praça pública, seguindo amanhã, após missa campal, quando novamente falará. (*A Ordem*, 1943, p. 1)

O Padre Hélder Câmara fazia parte do quadro de pessoal do SEMTA, sendo a sua função a de Chefe de Departamento de Assistência Religiosa.

É possível notar, dessa forma, o caráter não apenas bélico atribuído à Batalha da Borracha, mas também o seu aspecto “sagrado”, na medida em que aqueles trabalhadores passavam a se dedicar à tarefa de contribuir com a vitória dos Aliados e da própria Nação contra as “forças do mal” que ameaçavam perturbar a ordem e a paz do mundo, numa tarefa que era definida pelo próprio discurso do jornal e das autoridades religiosas como sendo árdua.

No entanto, por mais árdua que fosse a sua função, o soldado da borracha não estaria desamparado, pois contaria com a presença de representantes da igreja para animar a sua fé e lhe fornecer o alimento que restauraria as suas forças para que, num ato de trabalho e de obediência, enfrentassem todas as adversidades, abnegados, com o fim último de garantir a vitória do bem sobre o mal, da justiça sobre a desordem provocada pelo nazismo e pelo fascismo.

Outro exemplo da presença do clero em meio às turmas de trabalhadores pertencentes ao SEMTA é a divulgação, pelo jornal *A Ordem*, da partida da primeira turma de soldados da borracha, composta de 150 homens, que assistiram a uma missa celebrada pelo Revmo. Monsenhor Honório em prol do bom cumprimento do dever:

Ontem, segui, via Mossoró e Areia Branca para o Amazonas, a primeira turma de soldados da Borracha, composta de 150 homens. Pela manhã, o revmo. Monsenhor Honório celebrou missa pelo bom êxito pela batalha do Amazonas, com a presença dos trabalhadores, dirigindo-lhes a palavra, concitando-os ao cumprimento do dever. A missa foi concorridíssima. Ficou encarregado da assistência dos trabalhadores o revmo. Monsenhor Honório. (*A Ordem*, 1943, p. 2)

A atuação do clero católico não se dava apenas nas áreas do Nordeste de onde partiram soldados da borracha. Seu trabalho também se fazia necessário na Região Amazônica, destino de muitos daqueles trabalhadores. Algumas matérias do já citado periódico potiguar apontam para a importância do clero naquela região, principalmente no que dizia respeito ao convencimento dos trabalhadores para que estes não recusassem mais os tratamentos médicos oferecidos por médicos e enfermeiras da Cruz Vermelha e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), contra as doenças endêmicas regionais. A equipe médica teria pedido às autoridades religiosas para que, nas pregações dos domingos, aconselhassem aos fiéis a aceitarem os tratamentos:

O papel do clero na vida de nossa nacionalidade é realmente insubstituível. [...] Notícias de uma prelazia do interior do Amazonas nos dão conta de um fato muito expressivo de como sem o clero pouco ou nada se poderá fazer mesmo em setores puramente administrativos. O Governo Federal requisitou e está remetendo para as populações daquele imenso vale grandes quantidades de remédios, de soros, de injeções contra as doenças endêmicas regionais. Acontece, entretanto, que há certa relutância por parte dos menos esclarecidos, dos mais atrasados em aceitarem aqueles medicamentos. Os médicos e enfermeiras da Cruz Vermelha e da LBA, diante do caso, estão recorrendo às autoridades religiosas no sentido de que, nas pregações domingueiras, aconselhem os fiéis a que não ofereçam resistência passiva à tarefa das autoridades sanitárias, naquele particular. Neste caso do deslocamento de nordestinos para a produção da borracha na Amazônia foi preciso também em sua primeira fase, a ajuda do clero católico. Sacerdotes foram mobilizados no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, a convite do Governo, para assistirem espiritualmente os nordestinos na travessia e durante a estada nos seringais. E os párocos, aproveitando-se da oportunidade de reunião do seu rebanho, falavam-lhe do aspecto patriótico que a imigração para o extremo norte do país revestia, no instante presente. Desta sorte, muitas dificuldades foram aplainadas, muitas perguntas de foro íntimo esclarecidas e bastas relutâncias superadas [...]. (*A Ordem*, 1943, p. 1)

Além disso, alguns membros do clero se responsabilizavam em repassar, para as famílias dos trabalhadores, os valores correspondentes ao auxílio financeiro oferecido pelo SEMTA, como foi o caso do Monsenhor Joaquim Honório, vigário de Macau, e o Padre Ismar Fernandes, vigário de Areia Branca, ambos municípios do Rio Grande do Norte (*A Ordem*, 1943, p. 1 e 4).

Em 1943, vários trabalhadores foram enviados para a Amazônia, segundo consta no jornal *A Ordem*. Em entrevista reproduzida por este periódico, Aderson Dutra afirmou que as duas primeiras turmas enviadas para a Amazônia contavam com 290 pessoas, enquanto a terceira era composta por 80 (*A Ordem*, 1943, p. 1). O jornal também anunciou que o município de Pau dos Ferros recentemente havia contribuído com 50 trabalhadores para a Batalha da Borracha (*A Ordem*, 1943, p. 1).

Também foi notícia, no já citado periódico, que havia partido de Apodi o seu primeiro contingente de soldados da borracha, composto por 61 trabalhadores, e que o Rio Grande do Norte, até aquele momento, já havia enviado para a Batalha da Borracha 2.000 trabalhadores (*A Ordem*, 1943, p. 4). *O Diário de Natal* informava que Ceará-Mirim e Nova Cruz haviam

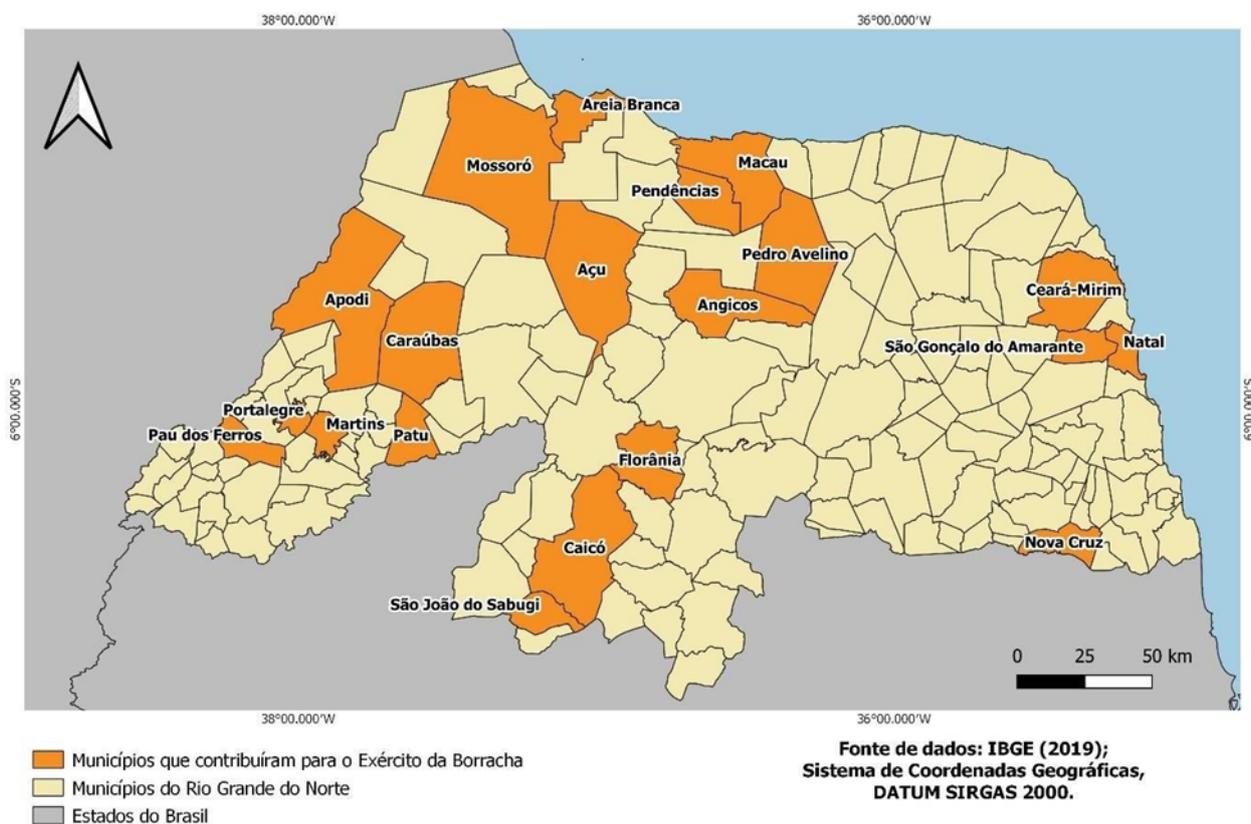
colaborado no esforço de guerra enviando as primeiras turmas de soldados para a Amazônia, e que, em São Gonçalo, havia várias famílias recebendo o auxílio financeiro ofertado pelo SEMTA (*O Diário de Natal*, 1943, p. 2). Em 28 de julho, o jornal *A Ordem* noticiava a chegada em Manaus de 800 soldados da borracha, que estavam no aguardo de transporte para o interior (*A Ordem*, 1943, p. 3). Em 05 de agosto, mais 110 pessoas chegaram a Manaus e haviam sido encaminhadas para os seringais (*A Ordem*, 1943, p. 3).

A imprensa potiguar buscava, a todo momento, ressaltar a participação da população norte-rio-grandense no esforço de guerra, publicando em suas matérias os nomes dos diversos municípios que contribuíram com soldados da borracha e a quantidade de trabalhadores que já haviam sido encaminhados para a Amazônia. Por exemplo, dentre as várias publicações em que aborda o assunto em questão, noticia que, de Areia Branca, haviam viajado para o Amazonas 138 trabalhadores, elevando para 708 a contribuição daquele município para a Batalha da Borracha, perfazendo um total de 2.600 homens do Rio Grande do Norte que seguiram para a Amazônia (*A Ordem*, 1943, p. 3).

Aderson Dutra explicou que o primeiro esforço desse serviço foi promovido entre fevereiro e agosto de 1943, quando enviaram para a Amazônia 2.750 homens, conduzidos de Mossoró a Teresina em caminhões, de Teresina a São Luiz por via férrea, e de São Luiz até Belém em navios e aviões. Quanto às famílias dos trabalhadores, Aderson Dutra afirmou que estas ficavam inteiramente amparadas pelo SEMTA, sendo, posteriormente, enviadas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI) para a Amazônia. Além disso, informou ainda que o SEMTA se encarregava de pagar, todos os meses, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros a mais de mil famílias residentes em Mossoró, Areia Branca, Macau, Patu, Apodi, Assu, Martins, Portalegre, Catolé do Rocha, Paraíba, Caiçara, Ceará e nas vilas de Independência e Eptácio Pessoa, dos municípios de Macau e Angicos. Informou também que, após uma breve interrupção de atividades em setembro e outubro, em virtude de uma reforma nos quadros administrativos ligados ao SEMTA, esse serviço já havia voltado às atividades com um novo contrato, tendo como objetivo enviar 16.000 homens para a Amazônia, tendo Natal um dos pontos de maior importância naquele novo momento (*A Ordem*, 1943, p. 1 e 4).

O mapa a seguir nos permite visualizar os municípios potiguares que contribuíram com soldados da borracha e onde havia famílias de trabalhadores que recebiam o auxílio financeiro prestado pelo SEMTA, na ocasião em que estas permanecessem em seus municípios de residência, longe dos trabalhadores que já haviam partido em direção aos locais de trabalho:

Mapa 2 – Mapa com localização dos municípios do Rio Grande do Norte que contribuíram com trabalhadores para o Exército da Borracha



Fonte: elaborado por SANTOS, Andréa Dryelle dos. **Localização dos municípios do RN que contribuíram com trabalhadores para o Exército da Borracha.** 2020. 1 mapa. Escala 1:25 km.

Em 1944, turmas de trabalhadores continuaram a ser encaminhadas para o trabalho na Amazônia. O periódico *A Ordem*, de acordo com nova entrevista concedida por Aderson Dutra, noticiou que, em dez meses de trabalho, o SEMTA havia enviado mais de três mil trabalhadores potiguares para a Amazônia. Além disso, ressalta a eficiência do serviço prestado pela CAETA em Natal, que, em apenas dois meses de funcionamento na capital, havia examinado 880 candidatos, dos quais foram encaminhados para a Amazônia 700 (*A Ordem*, 1944, p. 3). Por sua vez, o periódico *O Diário de Natal* divulgou que a contribuição do Rio Grande do Norte já havia chegado à marca de 3.200 trabalhadores:

Pelo trem de hoje seguiram, via Mossoró, mais duas turmas, num total de 74 trabalhadores, com destino aos seringais da Amazônia. Com esta leva ascende, portanto, a 420, o número de Soldados da Borracha recrutados em Natal pelo SEMTA, onde, apenas durante o mês de novembro findo, foram selecionados mais de 500 trabalhadores. Cerca de 50 famílias cujos chefes ou arrimos foram encaminhados pelo SEMTA para a região amazônica, acham-se amparadas pelo Serviço, que, como é sabido, assegura uma diária de Cr\$ 8,00 a cada uma, conforme o número de pessoas de que se compõe a mesma. Assim, a contribuição do Rio Grande do Norte na Batalha da Borracha já

orça em cerca de 3.200 trabalhadores recrutados pelo SEMTA que, depois do aliciamento na zona oeste do Estado, instalou os seus trabalhos com o mais completo êxito nesta capital. (*O Diário de Natal*, 1943, p. 8)

Ainda de acordo com *O Diário de Natal*, o inverno não havia perturbado a ida dos trabalhadores para os estados do Pará e do Amazonas em virtude dos seguintes fatores: as excepcionais vantagens asseguradas aos seringalistas e agricultores, e a compreensão de que a borracha estava contribuindo de forma decisiva para a vitória dos Aliados sobre os impérios totalitários.

Afirma ainda que, além de otimamente recompensado, o trabalhador seringalista contava com amparo médico, facilidades para sua alimentação, e proteção direta do Ministério do Trabalho. Informa também que os serviços administrativos, no Rio Grande do Norte, tinham como chefe o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, e que duas hospedarias, uma em Natal, localizada à Avenida Getúlio Vargas, esquina da Rua das Dunas, e outra em Mossoró, estavam a receber os trabalhadores e encaminhando para Fortaleza, de onde seguiam para o extremo norte em condutores especiais, com todo conforto. Quanto ao percurso, o jornal informa que os trabalhadores seguiam pelos trens da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte para Angicos, onde, em caminhões, eram conduzidos a Mossoró, onde repousavam e eram submetidos a exame pelo Serviço Especial de Saúde Pública (*O Diário de Natal*, 1944, p. 6).

Sobre alguns dos procedimentos empreendidos nos postos de recrutamento e nos pousos, Araújo e Neves comentam que

No alistamento, após a assinatura do contrato de trabalho, os soldados da borracha recebiam um chapéu de palha, uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca e um prato fundo de flandres, um talher com garfo em uma extremidade e colher em outra, uma rede de dormir e uma carteira de cigarros. No lugar da mala, um saco de estopa. [...] Devidamente uniformizados, como um exército, desfilavam pelas ruas da cidade, em passeatas organizadas pelo SEMTA, uma demonstração de força e organização da Campanha da Borracha. Excetuando-se esses momentos, a autorização para sair e fazer passeios na cidade se fazia rara. Nos pousos de Fortaleza, a rotina da espera pesava e poderia dar espaço a ideias não desejadas. O SEMTA organizava jogos e ginástica com o intuito de ocupar o tempo e disciplinar corpos e mentes. Vale lembrar que, além de enaltecer o caráter militar da Campanha, a ginástica era vista, na época, como um meio de ‘adestramento’ que prepara o indivíduo a cumprir seus deveres. Juntos, realizando os mesmos movimentos, eles teriam um sentimento de unidade, de pertença ao mesmo grupo. (2015. p. 74).

Como se vê, também nos pousos havia a preocupação em “domar” os corpos, inserindo-os numa série de regras e padrões de comportamento, assim como acontecia nos Campos de Concentração destinados a receber os flagelados. Encaixar esses homens em comportamentos

aceitáveis e disciplinares seria como demonstrar a presença do poder estatal e da ordem no cotidiano desses homens. Além disso, os desfiles realizados pela cidade, fossem eles antes da partida ou em qualquer outra ocasião, permitiria que a população observasse a organização e sincronia do grupo, como se este possuísse um sentimento de unidade, além de despertar admiração por parte do público e possível interesse em participar desse Exército da Borracha.

As residências ou pousos onde os trabalhadores selecionados ficariam à espera do transporte eram fixados em municípios que atendessem também a outras cidades. A residência de Teresina, por exemplo, abrangeria Caxias, Coroatá e outras cidades do Piauí e do Maranhão. A de Fortaleza abrangeria Limoeiro, Cascavel, Souré e outras. A residência de Sobral abrangeria, entre outras cidades, as de Tianguá, Camocim e Crateús. A de Iguatú abrangeria Crato, Juazeiro e cidades da Paraíba e Pernambuco, e a de Mossoró receberia trabalhadores dos municípios do Rio Grande do Norte e de alguns da Paraíba.

Essas espécies de alojamentos deveriam contar com instalações que atendessem às necessidades dos trabalhadores enquanto ali permanecessem. O jornal *A Ordem*, por exemplo, noticiava a construção da hospedaria dos flagelados, construída com o apoio do Ministério do Trabalho, em Fortaleza. Essa hospedaria, segundo o jornal, ocuparia uma área de 46.200 m², com capacidade para mil e duzentas pessoas. Informa ainda que essa obra seria dotada dos mais modernos requisitos de higiene, e contaria com gabinetes médico e dentário, além de enfermaria e cozinha. Sua construção estava sob a direção do engenheiro Doria Vasconcelos, e estaria pronta dentro de três meses, devendo seu custo orçar em cerca de trezentos contos (*A Ordem*, 1942, p. 3).

Muitas dessas hospedarias precisavam se adequar ao orçamento destinado para sua construção, e precisavam ficar prontas em tempo hábil para receber as turmas selecionadas e encaminhadas para lá.

O pouso de São Luiz, por sua vez, foi orçado em cento e vinte mil cruzeiros, com capacidade prevista para 1.200 homens. O Chefe do Departamento de Obras, Álvaro Vital Brasil, projetou barracões de madeira roliça cobertos de palha. Previu alojamentos para uso de redes, utilização de cozinhas, de refeitórios e de armazéns de depósito de gêneros alimentícios. Planejou uma enfermaria para atender à parte higiênica indispensável, de acordo com as exigências do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Projetou ainda uma pequena capela, um pequeno pavilhão para servir de barbearia, uma cantina, uma área para jogos esportivos e outra para reuniões e palestras, tudo obedecendo ao critério de economia e levando em consideração o pequeno prazo que fora dado para terminar os trabalhos.

O alojamento de cada homem correspondia à área de dois metros quadrados. Para fins de economia, as construções aproveitavam os recursos naturais da região. A enfermaria, por exemplo, era coberta de telhas, tendo paredes de taipa e piso impermeabilizado, com tijolos ajustados com cimento. Além disso, era forrado de algodão, tendo os seus vãos telados contra mosquitos e moscas.

Essas características descritas no Histórico de Implantação do SEMTA correspondem também, segundo esse mesmo documento, aos demais pousos construídos nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Nos municípios de Natal e de Mossoró, também foram instaladas hospedarias com o propósito de acolher os trabalhadores selecionados. De acordo com publicação do periódico *A Ordem*, tanto nas hospedarias de Natal e de Mossoró, como nas estradas, os soldados da borracha recebiam, além de auxílios necessários, instruções sobre a missão de cooperadores dos aliados do Brasil, principalmente a Nação norte- americana:

Quatro turmas de trabalhadores, compreendendo trinta e cinco homens cada turma, seguiram de Natal e de Mossoró para Fortaleza, de onde rumarão para os Estados do Pará e do Amazonas, para o serviço da extração da borracha. Pertencem aos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte e são animados pelo desejo de obter salários mais elevados, além de garantias dignas de apreço. Todos eles receberam roupas, calçados, chapéus, bornais. Quer nas hospedarias de Natal e de Mossoró, quer durante a viagem, têm alimentação farta, saborosa e sadia, orientando-se acerca da nobre missão de cooperadores dos aliados do Brasil, principalmente da grande e bela nação norteamericana, que está cooperando para que o labor do seringalista seja generosamente pago. (*A Ordem*, 1944, p. 4).

2.3 A propaganda da Batalha da Borracha na imprensa potiguar e acreana, e nos cartazes do SEMTA

Todo o processo de mobilização de pessoal para a composição do Exército da Borracha contou com um elemento de grande significado para o contexto em questão: a propaganda. Além disso, é importante lembrar que, no Governo Vargas, mais especificamente no período do Estado Novo, a propaganda e os meios de comunicação passaram a estar a serviço do Governo, transformando-se numa espécie de porta-voz das ideias preconizadas pelo Estado, muito embora isso não signifique dizer que nenhum meio de comunicação não encontrasse nenhuma maneira de expor suas críticas, mesmo que de forma sutil, contra o Governo em questão. Mas o fato é que, de maneira geral, os meios de comunicação estavam agora sob o controle estatal, e iriam ser utilizados da forma que o Estado achasse mais conveniente para determinados fins, principalmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Segundo Maria Helena Rolim Capelato,

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea. (2009, p. 40).

Em regimes ditatoriais, a propaganda política é aplicada no sentido de exaltar as sensibilidades, despertando sentimentos de admiração e respeito. No caso do Estado Novo, todos os recursos eram utilizados para provocar no público uma reação favorável às ideias proclamadas pelo líder da Nação. Desse modo, os discursos proferidos pelo Presidente eram preparados de modo a enaltecer alguma ação ou angariar o apoio necessário para algum projeto, como foi o caso do discurso por ele proferido no Rio Amazonas.

No discurso, o líder da Nação recorre a elementos capazes de fazer convencer o público ouvinte de que o projeto de ocupação dos “espaços vazios” era uma tarefa heroica e necessária para o sentimento de unidade nacional e para o exercício do patriotismo, principalmente no período conturbado que o mundo estava atravessando naquele período. Segundo Vargas,

Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais [...] O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores, para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. Nada vos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (1941, p. 77-81).

Ocupar o Vale Amazônico, nos dizeres de Getúlio Vargas, não se constituía apenas num ato de patriotismo, mas numa obrigação, uma responsabilidade, na qual a participação de todos era algo fora de contestação:

Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir. Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de Nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria. (VARGAS, 1941, p. 71-88).

Além disso, abordar a capacidade econômica da região a ser povoada – e explorada – despertaria a atração principalmente por parte daqueles que estivessem enfrentando dificuldades em suas regiões de origem, como era o caso dos nordestinos. E não foi à toa que, em discurso

proferido na capital cearense, Getúlio Vargas apela à população nordestina – mais especificamente aos cearenses – o desprendimento necessário para levar adiante a nobre tarefa que lhes renderia uma vida próspera e abundante, além de lhes render também o reconhecimento pelo desenvolvimento econômico da Nação e pelo soerguimento do Vale Amazônico. A ideia de heroísmo e de desbravadores seriam elementos capazes de despertar um sentimento de protagonismo dessas populações diante de um determinado empreendimento a nível nacional.

Um outro elemento se fez presente de maneira intensa no Governo Vargas: o de que o bom cidadão era não só aquele que trabalhava, mas que trabalhava em prol da Nação, como o seu discurso no Rio Amazonas já deixava bastante claro. Durante o período do Estado Novo, a preocupação reinante era, de uma forma ou de outra, submeter a população aos dogmas disseminados pelo Estado, tais como união e esforços que, juntos, levariam o país ao progresso desejado. Tal progresso só seria possível se toda a população compartilhasse do mesmo ideal do Estado, abrindo mão dos desejos particulares para pensar no interesse coletivo. Dessa forma, manifestações, greves ou qualquer ação de grupos que não estivessem em sintonia com as ações do governo eram condenáveis, pois seriam capazes de provocar a desordem na sociedade e pôr em risco o progresso e o bem-estar da Nação.

Até mesmo os conflitos advindos da seca e da falta de trabalho em áreas do Nordeste brasileiro eram encarados como um problema que precisava ser remediado urgentemente, o que, em parte, explica a oferta de passagens e transporte para aqueles que optassem por migrar para a Amazônia, de modo a reduzir os conflitos rurais que aconteciam no Nordeste, transferindo inúmeras famílias – as protagonistas do cenário de desolação provocado pela falta de chuvas e pela ausência de políticas eficazes voltadas para essa população – para áreas isoladas do país, ofertando-lhes trabalho.

A preocupação do Estado Novo, portanto, era transformar o brasileiro em trabalhador, de forma que a ordem e a disciplina fossem garantidas, fazendo desse indivíduo não apenas um simples trabalhador, mas também um bom cidadão. Para o Estado Novo, o trabalho era entendido como um fator de progresso coletivo, que, por sua vez, implicaria no desenvolvimento material e na ordem social.

Na propaganda estado-novista, os trabalhadores eram associados às abelhas, cujo trabalho coletivo ofereceria bem-estar à colmeia, ou seja, à Nação. Como coletividade e submetidos a regras estritas, os trabalhadores seriam capazes de amenizar as inquietações da sociedade e proporcionar tranquilidade ao país. Assim sendo,

essa representação do trabalho e dos trabalhadores expressa bem o objetivo do Estado Novo de formação do trabalhador produtivo e ordeiro, entendido como peça fundamental na engrenagem da máquina do Estado construtora do progresso material. (CAPELATO, 2009, p. 66).

A propaganda política, por sua vez, tinha suas características particulares, como, por exemplo,

uso de insinuações veladas e ameaçadoras, simplificação das ideias para atingir as massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade), promessas de unificação e fortalecimento nacional. (ARENDRT apud CAPELATO, 2009, p. 73-74).

Até mesmo a moral e a educação estavam subordinadas à propaganda nazista e fascista. A linguagem utilizada por ela era uma linguagem simples, imagética, e também agressiva, cujo objetivo era provocar paixões a fim de atingir diretamente as pessoas. Não é à toa que, durante a Campanha da Borracha brasileira, no âmbito do esforço de guerra, não só as escolas, mas todos os âmbitos da sociedade brasileira se viram inseridas no contexto da Batalha da Borracha, de uma forma ou de outra.

Em toda a sociedade, desenvolveu-se a Campanha da Borracha Usada, cujo propósito era arrecadar qualquer objeto confeccionado em borracha para sua reutilização na indústria bélica. Nas escolas, esse tipo de campanha era frequente, uma vez que as instituições escolares se transformavam numa espécie de extensão do Estado, em que este incutia no público escolar os seus anseios e as diretrizes que deveriam ser seguidas por crianças e jovens, repercutindo, conseqüentemente, no meio familiar e social.

Além disso, nos próprios meios de comunicação, a Campanha da Borracha Usada se fazia presente, principalmente nos jornais, incitando a população de maneira veemente a participar dessa ação patriótica. A própria presença da campanha em diversas edições dos meios jornalísticos fazia dela quase como uma ação obrigatória por parte da população, e sua constante repetição a transformava numa ação necessária para a vitória dos Aliados. As imagens presentes em cartazes e panfletos, juntamente com as frases de efeito, causavam comoção e despertavam a urgência da ação no público, capaz de inserir na população o sentimento patriótico tão valorizado pelos governos totalitários.

Os próprios cartazes distribuídos pelo SEMTA utilizavam de imagens capazes de provocar naqueles que os visualizavam a necessidade – até mesmo para obter melhorias para si próprios – de ingressar no esforço de guerra na condição de soldados da borracha. Ou seja, a propaganda política em regimes totalitários atuava com o propósito de despertar sensibilidades e paixões. Os sentimentos eram manipulados de forma tão eficiente e intensa pelas técnicas de propaganda que estas conseguiam produzir forte emoção.

Sobre a intensificação das emoções, Capelato explica que isso ocorre

por meio dos meios de comunicação, responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades. Mas os sinais emotivos são captados e intensificados também mediante outros instrumentos: literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas. Todos esses elementos podem entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos. (2009, p. 75).

Nas propagandas sobre o esforço de guerra brasileiro, procurava-se comover a população, fosse por meio dos discursos do Presidente, dos cartazes distribuídos pelo SEMTA, ou pelas matérias publicadas nos jornais. Diversos elementos foram mobilizados para despertar na população brasileira o apoio em relação ao esforço de guerra e às iniciativas do chefe da Nação, cuja finalidade era zelar pela integridade e pela honra do país, desafiadas e ultrajadas pelas iníquas ações das forças do Eixo, que, naquele momento, constituíam-se nas principais inimigas da paz e do bem-estar do país. Discursos, imagens, mensagens jornalísticas, datas comemorativas foram elementos primordiais para tornar mais próxima da população a ação governamental de neutralizar as forças inimigas e exaltar um personagem indispensável no esforço de guerra: o soldado da borracha.

Nessa conjectura, o mês de junho foi estabelecido como Mês da Borracha, e nos jornais *A Ordem*, *O Diário de Natal* e *O Acre*, nos anos de 1943 a 1945, existem mensagens de apoio e de incentivo quanto à atividade extrativista – extração do látex da seringueira – e de exaltação à função do seringueiro/soldado da borracha, que passava a ser encarado como um herói nacional, que abdicava da presença de sua família e do seu lugar de origem para colaborar, no anonimato da floresta, com a vitória dos Aliados, extraíndo da floresta amazônica a matéria-prima necessária à indústria bélica. Assim, as ações dos soldados da borracha tornavam-se tão heroicas e patrióticas quanto as ações do próprio Presidente, que, juntos, guiariam a Nação rumo à vitória.

Em matéria publicada em *O Diário de Natal*, o Presidente Vargas saúda a chegada do Mês Nacional da Borracha, conclamando os brasileiros a colaborarem com essa campanha, brasileiros esses que, segundo ele, nunca o decepcionaram. Chegou a afirmar, ainda, que o problema da borracha vinha a ser urgente e específico: o de que os brasileiros e os aliados precisavam de mais e mais borracha, sendo essa contribuição uma das maiores para a vitória naquela guerra. Segundo o jornal, a mensagem do Presidente, na verdade, constituía uma diretriz e uma exortação, a que os trabalhadores não podiam deixar de escutar e de levar adiante, como uma bandeira, e que essa batalha econômica não devia ser travada apenas na Região Amazônica, mas em todos os outros quadrantes da pátria, onde se achasse qualquer árvore capaz de fornecer o látex (*O Diário de Natal*, 1943, p. 1).

Ainda no mesmo jornal, em outra publicação, reforça-se a importância da extração do látex. A borracha é apresentada como sendo uma das matérias-primas de maior importância para a guerra. Afirma que, sem borracha, as Nações Unidas não alcançariam a vitória. E que era

por esse motivo que todas elas estavam voltadas para o Brasil, sabendo que, do solo privilegiado desta terra e da extraordinária capacidade de trabalho da nossa gente, seria possível extrair o ouro elástico necessário para a vitória final. Além disso, a Batalha da Borracha é colocada como uma das batalhas mais decisivas da guerra, sendo apenas ela capaz de dizer a respeito do futuro das Nações Unidas, que, por sua vez, estava particularmente ligada ao presente e ao futuro da nossa pátria.

A propaganda presente em *O Diário de Natal* enfatizava que a Batalha da Borracha, naquele momento, representava não apenas a conquista de materiais indispensáveis à defesa nacional, mas também sangue novo no nosso organismo econômico. E, mais do que isso, ela representava a volta do Brasil à possível liderança, no futuro, dos mercados exportadores de borracha, posição perdida por longos anos, e que os azares da guerra estavam a nos devolver. Comenta ainda que, falando à Nação, Getúlio Vargas havia convocado, para aquele patriótico e vital empreendimento, todos os trabalhadores das zonas onde fosse possível extrair o látex, afirmando que, sem o trabalho anônimo e heroico dos nossos homens do interior, os gloriosos aviadores da nossa Força Aérea não poderiam continuar a caçada impiedosa a que se entregavam contra os submarinos do Eixo, vingando a morte de milhares de nossos patrícios (*O Diário de Natal*, 1943, p. 3).

No periódico *A Ordem*, é comum encontrar intensa propaganda acerca da exploração do látex, sendo composta de uma mensagem encorajando o empenho da população no esforço de guerra, principalmente no sentido de explorar a referida matéria-prima, fosse através da seringueira, da maniçoba ou da mangabeira. Além disso, essas mensagens geralmente apareciam acompanhadas de uma imagem, representando um seringueiro extraindo o látex, como forma de complementar e reforçar o conteúdo da mensagem ali presente.

No exemplo que segue, é possível notar, em evidente destaque, a ideia de que a produção de borracha era, sem dúvidas, não apenas uma atividade de patriotismo, mas que também fortalecia a economia particular. Além disso, aponta a atividade de retaguarda – a produção gomífera – como sendo uma tarefa de extrema importância, uma vez que se colocava como uma atividade essencial e indispensável para a atuação das Tropas Aliadas. Incentiva, também, a exploração do látex em todas as árvores produtoras dessa matéria-prima, em todas as regiões do território nacional.

Na guerra total, em que estamos defendendo a nossa honra e liberdade ultrajadas, as decisões não dependem apenas, apenas, da luta nas frentes. Hoje, tudo e todos são mobilizados e tarefas importantíssimas cabem aos que ficam à retaguarda. Trabalhador: os nossos Aliados já se encontram em combate, os nossos irmãos, que lutam nos ares ou nos mares, precisam, seriamente, do seu esforço de produção! E para que essas armas rodem até a Vitória, será necessário conseguir mais borracha, a borracha que o Brasil possui, em reservas astronômicas, mas que, agora, devemos extrair! Devemos colher o 'látex' que corre nos troncos, não só das Seringueiras, mas das Maniçobas e Mangabeiras, espalhadas por várias regiões do território nacional. É

simples e altamente rendoso! Procure informações amplas e completas na Prefeitura local. (*A Ordem*, 1943, p. 3).

Ainda sobre a exploração do látex, houve empreendimentos de exploração desse produto em outras árvores que não fosse apenas a seringueira. A maniçoba é um desses exemplos e que, inclusive, contou, no Rio Grande do Norte, com a criação de uma usina de beneficiamento no município de Santana do Matos. Ao trazer esse assunto em uma de suas publicações, *O Diário de Natal* lembrou o período em que o Brasil chamava a atenção das outras Nações ao perceberem, nos seus extensos e ricos seringais amazonenses, um mundo tido como desconhecido e gigantesco, capaz de abastecer as indústrias de todo o mundo com os seus variados tipos de borracha. Naquele período, então, na vasta floresta, surgiram épocas de abundância, ocorrendo gente de todas as partes para o trabalho nos seringais, chegando mesmo a lembrar os tempos de esplendor do “far-west” americano ou das minas de ouro do Alaska, em que aventureiros iam à procura da fortuna fácil.

Posteriormente, o mercado da borracha caiu, levando os milionários a se acharem falidos da noite para o dia, e os aventureiros a migrarem para outras regiões mais prósperas. Em virtude disso, a Amazônia passou a ser apenas um lugar de lendas e de tradições selvagens, povoado de insetos epidêmicos, até que o governo brasileiro finalmente se lembrou dela para aproveitar as suas fontes de riqueza inesgotáveis. Entre elas, o látex, presente não somente na “Hevea”, mas também na maniçoba e na mangabeira, as quais existiam praticamente inexploradas, durante longos períodos, no Rio Grande do Norte e em outros estados.

As propriedades industriais da borracha de maniçoba só vieram a ser exploradas em 1888, quando teve início o comércio desse produto nativo. Naquele ano, em virtude de uma terrível seca que assolava os Sertões Nordestinos, foi aberta uma compra da borracha de maniçoba, cujo tipo dominante era o “chôro”, tendo o negócio se desenvolvido bem, com lucros muito vantajosos, até entrar em decadência, ficando esse tipo de borracha esquecido por completo.

Entretanto, o contexto da guerra fez a borracha de maniçoba vir novamente à tona e, provavelmente, em melhor momento, tendo em vista que a firma Aristófanes Fernandes & Irmão colocou-se à frente do comércio dessa matéria-prima, instalando uma Usina na cidade de Santana do Matos, centro ecológico da zona de produção da “maniçoba-chôro”. Diante do relativo sucesso desse empreendimento naquele município, *O Diário de Natal* designou um de seus redatores para ir até aquela cidade e conhecer de perto o que vinha fazendo a firma.

Nessa visita, Aristófanes Fernandes (agropecuário em Santana do Matos, sua cidade natal, além de comerciante e político) chegou a afirmar ao redator que a produção de borracha de maniçoba, no Rio Grande do Norte, estava calculada em 400.000 quilos, anualmente, mas que, diante dos investimentos e incentivos, acreditava que essa produção subiria consideravelmente, de modo a refletir na própria balança comercial do estado.

Aristófanes Fernandes afirmava estar animado pelas perspectivas dessa nova fonte de riqueza e pela oportunidade de cooperar com o esforço de guerra da Nação, o que o levou a se dedicar ao comércio, disposto a inaugurar uma nova fase de movimentação industrial, capaz de interessar os próprios mercados estrangeiros. Ressalta que, devido aos bons preços que oferecem aos extratores da borracha de maniçoba, estavam conseguindo uma produção sempre crescente: de 300 toneladas em 1943, acreditava ter atingido 400 em 1944, esperando registrar, continuamente, essa progressão.

Quanto à localização da maniçoba, Aristófanes Fernandes afirmou ser esta uma árvore que se encontrava em mais abundância nas serras e serrotes do sertão, principalmente nas Serras de Santana, da Formiga, do Cajueiro, de João do Vale, de Serra Negra e de Martins. E, pelo fato de se encontrar em maior escala em Santana do Matos, a Usina foi instalada nessa cidade que, em virtude dessa instalação, tinha lucrado comercialmente.

Comerciante de algodão e de minérios, atividade com a qual fez fortuna, o referido empresário voltou-se para o aproveitamento racional da borracha de “maniçoba-chôro”, atividade na qual se tornou líder. Em visita à Usina de beneficiamento da borracha de “maniçoba-chôro”, o redator do jornal constatou que nela funcionavam os maquinismos necessários à “lavagem” e “crepagem” da borracha de maniçoba, que foram adquiridos em São Paulo.

Além da disponibilidade de Aristófanes Fernandes em conversar com o redator de *O Diário de Natal*, o engenheiro Luiz Rocha de Alencar também cedeu informações a respeito do então empreendimento em Santana do Matos. Indagado se as árvores de maniçoba existentes no estado eram boas, o engenheiro respondeu que não, sendo elas as piores do Nordeste, tanto em termos de rendimento quanto ao tipo de borracha explorada. Segundo ele, a “maniçoba-chôro” era uma borracha difícil de ser “lavada”, e que os tipos “tigelinha” e “chapa” eram melhores, produzindo melhor “crepe”.

Ao ser indagado se seria possível remediar tal coisa, o engenheiro respondeu que sim, e que, inclusive, já existia um plano para isso. Segundo ele, a firma Aristófanes Fernandes & Irmão havia autorizado a compra de sementes oriundas do Ceará e da Bahia, com o intuito de criar, na região, uma reserva de árvores portadoras de qualidades melhores, com maior índice de produtividade e melhor tipo de “isopreno”. Acreditava que, dentro de três anos, teriam árvores em condições de serem submetidas a uma exploração racional.

Perguntado se acreditava que a borracha de maniçoba teria aplicação depois da guerra, o engenheiro respondeu que sim, uma vez que o aproveitamento dessa borracha, na indústria interna de artefatos, estava inteiramente assegurado. Segundo ele, o mercado brasileiro iria precisar do “crepe” de maniçoba, e a firma Aristófanes Fernandes & Irmão, produzindo “crepe” de ótimas qualidades, teria sempre mercado assegurado. Quando indagado se a instalação da Usina em Santana do Matos foi acertada, respondeu que sim, pois o município era o centro da região ecológica da maniçoba. Completou ainda que a instalação daquela indústria, exatamente

na região martirizada pela seca, produziu efeitos sociais-econômicos bem decisivos. Para ele, o homem daquela área precisava se libertar do solo comburido e da chuva, mas que, para fixá-lo, era indispensável fazer o aproveitamento da matéria-prima mineral e vegetal. Assim, ele teria trabalho certo e a região criaria uma estrutura econômica dentro de bases mais racionais e positivas.

De acordo com o jornal, a Usina da cidade de Santana do Matos recebeu a visita do técnico norte-americano Mr. Goerge Steward, um grande conhecedor de borracha, chefe da produção da “Good-year”, de São Paulo. Atendendo a um convite da Rubber Corporation, em Fortaleza, Sr. Steward foi àquele município orientar os primeiros trabalhos de “lavagem” e “crepagem” na Usina, colhendo, então, entusiásticas impressões de tudo o que observou. Mostrou-se surpreso com o vulto da organização, a rigorosa perfeição técnica da instalação, o gosto de seus proprietários e o fino produto conseguido. Comenta ainda que, além de proveitosa sob outros aspectos, a visita do técnico da “Good-year” resultou em que a borracha da Usina da firma Aristófanes Fernandes & Irmão, logo após enfardada e classificada, fosse entregue diretamente à Rubber Development Corporation, seguindo para os Estados Unidos. Ressalta ainda que Mr. Steward chegou a afirmar que a borracha produzida pela Usina de Santana do Matos era, até aquele momento, a melhor feita com “manipôba-chôro”, parabenizando os senhores Aristófanes Fernandes & Irmão e os que trabalhavam com eles (*O Diário de Natal*, 1945, p. 2 e 4).

Nesse contexto de valorização da extração do látex, a propaganda de exaltação ao soldado da borracha se fez presente de maneira significativa nos meios de comunicação. Como exemplo disso, o periódico *O Acre* apresenta uma crônica destinada exatamente a esses trabalhadores, onde sua abnegação e determinação em seguir sua tarefa árdua na floresta são exaltados, sujeitos aos perigos e ao isolamento ali presentes, para extrair o látex da seringueira, atividade que, nas palavras do autor, era da mais alta importância e digna de total reconhecimento, muito embora esse soldado ainda fosse, para muitos, um soldado desconhecido.

Sozinho, com tua renúncia, seringueiro amazonense, de nascimento ou coração, é bem um gigante maior do que a floresta que ainda não te abateu o ânimo. Vejo-te, machadinha em punho, alta manhã, beijar os teus filhos e tua companheira, para a saída pelas estradas sem meta, pelos caminhos balisados por ‘haveas’ seculares. [...] Não tens espectadores para o enervante e dramático desempenho de tua missão. Somente o chilreio das aves, o ruído ameaçador das feras e os reptis peçonhentos acompanham, num ‘back-ground’ de música estranha, os teus passos ora firmes, nos dias de saúde, ora vacilantes, nas convalescenças repetidas e, por vezes, impacientemente esperadas. [...] Talvez nem saibas o que significas hoje para o mundo, que na ânsia de libertar-se da tirania ameaçadoramente organizada, se deixa envolver nas faixas da mais tormentosa das guerras. Como os moços que se abrigam nas trincheiras, para os assaltos da morte, tu te abrigas na miséria da tua choupana para as arremetidas matinais contra a floresta, onde, numa batalha incruenta, consegues a presa da borracha, que irá somar-se aos mais eficientes esforços da guerra libertária. Seringueiro do Amazonas, és bem um soldado desconhecido, a quem não se levantou ainda um monumento. Eu te saúdo. (*O Acre*, 1943, p. 1)

Durante a Campanha da Borracha, os nordestinos passaram a receber diversos elogios, tendo em vista serem a principal mão de obra empregada na atividade extrativa do látex. No periódico acreano, diversas mensagens de enaltecimento do trabalho desempenhado pelos nordestinos no esforço de guerra são uma constante, ao mesmo tempo que o conclama a produzir mais e melhor.

Nesse caso, o personagem em questão é imbuído de dois aspectos positivos: um deles é o de se tornar soldado da borracha, atuando de forma a contribuir com a indústria bélica; o outro seria a de assumir a função de trabalhador, uma vez que, no Estado Novo, o trabalhador era tido como aquele que seguia fielmente as ordens do Estado de modo a contribuir com o bem-estar social e para o desenvolvimento da Nação, tornando-se, assim, um bom cidadão. Portanto, o nordestino, ao se tornar soldado da borracha, estaria assumindo o papel de bom cidadão e de herói nacional, ao trabalhar incansavelmente para o bem-estar e para o progresso do país.

Seringueiro!... O instante que atravessa a Pátria não deixa a nenhum filho do Brasil o direito de esquivar-se do cumprimento do dever. O esforço de guerra que empreendemos para derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, nas fábricas, nos mares, nos céus, nas escolas, nos lares, nos templos de fé, etc. estão a exigir de todos nós – soldados da Liberdade – uma contribuição maior e melhor pela vitória do Brasil e dos seus aliados. Todas as nossas atenções e todas as nossas preocupações devem estar voltadas, neste momento grave da nacionalidade, para a voz de comando do Chefe Nacional – o presidente Getúlio Vargas – obedecendo-a com energia e boa vontade afim de que mais tarde, vitoriosos, olhemos com orgulho o passado e de cabeça erguida entreguemos aos nossos filhos o legado dos nossos maiores: a Pátria estremecida, invicta e imaculada, como a recebemos, e mais ainda, com sua história acrescida do nosso exemplo e do nosso amor ao Brasil. Deixastes os vossos lares no Nordeste e viestes, guiados pelo vosso patriotismo, à grandiosa selva Amazônica, incorporados ao Exército da Borracha, célula viva do organismo nacional, para empreenderdes a mais rude e maior de todas as batalhas já travadas na retaguarda: a Batalha da Borracha. [...]. (*O Acre*, 1943, p. 1)

A exaltação ao seringueiro/soldado da borracha é ainda mais evidente, quando este é comparado a outras grandes personalidades da História. Entretanto, devido a sua determinação patriótica e sua ação no esforço de guerra, ele é elevado a um patamar superior a todas as personalidades citadas: ele é o Titan da Vitória.

Afim de ter um melhor e perfeito conhecimento relativamente a vida do seringueiro, resolvi fazer uma excursão em alguns seringais do Altíssimo Acre, tendo observado minuciosamente a intrepidez e modéstia do soldado da borracha que enobrece dia a dia, as páginas da nossa história Nacional. Muito admirado fico, quando leio em alguns trechos da história Universal, que deparo com os arrojados feitos dos grandes heróis, tais como: Moisés, que foi o chefe e legislador do povo hebreu [...]. Conseguiu fazer sair do Egito os seus compatriotas. [...] Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses, [...]. Foi o maior guerreiro dos que tem existido nos tempos modernos. Fez tremer várias Nações. Era dotado de uma inteligência superior e de uma ambição

sem limites. [...] Alexandre, O Grande, rei da Macedônia, filho de Filipe. Teve por preceptor Aristóteles, fez numerosas conquistas na Europa, na Ásia e na África, [...]. Júlio César, formou o primeiro triunvirato com Crasso e Pompeu, fez a conquista da Gália [...]. Além desses intrépidos guerreiros, existe o mais viril entre todos os heróis: é o Seringueiro. O seringueiro é o homem que luta sem tréguas. O seringueiro que, sem temer a ferocidade dos inimigos selvagens, conquista em tão espinhosa missão, todas as dificuldades da vida. [...] O seringueiro é a única alavanca capaz de demolir as muralhas onde se abriga o Monstro de Bigodinho. [...] Cada córte dado na seringueira, pela mão do soldado da borracha, é uma flecha embedida com o sangue da ‘Hidre de Lerna’, que penetra no peito do bárbaro Lobo Devorador e ‘Besta Fera’ prometida. Nas manchadas mãos do seringueiro está traçado o desbarato do inimigo número um da humanidade. Portanto, é o seringueiro o titan da vitória. (*O Acre*, 1943, p. 2)

Ainda sobre a exaltação do soldado da borracha, o periódico acreano buscava, sobremaneira, atribuir a aura de heroísmo àquele trabalhador, uma vez que estava a contribuir para o crescimento da pátria e o desenvolvimento do Vale Amazônico. Numa de suas edições, percebe-se a tentativa de convencer a população da necessidade de reconhecer tais trabalhadores como partícipes do desenvolvimento nacional, apelando para o abandono do termo depreciativo de “arigós” e incentivando a utilização do termo “brabo” ou, especificamente, soldados da borracha, para se referir aos imigrantes nordestinos que chegavam ao território acreano para trabalhar na extração do látex.

Com o repovoamento da Amazônia surgiu outra denominação para os que pela primeira vez vêm a esta região. Antigamente, êsses bravos homens que enfrentavam o desconhecido selvagem, fugindo do flagelo da sêca, e lançavam-se nos altos rios em busca do “ouro negro”, eram chamados pela pilhérica e significativa alcunha de Brabo. [...] Arigó é hoje o têrmo que substituiu [...] a pilhérica e significativa alcunha de brabo [...]. Sôbre a significação e origem da palavra Arigó, várias controvérsias surgiram, enchendo colunas e mais colunas dos jornais, sem que fosse chegado a um acôrdo definitivo. Dizem uns que arigó é o nome de uma ave de arribação pertencente à fauna do Nordeste. Outros, afirmam que arigó é a denominação de todos os trabalhadores de enxada, como é o hábito chamarem nos Estados do Sul. Finalmente chega-nos às mãos um artigo de autoria do professor Alfredo Garcia, publicado pela imprensa de Manaus, que, referindo-se à palavra Arigó, diz ser a mesma originária do vocábulo grego Ergós (ergon) que significa trabalho, obra, emprego, profissão, coisa, ofício, peça, circunstância, etc. e, que o prefixo temático “a”, de significação negativa, anteposto ao vocábulo Ergós, [...] chegou até nós transmudado em Arigó, cuja significação é: sem trabalho, malandro, sem ofício, etc. Portanto, não se justifica essa denominação que é imposta aos heroicos patrícios que nos chegam de todos os pontos do país para, com a coragem indômita, cooperarem no soerguimento da Amazônia, em prol da vitória das Democracias e pelo aniquilamento dos opressores da humanidade. Voltemos à denominação de brabo, ou adotemos a de “Soldado da Borracha” porque são estas as que mais se ajustam às suas verdadeiras finalidades. (*O Acre*, 1944, p. 4)

Vê-se, portanto, que a propaganda estado-novista procurava não apenas legitimar as ações do chefe da Nação, mas valorizar e enaltecer as ações daqueles que se submetiam às ordens do chefe e abriam mão de suas próprias vidas para garantir o conforto e a segurança nacional, assumindo a postura do trabalhador/cidadão tão apregoadado pelo Estado Novo, além dos elementos dos quais foram lançados mão pelos meios de comunicação para provocar na população a comoção necessária para angariar apoio e mais braços trabalhadores para o esforço de guerra e, conseqüentemente, a vitória da Nação.

O discurso da propaganda da Campanha da Borracha enfatizava um serviço patriótico, o sentimento de justiça e o ato heroico. Além disso, muitos recrutados temiam a possibilidade de serem enviados para o front de batalha na Itália, optando, por fim, por integrar o Exército da Borracha, também como resposta aos esforços dos agentes mobilizadores, que apresentavam a essas pessoas o Exército da Borracha como única maneira de escaparem da convocação militar que os encaminharia para a Itália. Propagava-se, inclusive, que os soldados da borracha teriam o mesmo reconhecimento que os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o que também poderia ser usado como recurso de convencimento junto aos recrutados.

Uma boa forma de convencimento junto à população era a utilização de cartazes distribuídos pelo SEMTA, cujas imagens e frases eram capazes de gerar a ideia de que a saída para aquela população castigada pela seca era integrar o Exército da Borracha e seguir rumo à Amazônia, onde não só teriam a chance de construir uma vida próspera, como também exercer seu papel patriótico no esforço de guerra e colaborar com a vitória dos Países Aliados. Segundo Neves,

A campanha realizada pelo SEMTA possuía contornos ‘científicos’. A propaganda passou a ser o principal mecanismo de mobilização dos flagelados e de adesão da opinião pública, utilizando intensamente um conjunto de imagens e textos [...] que construíam a ideia de uma Amazônia ideal, terra da ‘promissão’, da ‘fartura’ e da ‘esperança’, que se contrapunha ao Ceará, terra da ‘seca’. [...] Ao mesmo tempo, os desfiles dos ‘soldados da borracha’ pelas ruas de Fortaleza, assim como os programas radiofônicos diários, contribuíram para a formação de uma adesão em massa à emigração e, por conseguinte, um apoio da população cearense à contribuição brasileira ao esforço de guerra dos aliados. (2001, p. 120).

Para tanto, uma nova imagem deveria ser construída para a Amazônia, substituindo a ideia de “inferno verde” – tão presente no imaginário de muitos nordestinos – pela ideia de um “Eldorado”, de um lugar de prosperidade, diferente daquele espaço que, muitas vezes, só lhes proporcionara sofrimento e miséria, mediante as secas que, constantemente, assolavam o Sertão Nordeste. Nas palavras de Araújo e Neves,

Os cartazes da Campanha da Borracha propagavam uma viagem segura amparada pelo SEMTA, uma nova vida na floresta, trabalho fácil, o paraíso perdido. Algo muito

diferente da antiga ideia de ‘inferno verde’ que povoava o imaginário dos sertanejos desde o primeiro boom da borracha. Muitos nordestinos conheciam a Amazônia de tanto ouvir falar. [...] Mas, para a propaganda veiculada, o imaginário do ‘inferno verde’ deve ser apagado, negado e substituído por alguma coisa mais eficaz e mais atrativa: o Eldorado. A lenda do Eldorado povoou os sonhos e ambição dos aventureiros espanhóis por séculos. Com o tempo, o mito ganhou novas interpretações e passou a ser compreendido como a metáfora de um lugar encantado, paradisíaco, de riquezas e felicidades. É essa a ideia que a cartilha do SEMTA recupera. Sob a proteção do governo, a floresta não é mais um lugar perigoso, o ‘inferno verde de outrora’, mas a ‘terra da fartura’, a ‘terra da promessa’, a ‘terra abençoada’, a ‘Amazônia milagrosa’. A promessa era tentadora. De boca em boca, boatos de que na floresta o ‘dinheiro brotava do chão’ e de que muitos, no passado, voltaram ricos animavam os mais temerosos. (2015, p. 50-51).

Para confeccionar os cartazes, um artista suíço foi contratado para assumir a função de desenhista e de diretor artístico da divisão de propaganda do SEMTA, Jean- Pierre Chabloz. Seu trabalho na Campanha da Borracha era

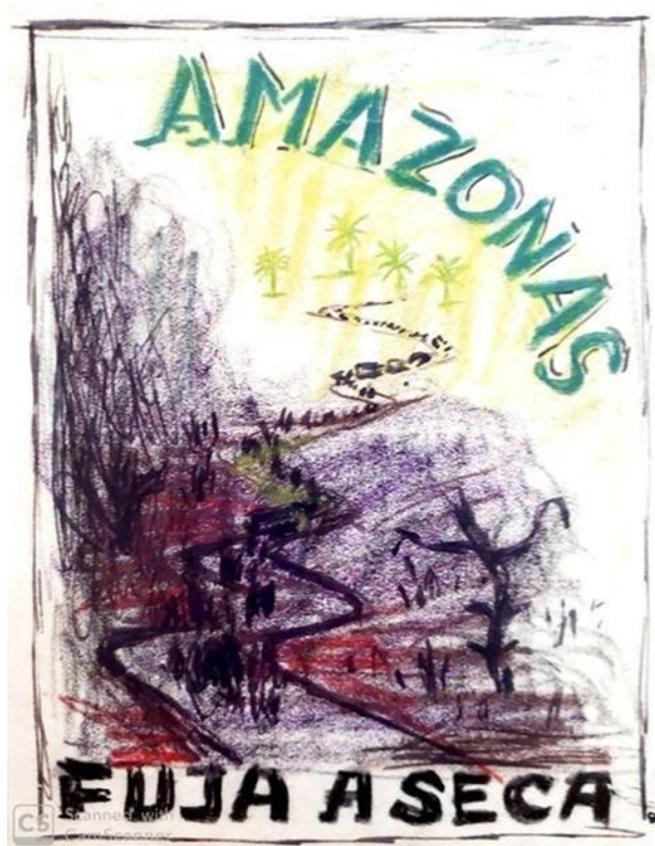
Fazer chegar a todos as ideias traçadas pela divisão de propaganda por meio de grandes e coloridos cartazes que deveriam espalhar a boa nova: a Amazônia era o novo Eldorado. [...] Além dos cartazes e da organização de desfiles pelas ruas da cidade, Chabloz deveria fazer também outras peças informativas, mostrando as atividades do órgão; desenhos explicativos com o itinerário por carro, trem e navio até a Amazônia, as roupas e utensílios cedidos pelo governo. (ARAÚJO; NEVES, 2015, p. 53).

Nos cartazes produzidos por ele, aparecem elementos capazes de provocar imediata reação no público, por explorar aspectos presentes no cotidiano das populações nordestinas, principalmente no período em questão, quando a Campanha da Borracha coincidiu com a Seca de 1942, que atingiu áreas do Nordeste brasileiro e provocou consequências alarmantes para as populações de diversos municípios potiguares. Portanto, tais imagens podem ter sido um elemento que funcionou para convencer muitos trabalhadores a fazerem parte do esforço de guerra e seguir para a Amazônia, também numa tentativa de adquirir uma vida melhor naquele espaço, tal como os cartazes produzidos por Jean-Pierre Chabloz e distribuídos pelo SEMTA faziam acreditar.

O cartaz a seguir, por exemplo, faz uso de cores específicas para chamar a atenção do público e causar impacto no observador. O espaço sertanejo e o amazônico são dispostos de forma que o observador possa realizar, automaticamente, uma comparação entre os dois e chegar à conclusão que sua ida para a Amazônia seria, sem dúvida, a melhor alternativa a seguir. A representação do espaço sertanejo, em primeiro plano, aparece em cores escuras, numa clara intenção de mostrar esse espaço como aquele em que as perspectivas de uma vida próspera não seriam possíveis. A combinação das cores escuras transmite a ideia de uma terra árida e sem vida, cuja escassez seria exatamente uma consequência da ausência de chuvas. A própria

vegetação, aqui presente de maneira completamente ausente de folhas, retrata uma paisagem castigada pela seca e que, de forma alguma, é agradável ao observador.

Figura 1 – Cartaz de publicidade do SEMTA



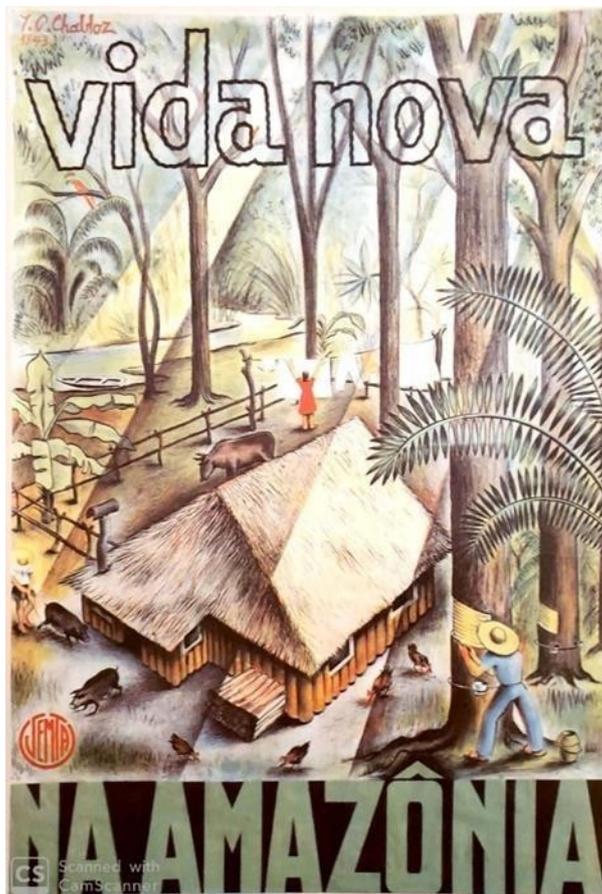
Fonte: CHABLOZ, Jean-Pierre. Cartaz de publicidade do Sementa. In: *Soldados da Borracha: os heróis esquecidos*. 1 cartaz, 1943.

Já num segundo plano, por sua vez, o espaço amazônico é representado de maneira totalmente diferente do espaço sertanejo, provocando um nítido contraste. A representação da Amazônia utiliza cores mais claras, como o verde e o amarelo, transmitindo a sensação de prosperidade e esperança, enquanto a vegetação parece abundante e com bastante vivacidade. Além disso, as próprias frases presentes no cartaz reproduzem a tão sólida ideia do sertão seco, que não oferece nenhuma perspectiva de vida, reforçando a ideia transmitida pela imagem do espaço amazônico, a de que este seria o espaço da prosperidade e da abundância, a salvação para o sertanejo nordestino, e que a única saída possível para sua sobrevivência seria “fugir” do Sertão Nordeste e migrar para a Amazônia, o Eldorado brasileiro.

Outro cartaz, por sua vez, retrata como seria a vida do trabalhador seringueiro/soldado da borracha e de sua família na Amazônia: um pedaço de chão destinado ao seringueiro e sua família, que lhes permitiria não apenas morar, mas também desenvolver atividades que lhes proporcionasse o abastecimento alimentar diário, como uma plantação e a criação de animais.

Além disso, o trabalho é apresentado como uma tarefa relativamente fácil, visto que o seringueiro poderia obter o produto da seringueira não muito longe de casa.

Figura 2 – Cartaz de publicidade do SEMTA



Fonte: CHABLOZ, Jean-Pierre. Cartaz de publicidade do Senta. In: **Soldados da Borracha**: os heróis esquecidos. 1 cartaz, 1943.

Ainda outro aspecto pode ser apreendido da imagem: a vida relativamente tranquila que poderia ser usufruída na Amazônia, com a figura feminina estendendo a roupa no varal, uma figura masculina cuidando da criação animal e o seringueiro desempenhando sua tarefa, todos sem maiores preocupações além de cumprir suas atividades diárias, vivendo harmonicamente com o ambiente natural que os cerca.

Todos esses aspectos, inclusive, sendo reforçados pelos dizeres do próprio cartaz, “Vida nova na Amazônia”, completamente diferente daquela usufruída no Sertão Nordestino, que, segundo a propaganda e a própria imagem disseminada pelos vários cantos do Brasil, era uma vida marcada pelo sofrimento diário oriundo da seca, pela ausência de alimentos, pela falta de terra para os trabalhadores rurais e pelo autoritarismo dos grandes fazendeiros.

Dessa forma, pode-se compreender que a propaganda funcionava como uma estratégia de convencimento junto à população, o que não significa dizer que toda a população aderiu à Campanha da Borracha e foi integrada ao esforço de guerra. O intuito era transmitir a ideia de que o espaço amazônico apresentava-se, naquele momento, como aquele capaz de proporcionar uma vida com mais dignidade e conforto para aqueles que optassem por migrar para lá, e que aquele que colaborasse com a Batalha da Borracha estaria não apenas proporcionando uma vida próspera para sua família e para si mesmo, mas também contribuindo para a vitória do Brasil na guerra e para o crescimento econômico da Nação, propaganda tão divulgada naquele momento pelo Governo Vargas.

Além disso, o objetivo da propaganda estava em consonância também com o projeto de ocupação da Região Amazônica, cuja proposta era povoar este “espaço vazio”, a fim de garantir a unidade nacional, e explorar este espaço economicamente, trazendo à tona sua grande capacidade de não só proporcionar riqueza para a Nação, mas também de garantir uma vida próspera para os nordestinos que se dispusessem a participar dessa empreitada heroica, assim como enunciava o discurso do Rio Amazonas. A Amazônia era, a partir de então, a redenção do país, a fonte da nossa riqueza, o Eldorado brasileiro.

*é obra
patriótica*

**E FORTALECE A
ECONOMIA PARTICULAR**

Na guerra total, em que estamos defendendo a nossa honra e liberdade ultrajadas, as decisões não dependem apenas, da luta nas frentes de combate, tudo e todos são mobilizados e as tarefas mais importantes cabem aos que ficam na retaguarda.

Trabalhador: os nossos Aliados, que já se encontram em combate, os nossos irmãos, que lutam nos ares e nos mares, precisam, seriamente, do seu esforço de produção! E para que essas armas rodem até a Vitória, é necessário conseguir mais borracha que o Brasil possui, em reservas astronômicas, mas que, agora, devemos extrair! Devemos colher o "latex" que corre nos troncos, não só das Seringueiras, mas das Manicobas e Mangabeiras, espalhadas por várias regiões do território nacional. É simples e altamente rendoso! Procure informações amplas e completas sobre a cultura da

uir mais borracha, a
o Brasil possui, em
micas, mas que, agora,
r! Devemos colher o
orre nos troncos, não
igas, mas das Manicobas

CAPÍTULO 3

**SERTÕES E FRONTEIRA NA
AMAZÔNIA: NARRATIVAS, SONHOS
E DESILUSÕES**

PEÇA DE
INFORMAÇÕES
COMPLETAS

**E FO
ECONOMIA PA**

Na guerra total, em
fendendo a nossa ho
ultrajadas, as decisões

CAPÍTULO 3

SERTÕES E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, SONHOS E DESILUSÕES

Todos e cada um, a seu modo, tentaram representar o sublime daquela paisagem, em seu desmesuramento de real-maravilhoso que guarda igualmente os segredos do deslumbre e do horror.

(Francisco Foot Hardman)

A terceira parte desta produção discute a imagem que se tinha, até a década de 1940, acerca dos chamados “espaços vazios” do território nacional, e a proposta do Governo Vargas de promover a sua ocupação, além de incentivar uma exploração econômica racional daqueles espaços, especialmente os Sertões Amazônicos. Também discorre sobre o processo de transformação pelo qual passava o território do Acre (localidade para onde foi direcionada uma quantidade considerável dos soldados da borracha), em virtude da Batalha da Borracha que ali se desenvolvia, assim como apresenta algumas das dificuldades que precisavam ser solucionadas para o pleno desenvolvimento daquela batalha.

Esse capítulo também apresenta algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que foram enviados para os seringais amazônicos e pelas suas famílias, e a situação de abandono a que ficaram relegados por parte dos órgãos envolvidos na Batalha da Borracha e pelas próprias autoridades nacionais, com o fim da Segunda Guerra Mundial.

3.1 Sertões da Amazônia

O trecho que dá início ao presente capítulo resume as expectativas que foram empreendidas de representar/descrever o espaço amazônico. Representações essas que, muitas vezes, resultaram em produções que descrevem aquele espaço ora como o “paraíso”, ora como o “inferno verde”, a depender do pensamento científico que influenciou seus autores e do período/contexto em que tais descrições ou discursos a respeito do território foram realizados.

Dessa maneira, ao procurar descrever aquele espaço tomando outras culturas e características naturais como base, equívocos ou exageros foram cometidos, fazendo com que a Amazônia fosse colocada em definições completamente antagônicas: inferno ou paraíso; espaço da riqueza ou terra do exílio. Por outro lado, a Amazônia também foi descrita a partir das experiências daqueles que foram tentar construir ali uma nova vida, a despeito das vicissitudes que os impulsionaram a abandonar seus locais de origem, constituindo-se, assim, num lugar de oportunidades

e êxito para uns, e de padecimentos para outros, a depender do resultado da empreitada empreendida por milhares de pessoas que migraram rumo ao Norte do Brasil.

Assim sendo, escrever acerca do território amazônico não se constitui numa tarefa fácil, tendo em vista a necessidade de se tomar cuidado para não enveredar por um caminho generalizante e único, referindo-se àquele espaço como sendo “isto” ou “aquilo”, sendo importante atentar para o fato de que podem existir várias definições para se referir à Amazônia, levando-se em consideração “aquele que fala” e o lugar de “onde se fala”. Isso porque, para uns, aquele espaço pode realmente ter se constituído como o lugar da esperança, da concretização de uma vida melhor, enquanto que, para outros, representou apenas mais um lugar de sofrimentos e perdas, a exemplo de inúmeros imigrantes nordestinos que para lá se dirigiram e vivenciaram, a seu modo, realidades distintas.

As referências sobre o território amazônico são bastante antigas, pois, desde o período colonial, viajantes e colonos descrevem sua natureza e suas populações. Nesse caso, a Amazônia foi inventada a partir dos relatos que foram registrados por comerciantes, missionários e peregrinos europeus, e a formação daquele espaço se deu a partir das ideologias, dos discursos e dos imaginários presentes nas passagens bíblicas, nas concepções da Idade Média, chegando até os nossos dias (GONDIM apud PENALVA, 2019).

Tais relatos, que serviram para a invenção da Amazônia, estão repletos das subjetividades daqueles intérpretes, que, a partir do seu lugar de fala e do contexto no qual estavam inseridos, construíram suas representações acerca do “outro”, de modo que

O espanto, o entusiasmo, o êxtase, a novidade presenciados por cada um desses viajantes, registrados em suas notas, articulam-se com o imaginário de cada um deles, sem deixar de ter como moldura a veiculação da tradição cultural representativa de sua origem étnica e/ou religiosa. (GONDIM apud PENALVA, 2019, p. 82).

Ao realizar uma análise dos estudos empreendidos por Neide Gondim, em *A Invenção da Amazônia*, Liozina Kauana de Carvalho Penalva nos mostra como aquela autora entendeu a formação do espaço amazônico a partir dos relatos de viajantes cronistas e ficcionistas. De acordo com Penalva,

Entramos em contato com a visão inaugural da Amazônia, aquela percebida pelos primeiros viajantes cronistas e também por ficcionistas, em que há o predomínio de informações que, apesar de contribuírem para refutação ou até mesmo reelaboração de teorias tidas como verdades inquestionáveis, ainda ajudam a divulgar uma concepção homogênea acerca da Amazônia, inibindo a heterogeneidade, a diferença e a verdade. No segundo capítulo, Gondim mostra que o imaginário europeu sobre o espaço amazônico foi se formando, então, de uma maneira bastante paradoxal, pois ora a Amazônia era vista e comparada com o Paraíso edênico, uma vez que despertava o fascínio e o encantamento do colonizador, ora o Inferno Verde, pois

era espaço associado ao infortúnio, a doenças tropicais, a desvios de comportamento e a atraso social e político. Desse modo, a leitura que o europeu faz da Amazônia é quase sempre ambígua, pois se por um lado o imigrante já vem com um discurso pré-definido, e ainda utiliza como referência a própria Europa, por outro, a natureza revela sua complexidade, mostrando-se ora misteriosa e majestosa, ora monstruosa e ameaçadora. (2019, p. 82).

Penalva (2019) também ressalta que a segunda parte de *A invenção da Amazônia* mostra que o europeu chegou à Amazônia já de posse de um imaginário construído pelo discurso homogêneo do colonizador, o qual se coloca como um modelo de superioridade, aproximando de si mesmo aquilo que lhe parece familiar e excluindo, rejeitando, aquilo que, por sua vez, provoca-lhe estranheza.

Ainda segundo a autora, a segunda parte do livro de Gondim apresenta a concepção de Inferno e de Paraíso, sendo que a visão da terra do Eldorado era sustentada justamente pela exuberância e vastidão da paisagem natural (matas, flora, presença de animais variados), que provocou admiração nos europeus, diante daquela novidade. Já a visão do “Inferno Verde” mostra a reação do homem europeu, “civilizado”, diante de uma realidade completamente diferente da sua. Nesse ínterim, a “Amazônia aparece como um espaço ameaçador e despótico, de florestas ásperas e compactas, cheio de perigos, com um clima que causa desconforto e é propício para o desenvolvimento de doenças as quais o europeu mostrava frágil resistência” (PENALVA, 2019, p. 88).

Dessa forma, a autora revela que a formação da Amazônia se deu de modo bastante paradoxal, pois, ao passo que os viajantes buscavam o novo, também esperavam se deparar com a velha estrutura europeia à qual estavam acostumados a vivenciar. Para Penalva

Nesse entrecruzar de olhares proposto por Gondim, pode-se observar que as imagens construídas tão singularmente pelo estrangeiro apontam relações sociais, culturais e até mesmo simbólicas, nas mais diferentes épocas, levando em conta que o viajante ao tentar representar o outro, também revela muito de suas particularidades. Uma imagem que criamos a respeito da cultura alheia representa tão bem a nossa que a partir dela podemos perceber os nossos preconceitos, a nossa ideologia e o ponto hierárquico em que nos posicionamos para olhar o outro. (2019, p. 90-91).

Essas áreas de difícil acesso aos colonizadores europeus e que foram o mote para a elaboração de relatos fantásticos e/ou mais ou menos próximos da realidade – a exemplo da Amazônia e do próprio Sertão Nordeste – continuaram na pauta de discussão de intelectuais, no sentido de procurar defini-las como civilizadas ou não civilizadas e, no caso dessa segunda definição, como inseri-las no mundo tido como civilizado. No século XIX, essa discussão intensificou-se, principalmente devido ao contexto de construção da nacionalidade dos países da América Latina. Como explica Maria Elisa Mäder

A maioria dos intelectuais do século XIX atribuía grande importância à natureza na constituição das características particulares e nacionais de um território, de um povo e de sua história. Nesse sentido, na elaboração de seus projetos de nação, as ideias de civilização e barbárie – consideradas aqui como eixos centrais da representação da nação nas Américas no século XIX –, vão adquirir novos e diversos significados relacionados à natureza e aparecerão recorrentemente expressas em representações espaciais dicotômicas como, por exemplo, pampa/cidade, na Argentina, sertão/litoral, no Brasil. (2008, p. 263).

Segundo a autora, a América passou a ser associada à ideia de deserto, de vazio, e essa associação parece ter sido a base para o desenvolvimento das ditas representações espaciais dicotômicas, atribuindo às imagens do pampa e do sertão a ideia de vazio, de deserto e de barbárie, enquanto às cidades e ao litoral eram atribuídas a ideia de civilização. O uso da noção de deserto também remete a outros relevantes significados, sendo eles: “a falta de governo, de leis, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representava para esses intelectuais as ideias de ordem e civilização” (MÄDER, 2008, p. 265).

Mäder (2008) elucida que essas áreas não estavam vazias, visto que eram habitadas por populações indígenas, por negros e também mestiços. A questão é que essas populações, por apresentarem características culturais distintas das dos europeus, eram consideradas diferentes, os “outros”. Por serem relegadas à condição de “outros”, aquelas populações não eram consideradas, fazendo com que aqueles espaços fossem considerados vazios, o que, por sua vez, justificava a sua ocupação pelo “nós”, transformando os espaços da barbárie em espaços de civilização.

Um dos intelectuais que se dedicou a defender a necessidade de ocupação dos espaços vazios – ou dos sertões – foi o Visconde do Uruguai. Mäder (2008) elucida que, para ele, o território se constituía no elemento que determinava a concentração da população e a riqueza das regiões. Também entendia que a grandeza territorial, a dispersão do povoamento desse território e a existência de grandes espaços vazios eram as marcas da nossa identidade.

Segundo Mäder, o Visconde do Uruguai considerava o litoral como sendo a parte civilizada dessa nova Nação, uma vez que era lá

Onde se localizavam suas cidades, com suas elites cultas e letradas, que cultivavam a ordem e a propriedade, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa estava fortemente associada ao sertão, era atrasada, semi-selvagem, violenta, ‘incivilizada’ vazia de população, de ordem e de governo. (2008, p. 267).

Ainda de acordo com a autora, o sertão se apresenta, nos discursos do Visconde do Uruguai, como um espaço de representações que possibilitam o surgimento de noções sempre

negativas, ligadas à ideia de vazio, de deserto, de falta de governo, de leis, de luzes, carente de tudo aquilo que representasse ordem e civilização. Além disso, ele ainda acreditava que o fato de a população do sertão ser bárbara e a do litoral ser civilizada, era resultado da relativa proximidade do litoral com as nações civilizadas da Europa.

Nesse ponto, a geografia se torna um elemento propiciador da civilização. Por exemplo, segundo Mäder (2008), o Rio de Janeiro era visto como centro de civilização no Império brasileiro, pois sua localização geográfica contribuía para isso, uma vez que possuía duas “portas”: uma para o sertão, ou seja, para o interior do território brasileiro, e outra para a Europa. Dessa forma, o Rio de Janeiro era uma espécie de “ponte” que permitia a ligação entre esses dois mundos: o mundo não civilizado (o interior, o sertão) com o mundo civilizado (o litoral e a Europa).

Outro intelectual que se debruçou sobre a escrita dos sertões foi Euclides da Cunha, e neste caso, tanto o Sertão Baiano, como o Sertão Amazônico. Seus escritos acerca desses espaços não diferem muito da visão de outros escritores. Para o autor em questão, o Sertão – fosse o Nordeste ou o Amazônico – se constituía num espaço à margem da civilização, que necessitava de interferência humana, juntamente com a ação da ciência/tecnologia, para ser inserida no cenário nacional. Na visão de Euclides da Cunha, o sertão era como “um espaço em branco a ser ainda preenchido, cravado no território onde deveria figurar uma nação imaginada como unidade” (MURARI, 2007, p. 48).

De acordo com Luciana Murari (2007), Euclides da Cunha, influenciado pela sua formação como engenheiro, apresentava como saída para a eficiente inserção do sertão à vida nacional a construção de açudes, pequenos, mas numerosos, o que proporcionaria a transformação do “deserto” numa rica região agrícola. Dessa forma, o espaço, que se mostrava impróprio à vida durante os períodos de seca, seria capaz de se transformar em “paraíso”, permitindo o seu povoamento e sua consequente integração aos rumos do país. Sua proposta de extinguir o deserto tinha como propósito a inserção do espaço sertanejo no que se considerava como o tempo do progresso.

O autor ainda expunha uma visão peculiar a respeito do espaço sertanejo: a ideia de que o tempo, no sertão, era imóvel, monótono, uma vez que este espaço se encontrava à margem das transformações tecnológicas e sociais propiciadas pela modernidade. Murari explica que

Na representação de Euclides da Cunha, o sertão está dominado pelas imposições de sua geografia, existindo apenas numa dimensão espacial. Segundo o escritor, no espaço do sertão a sensação que domina o viajante é a de imobilidade, seja pela monotonia da paisagem, seja pela aparente paralisação do tempo [...]. O sertão é, assim, na definição de Euclides da Cunha, um espaço alheio à história, ou pelo menos a uma concepção de história centrada no fluxo das rápidas transformações tecnológicas e sociais engendradas pela modernidade. (2007, p. 50).

Assim como o Sertão Baiano, na perspectiva de Euclides da Cunha, o Sertão Amazônico também não se mostrava propício à permanência humana. Ao participar de uma expedição ao Rio Purus, na Amazônia, o autor se mostrou bastante apreensivo com o que viu. Para ele, os viajantes que haviam passado por aquelas paragens cometeram o equívoco de descrever o espaço amazônico como o “paraíso”, uma vez que se mostrava mais propensa a ser uma espécie de adversária do homem e também da civilização. Segundo Murari,

Em suas descrições sobre a Amazônia, Euclides da Cunha utiliza à exaustão uma imagem que já havia surgido em Os sertões: a da terra em preparação, ainda não totalmente pronta para a vida, e muito menos para a presença do homem. É também a sensação de monotonia, vazio e a imobilidade que define o retrato que o escritor pinta da Amazônia. Contudo, aqui a terra não expulsa o homem, como sugere Euclides da Cunha em seu estudo do sertão, mas é ele que a invade sem que ela esteja pronta para recebê-lo. Incompleta e desordenada, a natureza amazônica é retratada como um conjunto amplíssimo de fenômenos naturais, porém sem que estivesse ainda estabelecido o encadeamento entre eles. (2007, p. 93).

O ambiente amazônico é descrito ainda por Euclides da Cunha (2006) como sendo brutal e triste, cujo clima era capaz de provocar o enfraquecimento de todas as faculdades humanas, inclusive as mais nobres, contribuindo, além disso, para o desalento de todos os que ali chegavam, uma vez que a própria partida do lugar de origem propiciava um estado emotivo receptivo a todos os tipos de moléstias. A natureza amazônica, para o autor, era selvagem, restando às populações que para lá se dirigiam os esforços de domá-la.

No entanto, há uma característica interessante a respeito das populações que habitam os sertões: mesmo o espaço sertanejo – seja ele o nordestino ou o amazônico – sendo descrito como impróprio para a permanência humana, devido às suas características naturais e ao próprio abandono a que os sucessivos governos o relegaram, suas populações são vistas como sendo, apesar de todas as adversidades impostas pelo meio, resistentes, puras, portadoras do verdadeiro traço da brasilidade, uma vez que não foram corrompidas pelos vícios que permeavam a sociedade do litoral. Ainda assim, apesar de “puras”, essas populações continuavam sendo a representação do atraso e da barbárie, tendo em vista que a modernidade não havia marcado sua presença no meio sertanejo, lembrando a assertiva de Euclides da Cunha de que o sertanejo não era um degenerado, mas, um retrógrado, vivendo no tempo do passado, distante – geograficamente e culturalmente – dos avanços presentes na civilização.

Por mais que Euclides da Cunha tenha ficado fascinado com os aspectos culturais das populações do Sertão, tais como

festas e tradições populares, como a vaquejada, por exemplo, bem como as simpatias e superstições usadas nos momentos trágicos de seca, como anseio redentor para as

chuvas. Não obstante o encanto causado nele por tamanha riqueza cultural, o autor mantém-se irredutível no lugar em que optou para escrever seu livro: o da civilização, da ciência, da racionalidade técnica. (NICOLAZZI, 2011, p. 254).

Portanto, vê-se que o termo “sertão”, na percepção de Murari (2007), possui um caráter polissêmico, contribuindo para que ele se torne portador de variados significados simbólicos, os quais variam de uma valoração positiva quanto a uma sociedade tida como originalmente brasileira, até uma valoração negativa, que representa o sertão como um empecilho a uma civilização moderna desejada. Tal fato está alinhado à discussão sobre os conceitos proposta por Reinhart Koselleck, o qual afirma que os conceitos são vocábulos que carregam consigo uma múltipla variedade de significados, e que

embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. (2006, p. 109).

Antonio Carlos Robert Moraes propõe que o termo “sertão” é um símbolo imposto. Para ele,

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. [...] Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. (2012, p. 2).

Nesse caso, tanto o Sertão Nordeste quanto o Sertão Amazônico, em determinados períodos, passaram a ser alvos de projetos de ocupação, a fim de que fossem inseridos permanentemente na vida política e econômica da Nação, de modo a extinguir possíveis ameaças à homogeneidade do país. Moraes, desse modo, explica que a concepção de sertão geralmente está associada à de um espaço para a expansão, de modo que esse movimento expansionista incorpore aquele novo espaço aos fluxos econômicos dos quais ele escapa num determinado momento. Ele ainda elucida que

No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta. (MORAES, 2012, p. 3).

Nesse sentido, tornava-se imperativo ocupar os sertões, promover a marcha civilizadora sobre os espaços selvagens e expandir a fronteira para o interior do território brasileiro. A fronteira, segundo Candice Vidal e Souza, “vem a ser intermédio entre um Brasil ‘cultivado’ pela civilização e outro ainda bruto, muito sertão” (2015, p. 139). Portanto, a ocupação do próprio território afirmava-se como o sentido de construção da nacionalidade.

A partir de então, o sertão passa a ser entendido não como um problema puro e simplesmente para a construção da nacionalidade; mas passa a ser visto como reserva econômica, espaços promissores. Vidal e Souza afirma que “sertão e floresta amazônica são postos como regiões disponíveis à expansão, a ocupação, enfim, ao aproveitamento econômico. Reservas nacionais, ‘espaços de futuro’, diria Cassiano” (2015, p. 140).

Alguns autores norte-americanos chegaram a dedicar-se aos estudos desse movimento de fronteira aqui no Brasil. Vidal e Souza cita, por exemplo, J. F. Normano, que

Esclarece de início uma definição para deslocamento de fronteira que coincide com a que vigora entre as sociografias. Diz que esse conceito é usado ‘para significar a expansão econômica territorial de um país, dentro de seus limites políticos. [...] Não é a expansão do território político, mas a incorporação do território existente à vida econômica da nação, a colonização interna nacional. (2015, p. 148).

Vidal e Souza (2015) esclarece que Normano realizou uma comparação entre o deslocamento de fronteira empreendido nos Estados Unidos e o promovido no Brasil, chegando à conclusão de que, enquanto nos Estados Unidos a fronteira no far- west já havia estancado, no Brasil, ela ainda persistia em sua empreitada expansionista, ou seja, ainda estava em processamento. No entanto, esse deslocamento, na visão de Normano, constituía-se numa penetração diferente daquela empreendida no passado, com incursões isoladas. A abertura do sertão, nos tempos modernos, dava-se através de modernos meios de comunicação e com uma colonização mais organizada.

Por isso, essa marcha da fronteira, nos tempos modernos, é entendida como sendo uma estratégia imperialista, com o propósito de dominar uma região de notável valor econômico, político e simbólico. Dessa forma, Vidal e Souza explica que, transformar o sertão-vazio é realizar o

‘Imperialismo’ econômico-social-interno, consistindo na integração de todo o país num sistema econômico único, baseado em meios modernos de transporte, [e que] suavizará as forças desintegradoras da história do Brasil [...] formando um sólido fenômeno econômico para a federação política. (NORMANO apud VIDAL E SOUZA, 2015, p. 149).

Outro exemplo de intelectual dos Estados Unidos que realizou estudos acerca do movimento de fronteira no Brasil é Roy Nash. Vidal e Souza explica que, para Nash, fronteira tem o sentido de “ir aplainando, pela civilização, a superfície do mapa nacional: transformando sem cessar espaços e população para se ter ao fim um horizonte homogêneo e livre de discrepâncias” (2015, p. 151). Dessa forma, o sonho de ocupação do Oeste do Brasil seria concretizado:

Imaginamos a conquista do Amazonas como a continuação, no tempo e no espaço, da conquista de Goiás e de Mato Grosso [...]. O limite entre a civilização e a barbárie irá se deslocando lentamente, década por década – século por século, talvez – até finalmente rolar pelo talude abaixo e assenhorear-se do baixio Amazônico. (NASH apud VIDAL E SOUZA, 2015, p. 151).

Mas, ocupar o Sertão não seria o bastante. Ao afastar para longe a barbárie, a fronteira deveria abrir espaço para a produção de riquezas, sendo o vazio substituído pelo progresso econômico. Para tanto, de acordo com a concepção de Vidal e Souza (2015), Nash chama a atenção para o fato de que, para que tudo concorresse ao êxito, seria necessário substituir o individualismo sertanejo pelo coletivismo moderno associado com as armas do saber. Desse modo, a ação da fronteira deveria ser estimulada pelo auxílio oficial, pela ação cooperativa e, principalmente, sob o patrocínio de generosas somas de capital. Ou seja, investir e explorar organizada e racionalmente os vazios que ainda restavam aos brasileiros.

O potencial econômico da Amazônia, tão em voga nos discursos a partir de então, não passou despercebido aos olhos dos Estados Unidos, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. As lembranças do período áureo da borracha não foram de todo deixadas para trás, e foi exatamente esse produto que atraiu, mais uma vez, as atenções de empresas norte-americanas. Nessa perspectiva, os norte-americanos apresentavam-se como os “desbravadores” civilizados, cuja missão seria a de conquistar a terra “maravilhosa”. Seth Garfield (2009) revela que várias foram as formas como os norte-americanos imaginaram aquela fronteira amazônica, principalmente entre o final da década de 1930 e início da década de 1940. Segundo Garfield,

Para alguns observadores norte-americanos, o valor de uso da fronteira amazônica estava em suas recompensas materiais. Imagens da Amazônia como o El Dorado esperando seu conquistador ianque foram prontamente recicladas. [...] Essas representações atualizaram as descrições da Amazônia como um El Dorado, e da América Latina como um ‘amplo reservatório de riquezas naturais com o potencial para servir como uma nova fronteira e o centro de uma nova civilização’. (2009, p. 29-30).

Tal interesse dos Estados Unidos nos recursos naturais da Amazônia, segundo Garfield, foi intensificado nos anos que precederam Pearl Harbor. Ele explica que a dependência norte-americana em relação à importação de borracha asiática levou vários altos funcionários

e escritores a apoiar a criação de plantations desse produto na Amazônia e em outras regiões do hemisfério ocidental. No entanto,

o apelo da Amazônia para alguns observadores norte-americanos não estava somente em seus recursos naturais, mas também na sua promessa de aliança pan-americana e redenção espiritual. (GARFIELD, 2009, p. 20).

Garfield ressalta, ainda, que

A história ambiental pioneira de Warren Dean sobre a borracha amazônica documenta os esforços intermitentes das administrações Vargas e Roosevelt para criar plantations de borracha no Brasil no início da década de 1940. No dia 22 de junho de 1940, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que destinava 500 mil dólares para o Departamento de Agricultura (USDA), para o desenvolvimento da produção de borracha no hemisfério ocidental. O Bureau of Plant Industry e o Office of Foreign Agricultural Relations montaram um amplo programa para pesquisar o cultivo sistemático de borracha, com o objetivo principal de combater o *Microcyclus ulei*, vulgarmente conhecido como ‘mal-das-folhas’ sul-americano [...]. No Brasil, um acordo entre o Ministério da Agricultura e o USDA foi assinado em outubro de 1940, autorizando a operação de uma equipe de pesquisa na Amazônia e o estabelecimento de um viveiro experimental em terrenos do Instituto Agronômico do Norte (IAN), criado no ano anterior, em Belém, como parte da iniciativa de Vargas de trazer a agricultura científica e o saneamento para o vale amazônico. (2009, p. 25- 26).

Sendo assim, percebe-se que a ação de promover a ocupação ordenada e definitiva de certos espaços e sua racional exploração econômica, sob os auspícios do governo, tornou-se objetivo primordial do Governo Vargas, que voltará suas atenções de modo especial para o Vale Amazônico, a partir da década de 40.

3.2 Uma terra em transformação: o Acre pelas páginas do jornal *O Acre*

Tido como a “pedra fundamental” que inaugurou o processo de ocupação do Vale Amazônico, o discurso proferido por Getúlio Vargas no Rio Amazonas deixa entrever os principais pilares que proporcionariam a realização de seu projeto: adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Sua fala registra como tinha sido a Amazônia, até aquele momento, e o que precisava ser feito para transformar aquele cenário:

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar

à concentração e fixação do potencial humano. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. (VARGAS, 1942, p. 3-4).

Nesse momento, e para a realização da tarefa de transformar a Amazônia em um local propício para receber seus futuros habitantes, torna-se indispensável altos investimentos, e não apenas financeiro, mas também do conhecimento técnico. O próprio Presidente deixa claro que essa contribuição se faria presente na realização do projeto:

Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias. (VARGAS, 1942, p. 4-5).

Nesse ínterim, em virtude dos acontecimentos mundiais que se desenvolviam desde 1939 – a Segunda Guerra Mundial, a ocupação das zonas produtoras de látex pelos japoneses e, por fim, a entrada do Brasil no conflito e a assinatura dos Acordos de Washington –, o auxílio técnico e financeiro para o soerguimento do Vale Amazônico se fizeram presentes. A partir de então, a inserção da Amazônia na vida econômica nacional estava em ação, e os braços responsáveis pelo desenvolvimento econômico daquela região eram, exatamente, os nordestinos, chamados, naquele momento específico, de soldados da borracha.

Esses trabalhadores teriam, de certa forma, uma dupla função: configuraram-se na mão de obra responsável por extrair o látex a ser enviado para as forças aliadas, no âmbito do já citado conflito mundial, assim como seriam os responsáveis pelo povoamento do Vale Amazônico, uma vez que o governo tinha a intenção de promover a fixação daqueles trabalhadores e de suas famílias na dita região. A propósito, mesmo antes da assinatura dos Acordos de Washington, em que o Brasil se comprometia, entre outras coisas, a disponibilizar mão de obra para os seringais como parte do esforço de guerra, o governo brasileiro já projetava que a ocupação amazônica se daria, em grande medida, pela população nordestina.

Dessa maneira, o clima de euforia se fazia presente em diversos meios e locais: no discurso do Rio Amazonas, onde Vargas exalta o potencial do Vale Amazônico e conclama os brasileiros a tomarem parte naquela empreitada patriótica; em alguns estados nordestinos, diante do recrutamento de trabalhadores para o Exército da Borracha, em face dos inúmeros benefícios

que aquele sertanejo castigado pela seca viria a receber ao desempenhar seu trabalho nos seringais, além de usufruir da fama de “herói” nacional; nos meios de comunicação, notadamente os jornais impressos, onde, sob a fiscalização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), edições e mais edições exaltavam a Batalha da Borracha, além, é claro, de enaltecer a figura do seringueiro, do Chefe da Nação, e de propagandear o imenso potencial econômico presente no território amazônico e os desafios que precisavam – ou mais do que isso, urgiam – ser superados para o pleno desenvolvimento da Região Amazônica e da Nação como um todo.

O jornal *O Acre*, por exemplo, dedicou boa parte das edições de 1943 e 1944 para falar sobre a Campanha da Borracha, sobre as transformações pelas quais o território do Acre estava passando, e sobre as dificuldades ainda existentes e que precisavam ser vencidas para o pleno êxito do projeto de Vargas e dos interesses das autoridades norte-americanas envolvidas na Batalha da Borracha.

Numa de suas edições, por exemplo, reforça-se a ideia de que uma das soluções para o problema do povoamento na Amazônia era a fixação do trabalhador, assegurando a estabilidade dos novos núcleos de população. Além disso, aponta que tal problema contava com a solução advinda do compromisso do governo norte-americano em adquirir a borracha amazônica até o ano de 1946, o que proporcionaria rendimentos favoráveis aos trabalhadores que para lá se dirigissem. Através dessa matéria, o jornal deixa transparecer a expectativa de que essas populações resolvessem se fixar definitivamente naquela região, mesmo depois do fim do programa de expansão de produção da borracha.

Se o Brasil, com o seu vasto território, possui um índice muito baixo de densidade de população por quilômetro quadrado, isso é particularmente verdade com relação à bacia amazônica. E constitui um dos grandes problemas para os seus administradores, porque sem o elemento humano é impossível retirar da terra tôdas as possibilidades que nos acena. [...] A situação agora está mudando. [...] Atraídos pelas possibilidades de seguros lucros, trazidos confortavelmente pela SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) e por outras organizações oficiais do governo brasileiro, os trabalhadores começaram a chegar. E encontram um ambiente muito mais favorável do que aquele encontrado pelos pioneiros da borracha, há algumas dezenas de anos. [...] A verdade é que a Amazônia está atravessando uma fase febril de reerguimento e de atividade. E os trabalhadores, que chegam de outros Estados e que podem vir agora para ficar [...] estão realizando uma obra que poderá ser comparada, futuramente, à dos bandeirantes que, noutras eras, dilataram as nossas fronteiras e estabeleceram as bases da nacionalidade. [...] Êsses trabalhadores continuarão a ser trazidos para o rio Amazonas e provavelmente ficarão estabelecidos definitivamente no vale, mesmo depois de terminado o atual programa de expansão, que vai até dezembro de 1946. (*O Acre*, 1943, p. 8)

Em matéria intitulada “Eldorado”, anuncia-se que o Acre, naquele período, estava a produzir tanto quanto qualquer outro estado do país, e poderia produzir ainda mais se houvesse uma melhor distribuição populacional, que permitisse a presença de mais trabalhadores em

território acreano, para explorar de modo mais satisfatório as riquezas naturais ali existentes, as quais não estavam, de modo algum, restritas à produção gomífera.

Este ano o Acre exportará cerca de seis mil toneladas de borracha, valendo quasi 90.000 mil cruzeiros. Se a esta importância juntarmos os valores de outras exportações, como as de madeiras preciosas e castanha, teremos mais de cem mil cruzeiros. Isto representa o esforço de uma população de cerca de noventa mil pessoas, menos de metade da de Fortaleza e apenas um vigésimo da carioca. Se o paraibano exportasse tanto quanto o acreano, a exportação de sua província atingiria a um e meio milhões de cruzeiros – cerca de 10 vezes o seu valor atual. O Ceará exportaria dois milhões de cruzeiros. São Paulo, quasi oito. O Brasil, quarenta e dois milhões. Atualmente, portanto, o trabalho no Acre é muito mais rendoso do que em qualquer outro ponto do país. O Acre, porém, que relativamente já tanto faz pelo Brasil, está longe de exgotar as suas possibilidades. [...] E não ficarão esgotadas as extraordinárias possibilidades do Acre. Aumente-se a população, e a produção de borracha poderá atingir as 20.000 toneladas, valendo 360 milhões de cruzeiros. E tornar-se-á possível aproveitar os grandes cacauais silvestres, o timbó e mais completamente a castanha, a madeira, a copaíba, a andiroba, etc. e dar um empurrão maior à agricultura e à indústria. (*O Acre*, 1943, p. 6)

No período em questão (década de 1940), passou a ser objetivo do governo brasileiro apresentar aquela área do país como sendo um espaço de transformação e possibilidades. Dessa forma, era importante superar a imagem de selvageria e de barbárie que se construiu acerca do sertão amazônico e que se perpetuou no imaginário da população brasileira – assim como aconteceu com os discursos sobre o Nordeste, em que a pobreza e o atraso passaram a ser palavras definidoras e de imediata associação ao espaço nordestino. Em seu discurso do Rio Amazonas, o próprio Presidente Vargas exortava para a necessidade imperiosa de superar a ideia de que a Amazônia não se constituía numa região propícia ao estabelecimento da ocupação humana.

Dessa forma, na matéria denominada “O Acre que eu vi”, o autor procura desconstruir a ideia de que o Acre era uma terra selvagem, povoada por animais selvagens e por índios que transitavam despidos por onde passavam. Além disso, ressalta as qualidades do povo acreano, classificando-o como bom e civilizado, e de seu ambiente, qualificado como adorável, estando em marcha na vanguarda do progresso.

Lá em baixo, a ideia feita pelos homens, a respeito do Acre, é que as suas pequeninas cidades são transitadas por índios nus, sobraçando frechas e arcos, e aqui, acolá, o cidadão está topando com desmedidos jacarés – de fauces famintas, gigantescamente escancaradas – Que não existe civilização... Que a terra conquistada por Plácido de Castro não passa e nem tem probabilidades de passar do primitivismo imemorial – afirmam em tom categórico – porque é um simples território... [...] Fazendo chalaça, até o Zé Povo bota as unhas de fora: - No Acre, nem mesmo a Amélia, que era mulher de verdade, se acostumava... Não nego ter também participado dessas ideias. [...] A minha impressão, quando cheguei há algumas semanas, foi a melhor e continua sendo a melhor. [...] Valeu a viagem. A terra é adorável. É de braços abertos que recebe os brabos. Hospitaleira. O seu povo é bom... e é civilizado. E verifica-se a ôlho nú, ao

contrário de todas as outras suposições, que o Acre marcha na vanguarda, galhardamente, pela estrada ascensional do progresso. Caminha nas diretrizes marcadas por uma administração sadia e propulsora. Já não é mais a terra em sêr, como dizia Vicente Licínio. Nem a terra por amansar, como a qualificou Euclides da Cunha. (*O Acre*, 1943)

Ainda assim, o jornal não ignora a persistência de algumas problemáticas na região do Acre, e utiliza o espaço da imprensa para expor tais problemas e reivindicar soluções. O Eldorado, portanto, não era tão perfeito assim. Numas das matérias desse periódico, aponta-se para a carência de assistência médica em certas localidades. Segundo a equipe médico-dentária, que retornou de uma expedição para prestar assistência aos soldados da borracha, uma das localidades visitadas não recebia visita de um profissional da saúde há mais de 20 anos. Tal constatação demonstra, dessa forma, a situação de abandono a que aquelas populações foram relegadas durante tanto tempo, tendo que conviver com as doenças e a iminência da morte.

Ainda nessa matéria, fica claro que as péssimas condições sanitárias acabavam por provocar inúmeras doenças naquelas famílias, sendo as crianças as mais suscetíveis à morte.

Chegando ao nosso conhecimento a notícia do regresso da expedição composta dos srs. Drs. Marinho Monte, Jacinto de Lima Gomes e do enfermeiro Wilson Português, enviada à região do Abunã pelo Snr. Governador Silvestre Coêlho, para prestar assistência médica e dentária aos “soldados da borracha”, no próprio local onde travam a “batalha da produção”, era justo que ouvíssemos os expedicionários, sôbre o que viram e fizeram durante 40 dias naquela região que ainda constitue um mistério para a maioria dos habitantes de Rio Branco. [...] Com a palavra, o sr. Dr. Manoel Marinho Monte, chefe da expedição, principiou a narrativa. [...] “No dia da nossa chegada à Vila Plácido, demos início ao trabalho, pois há mais de 20 anos aquela região não era visitada por um profissional. Encontramos a população completamente sem assistência, havendo, não raramente, casos fatais por falta de recursos médicos. Atendemos cêrca de 300 pessoas fornecendo-lhes, também, medicamentos, e aplicamos cêrca de 2.000 injeções não sendo atendida mais gente, pela falta absoluta de comunicações existente na região”. – Nesta altura aventuramos uma pergunta: qual o índice sanitário da região? – Como toda cidade do interior da Amazônia, Vila Plácido também apresenta um péssimo índice sanitário. [...] As crianças, na sua quasi totalidade, são doentes, e cêrca de 80% morrem antes de completar um ano de idade”. (*O Acre*, 1943, p. 1)

A região visitada pela equipe médico-dentária – Abunã – também é descrita, na matéria, como sendo a mais rica da Amazônia, o que se torna um curioso paradoxo: uma região tão rica, mas cujas populações não tinham acesso às mínimas condições sanitárias que lhes proporcionassem, sequer, uma vida razoavelmente confortável.

Em outra edição, o jornal enumera outros notáveis entraves que precisavam ser resolvidos para que o fornecimento de borracha fosse suficiente para atender às necessidades daquele momento.

Diante da anormalidade criada pela guerra, o mundo inteiro tem as vistas voltadas para a Amazônia, no sentido de que esta forneça borracha suficiente para as necessidades do momento. Porém, para conseguirmos resolver este problema, precisamos resolver muitos outros antes do solucionamento do principal. O primeiro, é o transporte rápido e eficiente, capaz de manter com perfeita segurança o fornecimento dos principais gêneros alimentícios aos seringueiros para que estes não percam tempo e nem esmoreçam na faina da extração do produto tão precioso para a família aliadófila que luta contra a prepotência maldita das nações do eixo. O segundo, é produzirmos nas fertilíssimas terras da Amazônia, tudo quanto elas dadivosas nos podem fornecer. Quanto aos meios de transporte, além das muitas embarcações que nos devem trazer os gêneros de primeira necessidade, necessitamos, como elemento imprescindível, de comunicações aéreas ligando todos os municípios da Amazônia e principalmente do Acre, porque os seus rios são as únicas estradas por onde podem ser feitos os seus transportes. (*O Acre*, 1943, p. 4)

Interessante se torna ressaltar que, em virtude da dificuldade de comunicação e de transporte, o abastecimento das regiões seringueiras com gêneros alimentícios, por diversas ocasiões, ficava seriamente comprometido, prejudicando a sobrevivência das populações ali alocadas. Dessa forma, uma das alternativas encontradas e de grande incentivo, principalmente da imprensa, era a produção agrícola nas áreas dos próprios seringais, uma vez que os trabalhadores não ficariam, dessa forma, sem a presença dos gêneros alimentícios quando a entrega dos mesmos não conseguisse ser efetuada.

Por diversas vezes, o problema relacionado aos transportes se mostrou o ponto central das matérias do periódico *O Acre*. Numa delas, é possível perceber que várias ações estavam sendo pensadas ou já colocadas em prática para facilitar o acesso dos meios de transporte aos locais produtores de borracha. Uma das alternativas incluía até mesmo o uso de paraquedistas, que, ao serem lançados naqueles pontos próximos aos seringais, seriam encarregados de abrir, eles próprios, trilhas para os rios, com o propósito de permitir a descida de aviões, como bem mostra a matéria:

A fabulosa riqueza de tal área será explorada numa escala sem precedentes para apressar o comércio de guerra e de após guerra entre as Américas. Isto foi recentemente revelado por um portavoz do secretário de Comércio, Jesse Jones, que declarou que uma 'task force' jogaria homens, por meio de paraquedas, dentro das áreas das selvas dos seringais, de aviões que têm base em Manaus, a bela capital do grande Estado do Amazonas. A espetacular inovação para aproveitamento da borracha que ainda não pode ser colhida no seio das selvas, por meio de paraquedistas, foi prevista por Morris L. Cocks que, recentemente, chefiou a missão técnica do governo norte americana que visitou o Brasil. Os desbravadores aéreos, jogados por paraquedas, irão munidos de machadinhas, víveres e outros equipamentos. Serão imediatamente abertas trilhas para os rios mais próximos e logo depois estas trilhas serão alargadas para permitir até a descida de aviões. Desta maneira, espera-se encontrar uma solução rápida para o seríssimo problema de transportes na região Amazônica, o que será de extraordinário alcance econômico para o Brasil. (*O Acre*, 1943, p. 3)

Além da ausência de estradas que permitissem o acesso aos locais produtores de borracha, a falta de transportes era outro entrave que se fazia presente. Naquele contexto de urgente produção gomífera, era necessário que o número de transportes fosse suficiente para o escoamento de produtos, com destaque para a borracha. Em virtude da dificuldade de deslocamento por terra, tal atividade tinha de ser feita através dos rios, descritos, na matéria, como “estradas líquidas”. Em virtude disso, foi necessária a atuação da Rubber Development Corporation no sentido de adquirir e disponibilizar de embarcações para o transporte dos produtos.

Dispondo de estradas líquidas de fabulosa extensão, o fértil vale do Amazonas precisava e precisa, ainda, de um sem-número de embarcações que encaminhassem, para os portos de reembarque final, quando não para o seu destino definitivo, os seus produtos, em particular a borracha, de tão primordial importância nesta hora angustiada do mundo. Foi sempre êsse o nosso grande problema. E quando há pouco mais de um ano o governo brasileiro e o americano assinaram o célebre acôrdo que assegurava, até 1946, um mercado excelente para tôda a nossa produção disponível de borracha, nem por isso o otimismo foi geral. Era que todos sabiam que nos faltavam os meios de transporte, que não bastava produzir: era preciso encaminhar. Encarregada, pelo govêrno americano, de cooperar com as autoridades brasileiras no sentido de incrementar e dar vazão à produção nacional de borracha, uma das primeiras medidas da Rubber Development Corporation foi entrar em entendimentos com seu próprio govêrno, no sentido de assegurar o transporte necessário. Démarches junto à United States Maritime Comission tornaram logo possível, apesar de todas as dificuldades do momento atual, a remessa, para o Amazonas, de sete navios fluviais, alguns deles com capacidade para 3.000 passageiros e duzentas toneladas de carga, que estão a serviço dos seringais, dos seringueiros e de tôda a grande obra da batalha da borracha, na região amazônica. [...] (*O Acre*, 1943)

Mas, assim como os problemas se faziam presentes, as ações para superá-los também se faziam notar. A Batalha da Borracha exigia grandes transformações para ser executada, principalmente em território amazônico, um lugar que durante muito tempo ficou distante dos elementos característicos do mundo da economia e da civilização: estradas, transporte e comunicação. Além disso, outro ponto se fazia essencial: a melhoria do saneamento, para fins de atender às necessidades básicas das populações que ali já haviam se estabelecido e para os trabalhadores que chegavam em números cada vez maiores para engrossar as fileiras do Exército da Borracha. De fevereiro a junho de 1943, por exemplo, desembarcaram em Belém cerca de 7.000 trabalhadores, chegados ali através dos navios Almirante Alexandrino, Pará, Itapuhy, Itaimbé e Pedro II. Somente no dia 12 de agosto de 1943, chegaram a Belém, no vapor Itapuí, mais de 800 trabalhadores. Em 22 de agosto do mesmo ano, foram desembarcados também do mesmo vapor, cerca de 570 trabalhadores. Em 7 de setembro, pouco mais de 700 chegaram a Belém.

Dessa forma, profundas mudanças precisariam ser promovidas no espaço amazônico para o recebimento das levas de trabalhadores que seriam encaminhadas para os seringais e para possibilitar a realização desse esforço de guerra na Amazônia brasileira. Inclusive, tais

ações, segundo o periódico *O Acre*, já estavam sendo empreendidas, como aponta a seguinte matéria:

Centenas de aviões de grande capacidade de carga desvirginando os céus do ‘Inferno Verde’ e sacudindo com o ronco dos seus possantes motores a selva revolta acordando-a para a luta – escrevem um novo capítulo na história da borracha. Víveres, utensílios, espingardas, anzóis e outros materiais são despejados em todos os rios às toneladas, pelos aviões da ‘Rubber Development Corporation’ que conduzem de volta – borracha para Vitória. [...] De todos os problemas da Amazônia, porém, talvez o mais grave era o do saneamento. Aí encontramos o Serviço Especial de Saúde Pública, empregando o máximo dos seus esforços para tornar esta região tão habitável quanto as regiões do litoral. Hospitais são construídos, valas são abertas, medicamentos são distribuídos em um trabalho pertinaz a fim de que os inimigos ocultos dos heróicos desbravadores da Amazônia – as febres e infecções – sejam vencidos. (*O Acre*, 1943, p. 1)

A situação do saneamento se apresentava como um grande entrave para a saúde da população de determinadas localidades da região amazônica. Mosquitos, frequentemente, transmitiam doenças, a exemplo da malária. A presença de esgotos e de roedores também provocavam a disseminação de doenças, além da má qualidade da água. Dessa maneira, para diminuir o índice de contaminação e de mortalidade naquelas áreas – o que, inclusive, chegou a chamar atenção de estudiosos que tiveram a oportunidade de percorrer algumas localidades da Amazônia, como Euclides da Cunha – um plano de saneamento precisava ser colocado em prática, a fim de tornar a região o mais salubre possível e oferecer melhores condições de permanência para os grupos populacionais que ali já se encontravam e para as levas de soldados da borracha que para lá eram encaminhadas.

O jornal *O Acre* informava acerca do projeto de saneamento da bacia do Amazonas, o qual contava com investimento de capital norte-americano e brasileiro, e que se desenvolveria pelos anos seguintes:

A futura geração brasileira encontrará na bacia do Amazonas um lugar mais seguro para viver e trabalhar [...]. A obra de saneamento do Amazonas custará aos Estados Unidos cerca de 4.000.000. [...] As enfermidades tropicais são as inimigas da produção da borracha e a malária é a pior delas. Os seringueiros, que se levantam diariamente às três horas da manhã, para iniciar a sua caminhada de cinco milhas através da floresta, antes de começar o calor diário que o desanima e prejudica o seu trabalho, é assediado por uma nuvem de insetos, na maioria mosquitos de que há trinta variedades no Amazonas. [...] O S.E.S.P., distribuiu cerca de 16 milhões de comprimidos de atebriina no Amazonas e outros distritos, como preventivo ou para a cura da malária. Foram drenados distritos, incluindo um projeto de controle de maré, ora em andamento em Belém, onde as águas estagnadas estavam protegendo mosquitos. Nos Estados do norte e do nordeste do Brasil, o S.E.S.P., examinou e tratou dos imigrantes que trabalham na borracha. Nos campos de trabalho da SAVA em Belém e Manaus, os recrutas eram vacinados contra tétano, febre amarela e tifo, antes de partir para o sertão. Uma grande parte do programa consiste na distribuição de esgotos, na provisão de boa água potável e no controle dos ratos. (*O Acre*, 1944, p. 4)

No entanto, apesar de todos os investimentos realizados em prol da Campanha da Borracha e para a fixação dos trabalhadores e suas famílias no Vale Amazônico, verificou-se, ao final, que a execução de tais projetos não caminhou em consonância com o que foi planejado, resultando em diversos problemas que comprometeram a saúde e o bem-estar de milhares de trabalhadores que foram enviados para o front na Amazônia. O sonho do Eldorado transformou-se em pesadelo, mais uma vez.

3.3 Entre a propaganda e a realidade: condições de vida e de trabalho nos seringais

Os períodos áureos da extração da goma elástica atraíram milhares de pessoas para a Amazônia, que assistiu a um intenso crescimento populacional. Tal fenômeno, entretanto, não foi acompanhado por melhorias que pudessem atender àquelas levas populacionais, resultando num quadro de ocupação urbana desordenado e num crescimento do número de mortes provocado por diversos fatores. O elevado número de mortos foi reflexo da ausência dos serviços de saúde, que não acompanharam o aumento populacional, principalmente nas áreas localizadas próximas aos seringais. Dessa maneira, poucos conseguiam, de fato, usufruir da riqueza decorrente da extração do látex.

Esse quadro verificado no primeiro ciclo da borracha não se constituiu em empecilho para o projeto de ocupação do Vale Amazônico nem para a Campanha da Borracha, principalmente se considerarmos que a propaganda promovida em torno desses empreendimentos prometia que sua realização se daria de maneira diferente das ocupações anteriores, pois incluía o acompanhamento do governo e investimentos em saneamento, saúde, infraestrutura, transportes e comunicação. Dessa maneira,

Com a retomada da extração gomífera em 1942, [...] houve por parte do governo federal uma política revelada de incentivo à migração para suprir a necessidade de mão de obra da atividade extrativa da borracha. Neste curto período, houve um grande aumento populacional na região, uma vez da migração compulsória de pessoas de vários lugares do Brasil. Durante a década de 1940, o Pará, por exemplo, teve sua população tão aumentada que ultrapassou o número de um milhão de pessoas, chegando em 1950 com mais de 1,1 milhão de habitantes. [...] Os outros estados também apresentaram significativos incrementos populacionais, com destaque para as capitais. Destaca-se que boa parte dos trabalhadores que se deslocaram para a região amazônica para servir de mão de obra no segundo ciclo de extração da borracha era de origem nordestina. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012, p. 25-26).

É interessante notar que, a respeito da mão de obra encaminhada para a extração do látex no segundo ciclo da borracha, e, antes disso, para a ocupação do Vale Amazônico, a preferência foi dada aos nordestinos. Após sua visita à Amazônia, quando realizou o discurso do Rio Amazonas, lançando o audacioso projeto de reerguimento daquele Vale, Getúlio Vargas

fez uma passagem por Fortaleza, onde proferiu um discurso de recrutamento dos cearenses para pôr em prática o plano de ocupar e desenvolver economicamente o espaço amazônico:

Venho da região amazônica, do extremo Norte do país [...]. Enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós. Numa época em que o Nordeste era assolado pela sêca, em que as populações, deixadas ao abandono, procuravam, por si mesmas, recursos para não morrer, os nordestinos, principalmente os cearenses, começaram a emigrar para a Amazônia. Saíram da terra flagelada, transferiram-se para outra, onde havia abundância de água, onde a própria planície verde parecia encharcada pelo rio-mar. E o cearense adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heróico, persistente. Embrenhado na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando para a Pátria e incorporando à soberania nacional cerca de 200.000 quilômetros quadrados – todo o território acreano. E essa obra é vossa, cearenses. Por isso mesmo, a cada passo e em cada lugar a que chegava vinha-me à lembrança o povo desta terra, que deu homens aos postos da alta administração, ao comércio, à indústria e, lá, continua presente nos velhos desbravadores e na jovem e numerosa descendência. (VARGAS, 1941, p. 95-96).

Sobre o recrutamento da mão de obra nordestina, Isabel Cristina Martins Guillen discorre que

Vargas trabalhava discursivamente com a conquista do Acre como um grande feito heróico dos trabalhadores anônimos que incorporaram à Pátria o grande território e, ao mesmo tempo que enriqueciam, cooperavam em prol da soberania nacional. No momento em que se requeriam novos heróis, o presidente só poderia se lembrar dos cearenses. [...] Respondendo ao apelo da propaganda, aos incentivos governamentais, e em decorrência da seca de 1942, milhares de trabalhadores nordestinos se dispuseram, e foram dispostos, a enfrentar a batalha da produção, confiantes que conseguiriam refazer suas vidas em bases mais seguras, uma vez que, além de arcar com os custos financeiros da viagem para a Amazônia, o Estado Novo prometia encetar novos planos de colonização da região. (1999, p. 76-85).

A autora afirma, ainda, que para encetar o projeto de deslocamento dos nordestinos para a Amazônia, o governo usou um elemento de grande atração para o camponês nordestino: a pequena propriedade. Assim, ficava difícil resistir à proposta da migração. Segundo Guillen,

Esta questão respaldava-se nos projetos de colonização agrícolas que seriam implantadas no Maranhão, Amazonas e Pará. Não é possível, pois, dissociar a migração do chamariz pela terra. Para as autoridades governamentais, tratava-se de apresentar projetos ‘racionais’ de ocupação da terra, não desordenados e sob o controle do Estado, ao mesmo tempo em que a propaganda liberava mão de obra para os seringais. Para o migrante, ser-lhe posto no horizonte a possibilidade de conseguir a reprodução da condição camponesa, ganhando uma pequena propriedade numa terra que era apresentada como sendo de eterna fartura. Desse modo, a distribuição de pequenas propriedades constituía-se num dos elementos centrais da propaganda do

A possibilidade de se tornar proprietário, mesmo de uma pequena gleba de terra na Amazônia, contrastava com a realidade das famílias sertanejas no Nordeste, onde prevalecia a concentração de terras sob o poder de uns poucos proprietários. Francisco Pereira Costa chega a considerar que

É provável que o problema da migração esteja muito mais associado às práticas de expropriação e rapinagem do patrimônio dos povos originários, dos pequenos e médios camponeses, dos quilombolas, enfim, daqueles que foram tangidos para outros lugares, do que a vinculação e determinismo dos fenômenos naturais. (2015, p. 38).

Até então, as migrações de sertanejos nordestinos se davam de forma espontânea, em que, em virtude das dificuldades cotidianas em seus locais de moradia, cediam à opção de se deslocar para outras localidades. A partir dos anos 40, no contexto do soerguimento do Vale Amazônico e da Batalha da Borracha, as migrações tornaram-se política de Estado. Segundo Maria Verônica Secreto, “na época, isso foi chamado de ‘migração planejada’” (2007, p. 25). Apoiando-se em Beneval de Oliveira, Secreto explica que

[...] era necessário aceitar os movimentos dos sertanejos que, empurrados pelas secas, eram obrigados a procurar outros ambientes mais favoráveis à existência. O salutar e desejável, dizia, seria que esse movimento se realizasse para outras zonas rurais e não para as cidades. Por isso as migrações planejadas eram, para ele (Beneval de Oliveira), a melhor solução achada pelo Estado, ‘reajustando as populações dentro de seus territórios’. Exemplo disso seria o encaminhamento de trabalhadores nacionais, principalmente do Nordeste, para a planície amazônica. (2007, p. 25).

Esse incentivo às migrações cumpria também o objetivo de minimizar as tensões no campo em decorrência das secas, da falta de trabalho e da concentração de terras, tendo em vista que essas ocorrências colocavam em risco a ordem cotidiana das zonas urbanas. Nesse sentido, Edson Holanda Lima Barboza evidencia que, no Ceará,

Em 1941, as chuvas foram bastante escassas, comprometendo os estoques de alimentação que já eram precários. Aos primeiros sinais da ausência de inverno no ano seguinte, os conflitos no sertão recomeçaram. Reapareceram as cenas de ‘bárbaros’ invadindo mercados públicos, roubando cargas de trens e as tristes aglomerações de famintos ‘poluindo’ a cena urbana. (2017, p. 146).

Dessa forma, apoiando-se em Lenharo, Barboza (2017) esclarece que para o Estado Novo, o problema do Nordeste só seria resolvido com o esvaziamento dos conflitos sociais, o que, por sua vez, só se tornaria possível através do direcionamento das correntes migratórias para as áreas destinadas à colonização. Corroborando o pensamento de Barboza e Lenharo, Costa também afirma que

Na realidade havia interesses econômicos daqueles que migravam para a Amazônia, o foco sempre foi esse, inclusive numa fantasia de enriquecimento fácil: Amazônia Eldorado. O projeto de Vargas vai na direção de encurtar os vazios, fixar o homem na terra, colonizar e produzir. Senão, eliminar os conflitos sociais no campo, através do expediente migratório. (2015, p. 51)

Assim, para pôr em ação o projeto de recrutamento de trabalhadores para a Amazônia, lançou-se mão da propaganda, elemento de grande relevância, uma vez que atraiu quantidade considerável de pessoas para integrar o Exército da Borracha, formado em grande medida por sertanejos que tiveram sua sobrevivência no campo comprometida pela Seca de 1942 e pelas dificuldades dela provenientes.

Segundo Barboza, a estratégia de propaganda foi bastante eficiente, pois fez uso de vários veículos de comunicação, como os cartazes e os jornais, além do rádio e do cinema, neste, através dos cinejornais que eram exibidos antes do início dos filmes. Também outros meios se mostraram eficientes para divulgar a Campanha da Borracha, tais como “o burburinho, o boato, a influência nas praças, ruas e becos das cidades, ou nas obras públicas, roçados, praças e igrejas no interior” (BARBOZA, 2017, p. 153).

No entanto, diversos estudos e depoimentos de ex-soldados da borracha comprovam a discrepância entre aquilo que era disseminado pela propaganda acerca do trabalho nos seringais e a realidade vivenciada por inúmeros trabalhadores que integraram o Exército da Borracha. Barboza informa que

A campanha de mobilização dos chamados Soldados da Borracha, promovida pelo Senta, soube incorporar, usar e abusar de aspectos positivos da experiência de migração. Mas o fez exagerando as vantagens e silenciando os conflitos. (2017, p. 153).

Guillen (1999) nos apresenta que a propaganda buscava mostrar que os direitos trabalhistas concedidos aos trabalhadores urbanos se aplicavam também aos soldados da borracha. Mas deixava de lado as dificuldades quanto à fiscalização do cumprimento do contrato, que foi considerado impraticável por não fazer jus às condições de extração do látex. A autora explica que

No caso da jornada de trabalho, por exemplo, no seringal ela é determinada pelo ritmo do trabalhador e pelas condições naturais de processamento do látex que, colhido num dia, não pode ser deixado para defumar no dia seguinte. O que significa que, na prática, a jornada de trabalho num seringal gira em torno de 12 horas. (1999, p. 92).

Ao colher depoimentos de ex-soldados da borracha, Pedro Martinello (2018) afirma que muitos deles informaram que foram praticamente forçados a tomar uma decisão: seguir para o front na Europa, ou servir na Batalha da Borracha. E que, além disso, a propaganda apresentava de forma equivocada o ritmo de coleta do látex, apresentando-o de forma mais promissora do que realmente é. O testemunho de João Avelino da Silva, ex-soldado da borracha, e entrevistado pelo já citado autor, informa que:

Em Recife, tinha retratos de seringueiras em todas as esquinas com a tigela embutida em um pote como se fosse uma mangueira d'água. Mas deixa que quando a gente vai cortar a seringa o leite sai devagarinho. É tanto que a gente sai às 3 horas da manhã, às vezes 2 horas corta a estrada todinha no período de 4 ou 5 horas de corte e depois de terminar a derradeira madeira a gente retorna à primeira para colher o leite. Às vezes tem madeira que tem um dedal de leite no fundo da tigela. (2018, p. 239)

Para difundir a ideia de abundância e rapidez na coleta do látex, Martinello nos revela que

Em outras capitais como Fortaleza, João Pessoa e Natal, foram afixadas fotos de seringueiros em meio a infindáveis fileiras de árvores de hévea, colhendo o látex em grandes tambores, carregados por caminhões e jeeps. É claro que não se tratava dos seringais da Amazônia, mas retratos das plantações da Firestone na África ou das plantations da Malásia e do Ceilão. (2018, p. 239).

Acerca do recrutamento, Alcino Teixeira de Mello (1956) afirma que, no Nordeste, havia ficado a cargo de várias repartições, as quais empreenderam o encaminhamento de imigrantes para a Amazônia. Segundo ele, foram oferecidas aos seringalistas as maiores vantagens, como: financiamento, trabalhadores transportados até os seringais e preço promissor para a borracha, enquanto que ao trabalhador seringueiro, aquele que de fato iria obter o produto das héveas e que precisaria conviver em contato com os perigos da natureza, nada proporcionaram de concreto para que fosse possível proteger-lhe ao menos a saúde e a economia. Na interpretação do autor,

Era a massa ignara, analfabeta e escrava que iria enfrentar a parte mais rude, mais difícil da campanha que se empreendia, e, pensando assim, aqueles que podiam dispor desses desgraçados homens limitaram-se a arrebanhá-los, como se fossem animais, para fazê-los prisioneiros de um dos maiores empecilhos à civilização – segundo o conceito ratezeliano – a selva. (MELLO, 1956, p. 89-90).

Guillen (1999) também comenta que, ao chegar ao seringal, o migrante se deparava com uma realidade bem diferente daquela apresentada pela propaganda. Segundo ela, o aparato montado pelo Estado Novo não atingiu o interior da Amazônia, provocando, nos primeiros meses, sérias dificuldades de abastecimento e transporte. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que fez um importante trabalho no que se refere ao saneamento, não saiu das cidades e nem chegou aos seringais do Acre. Medicamentos que deveriam ser distribuídos gratuitamente aos trabalhadores, a exemplo da Atebrina (usado para o combate à malária), eram vendidos pelos seringalistas.

A autora afirma ainda que, enquanto a Rubber se esforçava para manter o abastecimento dos seringais, vendendo os produtos na capital acreana por preços razoáveis para um tempo de guerra, não havia fiscalização quanto ao repasse das mercadorias e seus preços na caderneta do seringueiro, o que acabou por provocar uma cobrança de preços absurdos por esses produtos nos barracões, gerando lucros para os seringalistas e dívidas para os seringueiros.

No que se refere à relação entre o seringueiro e o barracão, Mello assim descreve:

Heróis de mil batalhas, sentem-se derrotados. Vitoriosos dos elementos da natureza, sucumbem ante a conta do barracão. A borracha não mais os seduz. Odeiam-na, até. Ao lado de cada seringueira foram enterradas, uma a uma, suas pobres ilusões de imigrantes. (1956, p. 22).

Tal situação vivenciada pelos seringueiros no que diz respeito às dívidas contraídas no barracão é resultado de um sistema mercantil chamado de aviamento. Em decorrência disso, as condições de trabalho na extração do látex e a relação entre patrões e seringueiros não eram das mais cordiais. A estrutura de funcionamento do aviamento se constituía num dos mais espoliativos, o que explica que mesmo o seringal sendo um estabelecimento mercantil, transformava-se também numa “prisão física, custodiada por fiscais armados e resguardada pelas distâncias continentais e ameaças da floresta que barravam a livre movimentação e informação do trabalhador” (SANTOS apud OLIVEIRA (et. al), 2012, p. 24).

Martinello descreve o funcionamento do sistema de aviamento da seguinte maneira:

Na base, encontrava-se o seringueiro-extrator, o único produtor da matéria-prima vegetal; em seguida, vinha o seringalista-proprietário e patrão do seringal; acima destes, vinham as casas aviadoras, localizadas em Belém e Manaus, que abasteciam os seringais. Por último, tínhamos as casas exportadoras, que, com a negativa dos bancos em financiar a produção, constituíam-se nas verdadeiras financiadoras de todo o sistema produtivo. A articulação entre os diversos agentes desse sistema desenvolvia-se, mais ou menos, da seguinte maneira: as casas exportadoras, ligadas ao capital monopolista, financiavam as casas aviadoras, que se endividavam. Estas ficavam em condições de aviar os seringalistas, fornecendo-lhes todos os gêneros, utensílios e

instrumentos necessários para o funcionamento dos seringais, assumindo estes a obrigação de destinar às casas aviadoras toda a produção da borracha do seringal aviado. O seringalista-patrão, por sua vez, procedia ao aviamento dos seus seringueiros ou fregueses, que formavam o último elo desta cadeia [...]. (2018, p. 48-50).

O autor também explica que o abastecimento do seringal ocorria geralmente antes do início da coleta do látex, e constava de utensílios para a extração, vestuário, alimentação e remédios, além de produtos supérfluos, para aumentar os lucros dos aviadores e dos seringalistas. Também informa que o custo do aviamento estava relacionado à importância, à extensão e ao número de extratores de cada seringal, sem contar a sua localização geográfica. Ou seja, se o seringal fosse extenso e tivesse um grande número de extratores, a quantidade do aviamento a ser enviado deveria ser bastante significativa. Significa dizer, também, que se a localização do seringal fosse muito distante dos habituais centros de abastecimento, o aviamento ficava com custos maiores, fosse pela distância ou pelas dificuldades de navegação. Dessa forma, os custos passavam a ser debitados nas contas do seringueiro, que além de pagar pela elevação dos preços das mercadorias, precisava arcar com as despesas do frete.

As distâncias, por sinal, tornaram-se um problema não apenas no sentido de encarecer ainda mais os produtos que abasteciam os seringais, mas também no que diz respeito à atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), visto que esse órgão não conseguia alcançar diretamente os seringais. Segundo Guillen (1999), as distâncias amazônicas e o trabalho recém-iniciado do SESP, que não tinha pessoal qualificado em quantidade suficiente nem uma estrutura de funcionamento, são razões que explicam a concentração da atuação desse órgão na região urbana, principalmente Manaus e Belém.

No entanto, como aponta Martinello (2018), já que a função daquele serviço de saúde era oferecer condições sanitárias mínimas para os trabalhadores, foi feita a distribuição de milhares de comprimidos de Atebrina aos migrantes, tendo em vista que a prevenção da malária era a maior preocupação das autoridades de saúde pública da Amazônia.

Apesar disso, o que se verificou foi que a distribuição dos comprimidos de Atebrina não foi suficiente para impedir que os migrantes nordestinos se contaminassem em larga escala. Como já comentado, os comprimidos não foram distribuídos de forma gratuita aos seringueiros, que, para fazer uso deles, tinham que comprá-los nos barracões. O SESP, por seu turno, promovia campanhas educacionais acerca do uso da Atebrina, além da necessidade do uso de mosquiteiros para a prevenção da malária. Tais esclarecimentos podem ser encontrados em várias edições do jornal *O Acre*, por exemplo, como prova dos esforços empreendidos pelo SESP. Entretanto, “o quadro de saúde dos que voltavam dos seringais, só fazia confirmar uma outra face da imagem da região amazônica: a do domínio da doença” (GUILLEN, 1999, p. 145).

Mello elucida que

‘dos retirantes que, acossados pelo flagelo em suas múltiplas investidas, se dirigiram para a Amazônia pela miragem do ouro negro, calcula-se que meio milhão foi dizimado pelas epidemias, pelo paludismo, pela verminose e pelo beribéri. A Amazônia, ou melhor, o Acre, que era seu ponto de atração mais forte, foi o grande sorvedouro da vida sertaneja’. (CASTRO apud MELLO, 1956, p. 42).

O confronto entre os seringueiros e as enfermidades amazônicas¹¹⁶ é descrito por Mello como sendo terrível,

Da qual não há símile na história pátria e, talvez, nem na de outras nações, pois soldados desarmados tiveram que enfrentar inimigos invisíveis que, por toda parte, os acutilavam, inutilizando-os sempre e ferindo-os mortalmente as mais das vezes. Fora de combate, apodreciam no fundo das rêdes, atirados pelos campos de batalha – as cabanas miseráveis –, sem assistência de qualquer espécie, pois a atebрина, que lhes devia ser gratuitamente distribuída, em 1946 era criminosamente vendida, pela maior parte dos patrões, pelo preço exorbitante de Cr\$ 3,00 cada comprimido. (1956, p. 90).

Após tantas dificuldades enfrentadas no Sertão Nordeste em virtude da Seca de 1942, e dos inúmeros problemas vivenciados nos seringais (desde as doenças que os atingiam até as dívidas que prendiam o trabalhador ao barracão e ao seringal), resta saber o que aconteceu com os soldados da borracha após o término da Segunda Guerra Mundial, e perceber se houve, de fato, a devida valorização desses trabalhadores por parte do governo brasileiro.

3.4 Irregularidades, descaso, abandono: A CPI da Batalha da Borracha

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos iniciaram a fase de refluxo e desmobilização na Amazônia, que coincidia, inclusive, com o final do Estado Novo de Vargas. Consequentemente, a imprensa, que até então vivia sob a atenta supervisão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), começou a ser liberada. Com essa nova fase vivenciada pela imprensa brasileira, críticas intensas começaram a ser divulgadas nos meios de comunicação sobre o que havia acontecido com os milhares de trabalhadores nordestinos que foram recrutados e enviados para a Batalha da Borracha na Amazônia.

Segundo Martinello (2018), um grupo de estudantes cearenses visitou a Amazônia para constatar in loco a situação de seus conterrâneos, e verificaram que cerca de 23 mil nordestinos haviam desaparecido. Tal denúncia acabou repercutindo em toda a imprensa nacional, provocando forte agitação. O autor ainda elucida que

Este grave e angustioso problema social, criado pela batalha da borracha, empolgou de tal maneira os debates da Constituinte que o deputado Café Filho, representante do Rio Grande do Norte, em requerimento que tomou o número 263, solicitou do Plenário a criação de uma Comissão de Inquérito, destinada a apurar a real situação dos trabalhadores enviados à Amazônia. Aprovado o requerimento, em sessão de 18 de junho de 1946, no dia imediato era instituída a Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha, para a qual foram designados os seguintes representantes: Álvaro Maia, Pereira da Silva, Castelo Branco, Janduhi Carneiro, João Botelho, Osvaldo Studart, José Neiva e Moreira da Rocha, do Partido Social Democrático (PSD); Fernandes Távora, Paulo Sarazate, Severino Nunes e Egberto Rodrigues, da União Democrática Nacional (UDN); Café Filho, do Partido Republicano Progressista (PRP); Euzébio da Rocha, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Agostinho Oliveira, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (MARTINELLO, 2018, p. 316).

Nas sessões que se realizaram (um total de 12), foram colhidos depoimentos de “ex-soldados da borracha, de médicos encarregados da assistência à saúde dos trabalhadores e, principalmente, dos responsáveis pelo recrutamento, transporte e financiamento dos serviços de imigração” (MARTINELLO, 2018, p. 316).

A Comissão de Inquérito da Borracha, cujas atividades ocorreram paralelamente à existência da Assembleia Constituinte de 1946, e que teve o encerramento de suas atividades também com o encerramento da Constituinte, “visava levantar as responsabilidades de agentes do Estado na e durante a campanha da batalha da borracha, enfim, as responsabilidades e infrações durante sua execução” (COSTA, 2015, p. 400).

Na curta duração da Comissão de Inquérito da Borracha, foram detectadas inúmeras irregularidades e problemas, que começavam mesmo no percurso da viagem, nas chamadas hospedarias ou pousos. Por exemplo, de acordo com Guillen, “uma nutricionista informava que a alimentação dos pousos era bastante deficitária, não só em termos nutricionais, como chegava mesmo a faltar comida. As condições de saúde, ainda que não fossem precárias, não correspondiam à propaganda” (1999, p. 217)

Tal situação foi registrada, por exemplo, na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza. Renata Felipe Monteiro (2019), por sua vez, apresenta-nos que a construção da referida Hospedaria Getúlio Vargas teve início em 12 de outubro de 1942, com a proposta de abrigar 2000 pessoas e concentrar o serviço de hospedagem e encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia, tendo sido inaugurado em 15 de março de 1943.

Segundo a autora, o jornal *O Povo* (CE), em edição de 16 de março de 1943, noticiava que a hospedaria iria oferecer às famílias alojadas três refeições diárias, enquanto aguardavam o dia do embarque para o extremo norte, além de redes para todas as pessoas, com o propósito de oferecer decentes condições de vida aos trabalhadores. A propaganda informava, ainda, que a Hospedaria Getúlio Vargas obedecia a uma eficiente orientação, caracterizando-a como um modelo de organização.

No entanto, o que se verificou foi que, durante a década de 1940, os planos de se ter uma hospedaria “modelo” se desfez, devido a uma série de problemas que se apresentaram em suas dependências. Monteiro (2019) aponta que, em 29 de agosto de 1943, ou seja, pouco mais de cinco meses depois da inauguração, o jornal *A Noite* (RJ) relatava um surto de conjuntivite catarral verificado na Hospedaria Getúlio Vargas. Informa ainda que, no primeiro semestre daquele ano, havia sido registrado, naquela hospedaria do Alagadiço, 2.011 casos de conjuntivite catarral, sendo que a maior parte daqueles casos se concentrou em apenas um mês. Registra também que o elevado número de alojados na hospedaria e a ignorância de boa parte deles no que diz respeito aos preceitos de higiene eram as causas responsáveis pelo agravamento do problema.

No que concerne à alimentação, durante os depoimentos na CPI, o Dr. Ezequiel Burgos afirmava que era insuficiente e de qualidade duvidosa. Guillen afirma que o referido médico relatou sobre a comida distribuída nos pousos:

Se vem distribuindo um feijão duro, com arroz mais duro ainda, sem qualquer tempero. As verduras praticamente desapareceram, sendo a ração de carne distribuída apenas no almoço, insuficiente para um homem que recebeu 60 gramas de pão com 120 de café no primeiro almoço. Às 16 horas essa pobre gente recebe um baião de dois, sem tempero que, mesmo com excesso de fome não se pode ser tragado, resultando ter restos de comida onde o pessoal está passando fome. [...] Tem aumentado consideravelmente o número de hospitalizados, em grande parte devido à sub-alimentação. (1999, p. 220).

Tal quadro, obtido no decorrer dos depoimentos durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Batalha da Borracha, contrasta com a propaganda disseminada nos meios de comunicação, como foi o caso da seguinte matéria que informa sobre as condições alimentares nos pousos a serviço do SEMTA:

Quatro turmas de trabalhadores, compreendendo trinta e cinco homens cada turma, seguiram de Natal e de Mossoró para Fortaleza, de onde rumarão para os Estados do Pará e do Amazonas, para o serviço de extração da borracha. Pertencem aos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte e são animados pelo desejo de obter salários mais elevados, além de garantias dignas de apreço. Todos eles receberam roupas, calçados, chapéus, bornais. Quer nas hospedarias de Natal e de Mossoró, quer durante a viagem, têm alimentação farta, saborosa e sadia, orientando-se acerca da nobre missão de cooperadores dos aliados do Brasil, principalmente da grande e bela nação norteamericana, que está cooperando para que o labor do seringalista seja generosamente pago. (*A Ordem*, 1944, p. 4)

Martinello (2018) ressalta que, além da péssima alimentação oferecida nos postos, nos seringais a situação não se fazia diferente, uma vez que havia declarações de que lá se faltava tudo, inclusive alimentação. Além disso, verificou-se que, por falta de organização, muitos

alimentos tiveram que ser jogados ao rio, em Belém, de acordo com depoimento de Paulo de Assis Ribeiro, o próprio chefe do SEMTA. Quanto à assistência médica e sanitária, a atuação do SESP não se mostrou suficiente, uma vez que, de acordo com o depoimento do Dr. Ezequiel Burgos, o grande número de óbitos nas hospedarias foi resultado da falta de assistência médica naqueles locais.

Além disso, nos dizeres de Martinello,

A crítica mais frequente que foi imputada ao referido órgão, foi a de ter prestado boa assistência nos acampamentos, nas cidades e nos centros de saúde, descurando as regiões mais distantes e principalmente os seringais. De fato, foi levada a efeito uma obra de drenagem, instalação de esgotos e de sistemas de abastecimentos de água nas principais cidades, como Belém, Manaus, Porto Velho, etc., mas estes centros se afiguravam como verdadeiras ilhas paradisíacas em relação a hinterlândia e principalmente aos seringais, onde, segundo testemunhas, a malária grassava até mesmo entre os animais. (2018, p. 320).

Em seu relatório final, a CPI da Batalha da Borracha não se considerou capaz de apontar o número aproximado dos que morreram na Batalha da Borracha. No entanto, para alguns dos envolvidos nessa batalha, o número de mortos foi consideravelmente alto. Martinello (2018) discorre que, de acordo com Pimentel Gomes (encarregado do Serviço de Imigração no Território do Acre) havia morrido muita gente. Segundo ele, houve famílias que desapareceram em quase sua totalidade. Migrantes que tinham perdido no interior do seringal, em poucos meses, mulher e filhos. Viúvas, casais que haviam enterrado todos os filhos em um curto espaço de tempo. Inclusive, o próprio autor afirma não serem outros

Os depoimentos dos soldados da borracha por nós entrevistados. Famílias inteiras de soldados da borracha, compostas de seis a oito membros, faleceram nos seringais, em curto espaço de tempo, segundo informações fidedignas. (2018, p. 322).

O referido autor apresenta o depoimento de Francisco Paiva, natural da cidade de Corrente, Pernambuco. Casado e com cinco filhos, foi alistado em Palmeira dos Índios, Alagoas, e passou por situações desesperadoras:

Ainda na hospedaria da Tapaná, assistiu a morte de dois filhos menores, em janeiro de 1945. Em abril, já no seringal, morreu-lhe a esposa e, em maio, mais uma filha menor, arrebatada de uma rede por uma onça, enquanto ele e seus dois filhos maiores se encontravam na mata para o corte da seringa. Embora contando apenas com três membros dos sete de que se compunha a família, Seu Francisco não se deixou abater; continuou a sua luta na seringa. Trabalhou mais dois anos no corte, amealhando mingüado saldo de Cr\$ 170,00. Foi então que a tragédia, sempre à espreita, se

abateu mais uma vez sobre a sua família, desta feita com a morte de um dos dois filhos sobreviventes, causada por uma picada de cobra. Desanimado pela fatalidade que se abatera sobre seus entes queridos e sem esperança de vencer na Amazônia, apesar de todos os seus esforços e coragem, regressou a Manaus, derrotado e ainda com o coração amargurado pela lembrança da tragédia. Seu único pensamento, então, era o de poder voltar para o Nordeste. (MARTINELLO, 2018, p. 323).

Além dos infortúnios provocados pelas doenças e mortes (fossem no percurso ou já nos locais de trabalho), havia ainda a problemática do não cumprimento do contrato de trabalho. Nesse sentido, Costa (2015) nos apresenta que, em depoimento, ao ser questionado sobre as garantias trabalhistas, o médico Ezequiel Burgos, que também era diretor de um dos campos de concentração em Belém, informou que tais garantias não existiam, e que, ao solicitar providências em prol de um soldado da borracha que havia se acidentado, nada foi feito em favor do mesmo. Além disso, ainda relatou não acreditar que os contratos de trabalho estivessem sob qualquer fiscalização de alguma autoridade, pois, segundo ele, eram unânimes os que diziam que os tais contratos eram confiscados ou desapareciam quando os trabalhadores chegavam aos seringais.

Inclusive, o autor afirma que um dos fatores que contribuía para a inexistência dessa fiscalização era a falta de funcionários nas repartições encarregadas de tais serviços e as disputas de poder.

Outro problema que se verificou, além das doenças, mortes, exploração e falta de fiscalização, foi em relação à localização dos trabalhadores nos seringais. O acordo firmado entre o SEMTA e os trabalhadores estabelecia que, no momento em que estes estivessem em condições de prover, por conta própria, sua família, esta seria encaminhada para as localidades onde os soldados da borracha encontravam-se em serviço, já que, enquanto não chegasse o momento oportuno para tal deslocamento, esses familiares ficavam amparados pelo auxílio financeiro proveniente daquele órgão (SEMTA), como foi largamente difundido pelas várias edições do jornal potiguar *A Ordem*. Esse jornal, por exemplo, informava que centenas de famílias de diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte estavam recebendo aquele auxílio.

Passado um determinado período, o governo brasileiro passou a colocar em prática o deslocamento das famílias dos soldados da borracha para a Amazônia. No entanto, devido à provável desorganização dos órgãos envolvidos na alocação daqueles trabalhadores nos seringais (SAVA e DNI), não havia informações exatas sobre o paradeiro de muitos daqueles soldados. A esse respeito, Guillen observa que

Nesse momento queria o poder Executivo ver-se livre de toda a assistência à família dos migrantes recrutados, e oferecia às famílias passes de viagem para a Amazônia. Alegava-se que não se podia mais sustentar as famílias, se os maridos já estavam colocados nos seringais e, portanto, ganhando o suficiente para fazê-lo por conta própria. Mas onde estavam esses maridos? Poucas sabiam, e o jornal *O Acre*, de

Rio Branco, curiosamente anunciava em suas páginas que as cartas destinadas aos trabalhadores da borracha, enviadas para o Departamento de Produção do Acre, aguardavam que seus destinatários viessem buscá-las, pois o órgão, que era responsável pela colocação dos trabalhadores nos seringais, também não sabia como localizá-los. (1999, p. 231).

De acordo com Secreto (2007), o fim do pagamento do auxílio financeiro às famílias dos trabalhadores se deu com a própria extinção do SEMTA. O ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, considerando que o SEMTA já havia organizado e posto em funcionamento os serviços de recrutamento de trabalhadores para a Amazônia, resolveu extinguir o órgão. Além disso, considerava necessário unificar os serviços administrativos e de controle, criando, para tais fins, a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), órgão esse ao qual cabia cumprir com as atribuições que competia ao SEMTA.

Martinello (2018) aponta que a extinção do SEMTA estava, na verdade, relacionada a desentendimentos entre aquele serviço e os demais órgãos envolvidos na Batalha da Borracha. Segundo ele, havia um ressentimento e má vontade por parte das agências brasileiras que atuavam na Amazônia, sob a jurisdição da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, para com o SEMTA, pois o Ministro João Alberto, deliberadamente, tomou para si a execução de uma função que estava sendo desempenhada pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), criando, assim, o SEMTA.

Como resultado disso, havia falta de cooperação e de sintonia entre os órgãos encarregados da tarefa de promover a imigração. Paulo de Assis Ribeiro, chefe do SEMTA, chegou a afirmar que todos os órgãos realizavam, sim, suas funções (SEMTA, SAVA, SNAPP), mas não havia cooperação entre eles. Dessa forma, mostrando-se inviável a execução dos serviços de imigração em dois ou mais setores, propôs-se a criação de um órgão que reunisse e executasse os trabalhos desempenhados pelo SEMTA e pela SAVA. Daí, foi criada a CAETA.

Essa nova Comissão, por sua vez, cortou o pagamento da assistência familiar, fazendo com que as mulheres escrevessem para o Presidente Vargas, apelando por humanidade e justiça. Secreto (2007) nos apresenta uma carta escrita por mulheres de Mossoró, na qual relatam o estado de calamidade das famílias que tiveram o pagamento cortado, e apelam para que Vargas olhe por aquelas famílias cujos chefes se empenharam em honrar a Nação:

Nos abaixo assinados esposas, mães, noivas e irmãs de trabalhadores que há mais de ano deixaram seus lares, afim de procurar melhores dias de vida no extremo norte do país, forçados pela situação de miséria que encontravam-se em sua terra natal, viajaram para a Amazônia, com esperanças de serem bem sucedidos e prestarem relevante serviço à pátria no combate ao inimigo comum, produzindo borracha para a vitória das nações unidas.

Desde a saída desses chefes de família, ficamos recebendo a importância de dois

cruzeiros. Esta quantia que recebemos no fim de cada mês, mesmo com a carestia da vida dava para irmos passando.

No dia 20 de junho do corrente ano foi cortado o auxílio assistidas pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, deixando na maior calamidade as famílias em grande parte numerosas, que tão longe se encontram de seus chefes.

Não acreditamos que Vossa Excia. possa ficar alheio a esta ação desumana que virá lançar à fome mais de 4.500 pessoas, cujos maridos, paes, irmãos, noivos, estão prestando relevante serviço à pátria, no desbravamento da Amazônia.

Sr. Presidente, V. Excia que tantos benefícios vem prestando ao Brasil, não poderá [deixar] de examinar minuciosamente tal medida, e, resolve-la de maneira que mais tarde saibamos agradecer-vos, como muitas outras que já recebemos de V. Excia em horas tão críticas para o nordeste brasileiro.

Sr. Presidente para melhor provarmos a quanto chega a nossa calamidade, só encontramos um meio, é, apelar para V. Excia demonstrando que poderá fazer uma mãe com oito filhos longe do marido, em muitos casos não sabemos se será vivo ou morto, casos de viuvez que já existe bastante na cidade de Mossoró e outras do Estado do Rio Grande do Norte, que por lei cabia a indenização de dez mil e oitocentos cruzeiros, de acordo com o código trabalhista do Brasil.

No entanto estas criaturas só receberam a título de gratificação a importância de mil cruzeiros, pela vida de seus esquecidos maridos, deixando dezenas de filhos menores na orfandade.

V. Excia não poderá aceitar tamanha desumanidade com criaturas que compõe um povo herói, o povo do Brasil.

Certas de que V. Excia saberá ouvir o grito de angústia de milhares de mães para não saber da notícia de que morreu de fome junto aos filhos longe de seus chefes. (SECRETO, 2009, p. 106-107)

A referida carta chegou às mãos do auditor jurídico da CAETA, José Maciel Luz. Acerca do posicionamento dele, Secreto nos informa que

Segundo o auditor, não cabia o reclamo feito pelas mulheres. Em primeiro lugar, diz não querer comentar a lamentável situação de miséria em que se encontravam e contra a qual se colocavam, porque esta precedia a ida dos maridos para a Amazônia, como elas afirmavam no telegrama. Dessa forma, a autoridade naturalizava a miséria no Nordeste e dos nordestinos. Essas mulheres estariam nessa situação antes ou depois da campanha da borracha, e a CAETA não se considerava responsável por elas serem pobres. (2007, p. 108).

A autora chama atenção para outra reclamação presente na carta das mulheres de Mossoró: a que dizia respeito à indenização por viuvez, uma vez que aquelas mulheres não estavam recebendo o devido valor. Como resposta, o auditor afirma que, no caso dos trabalhadores que morreram em serviço, como consequência do cumprimento de suas funções, suas respectivas famílias haviam disso indenizadas, mas que a CAETA não poderia pagar como acidente de trabalho por morte natural daquele trabalhador.

De acordo com Secreto (2007), a CAETA afirmava, em relatório de 1945, que, no início da Batalha da Borracha (1942), devido à urgência de trabalhadores nos seringais, o SEMTA havia dado preferência aos trabalhadores solteiros, mesmo que trabalhadores casados fossem recrutados e encaminhados. A respeito da atuação da CAETA, as famílias passaram a ser enviadas juntamente com seus chefes. As famílias passavam, assim, a ser responsáveis deles (os trabalhadores), enquanto a CAETA se livrava da obrigação de assisti-las. Já o desinteresse dos norte-americanos pela borracha brasileira, em virtude de sua baixa produtividade, resultou numa situação caótica. Não podendo pagar a assistência familiar, retomou-se a ideia da colonização da Amazônia, tentando-se, de todas as formas, enviar para lá as famílias dos seringueiros.

Foi daí, então, que surgiu o problema referente à localização dos trabalhadores, uma vez que a CAETA não sabia o paradeiro de todos eles, resultado da falta de cooperação entre o extinto SEMTA e os demais órgãos encarregados da imigração e da alocação dos trabalhadores nos seringais. Tal fato demonstra que, no intuito de cumprir urgentemente com a obrigação de enviar mão de obra em grande quantidade para a Amazônia em virtude da Batalha da Borracha (vale lembrar que a pretensão era enviar cerca de 50.000 trabalhadores para o serviço de extração do látex), não se pensou devidamente em como colocar em prática aquilo que havia sido proposto no que concerne aos direitos dos trabalhadores e aos seus familiares.

Diante disso, o resultado foi a ineficiência na comunicação entre os órgãos envolvidos na Batalha da Borracha, refletindo direta e negativamente sobre a situação dos trabalhadores e seus dependentes durante o período do esforço de guerra (como bem demonstra a carta das mulheres de Mossoró enviada a Getúlio Vargas) e depois dele, fato que fez desencadear a Comissão Parlamentar de Inquérito da Batalha da Borracha.

Mello, a respeito do descaso em que ficaram aqueles trabalhadores, comenta que

Desde 1945 que vimos pugnando pela melhoria das condições econômicas e sociais dos nordestinos na Amazônia. Já em 2 de janeiro de 1946, antes do escândalo da Batalha da Borracha ser discutido na Assembleia Constituinte, escrevíamos: 'Criou-se para o trabalhador da seringa o título pomposo de 'soldado da borracha', porém, para que êle ganhasse sua batalha, não lhe deram as armas de que precisava, nem os Altos Comandos dêsse exército da retaguarda resguardaram sua preciosa vida, como lhes competia'. (1956, p. 93).

Quanto aos representantes dos órgãos envolvidos nessa batalha, nota-se que, durante o caminhar da CPI, os mesmos não se sentiam responsáveis pela situação em que ficaram os trabalhadores após a guerra, e muito menos no decorrer dela, quando muitos soldados da borracha sofreram infortúnios dos mais diversos (exploração, doenças, mortes), alegando-se que tudo aquilo se justificava pelo fato de o Brasil se encontrar em estado de guerra, e que, por isso mesmo, nem o governo brasileiro nem os representantes da Batalha da Borracha podiam

ser responsabilizados pelo que aconteceu ou pelo que viesse a acontecer com aqueles soldados. Vê-se, dessa forma, que a Amazônia não se mostrou como o Eldorado que a propaganda tanto alardeava, e que as autoridades (fossem elas brasileiras, norte-americanas ou membros do SEMTA, CAETA, SAVA, entre outros) não cuidavam dos trabalhadores tanto assim.

Ao final, a CPI, após a tomada de alguns depoimentos, foi encerrada sem nada ter feito de concreto, além de tornar públicas e oficiais as falhas e a irresponsabilidade dos vários segmentos envolvidos no esforço de guerra, e para os quais nenhuma punição foi imprimida. Uma crônica de Rubem Braga retrata muito bem o resultado de tudo isso:

[...] Havia, certamente, aqui e ali, homens que se esforçavam e faziam até sacrifícios para trabalhar direito, mas a desorganização dos serviços era patente. Acusações gravíssimas eram feitas com frequência a funcionários deste ou daquele órgão. A burocracia da Coordenação brigava com as outras burocracias civis e militares, nacionais e estrangeiras. Aconteciam as piores coisas e em qualquer lugar que você chegasse lhe explicariam, sem falta, que o culpado estava em outro departamento do governo. Não era difícil calcular o que aconteceria: aqueles homens iam ser jogados ao desamparo no Interior da Amazônia. As rixas entre SAVA e SEMTA e não sei mais o que, só podiam dar nisso: no fim, todo mundo se retiraria muito feliz para outros altos empregos e lindas comissões e o nordestino que se danasse no fundo da mata. Ninguém poderia esperar que a batalha da borracha se desenvolvesse direitinho, bonitinha como no cinema. Mas houve um excesso de ineficiência e leviandade. Houve principalmente muita coragem em jogar com a vida de milhares de brasileiros – pobres diabos sacrificados numa luta de vaidades, ambições e politiquice. Acontece que no Brasil não há punições para essa espécie de crimes. A certa altura, todos lamentam o fato e tudo fica por isso mesmo, inclusive os mortos que continuam absolutamente mortos. (BRAGA apud MARTINELLO, 2018, p. 313-314).

Décadas depois do fim da Batalha da Borracha e da própria CPI, os soldados da borracha tiveram garantidos e concretizados algum tipo de remuneração pelos serviços prestados à Nação em tempo de guerra. Nas palavras de Renata Baars,

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, foi editado o Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, que autorizava a elaboração de um plano de assistência aos trabalhadores da borracha. Segundo o parágrafo único do art. 1º do referido Decreto-Lei, o plano deveria ser elaborado imediatamente. Se houve a elaboração de algum plano administrativamente, não foram encontrados registros. Quanto a garantias legais, apenas a partir da Constituição Federal de 1988 é que os seringueiros passaram a ter algum direito assegurado por Lei, qual seja: recebimento de pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos, transferível ao dependente carente, conforme art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (2009, p. 4).

Ou seja, quatro décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, os então ex- soldados da borracha foram oficialmente amparados por lei e tiveram acesso ao recebimento de uma

pensão, que, ainda segundo a mesma autora, ficou muito aquém em diversos aspectos aos direitos concedidos aos ex-combatentes que serviram à Força Expedicionária Brasileira (FEB), mesmo diante do fato de que

Pelo alto índice de mortalidade que se verificou entre esses trabalhadores [...], é inegável que o risco a que se submeteram é semelhante ao do soldado que foi para o fronte de batalha na Segunda Guerra Mundial. (BAARS, 2009, p. 10).

Algo parecido foi vivenciado por um dos potiguares que participaram da Batalha da Borracha. Trata-se de Nilton Mariz Brito, que, na época de sua entrevista ao jornal *Diário de Natal*, contava com 82 anos de idade e residia em São João do Sabugi, no Seridó potiguar. Segundo ele, “o ruim da gente ter fama de trabalhador é que todo serviço pesado coloca pra gente fazer”, o que já é um forte indicativo que o trabalho executado nos seringais não se constitui numa tarefa fácil. Em seu relato, ele conta que tinha 18 anos quando, em 1943, soube, através de um primo, que estavam recrutando homens para trabalhar nos seringais, tendo ido alistar-se no município de Serra Negra do Norte, também localizado no interior do Rio Grande do Norte (*O Diário de Natal*, 2007).

Conta ainda que seu trajeto para a Amazônia começou num caminhão, com mais nove companheiros, e que o primeiro passo dessa trajetória foi seguir até um hospital para passar por inspeção médica. Retornando para o alojamento, a comida havia acabado, tendo restado apenas feijão queimado. Como tinha levado 500 cruzeiros (dinheiro esse obtido através da venda de uma vaca), procurou uma pensão, onde ficou durante oito dias se alimentando, junto com seu primo Sales.

Em 7 de setembro de 1943, acabava no Pará a viagem que havia começado em 5 de maio. Chegando lá, conseguiu trabalho na roça no município de Carueri, trabalho no qual ficou por um período de oito meses e onde se dedicou ao desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar. Sobre esse ponto, é interessante observar que aqueles trabalhadores podiam passar meses esperando pelo momento de serem encaminhados para os seringais, e que durante esse período, era possível que conseguissem trabalho em outras funções antes de serem enviados para a extração da seringa.

Depois da temporada que passou no Pará, foi trabalhar na extração gomífera, onde ficou por três anos. No relato de Nilton Mariz Brito, é possível observar a cansativa rotina de trabalho na extração do látex: segundo conta, saía às cinco horas da manhã e só retornava às cinco horas da tarde, horário em que tinha a oportunidade de comer, mas só depois de preparar a refeição. Sobre a alimentação, afirma que não tinha outra coisa senão o que conseguia caçar enquanto estava na mata tirando borracha, como veado, capoeira, jacu e macaco.

Em 1947, quando veio embora, trouxe consigo apenas 11 contos de réis, e iniciou a jornada rumo ao Sertão Potiguar: de navio, viajou de Manaus até Belém, e de Belém para Fortaleza. De Fortaleza, Nilton viajou de caminhão até Patos, no estado da Paraíba, chegando

em sua cidade natal no dia 1º de agosto de 1947, contando com apenas 1 conto de réis. Após seu retorno, adoeceu seriamente, sendo diagnosticado com bronquite, e necessitou do auxílio financeiro de seu pai (que precisou vender uma vaca) para realizar o tratamento.

Apesar do que passou em sua trajetória como soldado da borracha e do pouco lucro que conseguiu trazer consigo ao retornar dos seringais, Nilton Mariz Brito afirma não ter se arrependido de ter participado do esforço de guerra, encarando essa experiência como uma aventura. Também informa que, devido ter sido considerado soldado da borracha, conseguiu uma aposentadoria com dois salários mínimos, como regia a Constituição de 1988.

Este sertanejo pode ser considerado como um exemplo daqueles que conseguiram, apesar das dificuldades enfrentadas, retornar para seu local de origem, enquanto outros não puderam realizar tal feito. Arrependimento não é, de fato, a definição do sentimento de todos os sertanejos que foram encaminhados para a Batalha da Borracha, tendo em vista que uma parte conseguiu construir uma vida melhor do que aquela que usufruíam nos seus sertões de origem, castigados pelas secas, pela ausência de projetos eficazes que permitissem sua permanência em seus municípios mesmo nos períodos de poucas chuvas, ou até mesmo pela má distribuição de terras.

O depoimento de Nilton Mariz Brito, por exemplo, deixa claro que ele não se arrependeu de ter participado daquela batalha, já que ela lhe permitiu ganhar experiência de vida. No entanto, outros não tiveram o mesmo destino, principalmente aqueles que perderam familiares, a saúde e a própria liberdade diante das dívidas contraídas nos barracões dos patrões-seringalistas.

Nesse aspecto, é relevante lembrar que foram os nordestinos os responsáveis pela incorporação do Acre ao território brasileiro, liderados por Plácido de Castro, e pelo “desbravamento” daquele território, na atividade extrativa da seringa, ainda na passagem do século XIX para o século XX. De acordo com Eurípedes A. Funes e Adelaide Gonçalves (2008), ao findar daquele processo “revolucionário”, os “soldados” nordestinos nada receberam em troca, e as terras ficaram para os patrões. Fazendo uma analogia entre a ida dos nordestinos para o território do Acre em períodos anteriores e sua ida durante a Segunda Guerra Mundial, Funes e Gonçalves nos dizem o seguinte:

O cenário é o mesmo, os personagens são semelhantes àqueles que ali fizeram a ‘revolução’ que incorporou o Acre ao território brasileiro. As razões pelas quais vão para a Amazônia são as mesmas, seja pela seca de 1942, pela vontade de ‘enricar’, de fazer a vida na Amazônia – um paraíso. As condições de trabalho não são diferentes daquelas a que foram submetidos os primeiros nordestinos que ali chegaram. Todavia, um novo personagem entra em cena – o soldado da borracha, assim como um outro apelo, esse de ordem patriótica, Borracha para a Vitória. (2008, s/p).

Esse apelo patriótico, no entanto, não trouxe glórias para muitos dos soldados que atenderam àquele chamado. Seu destino foi a solidão da selva, a morte nas estradas dos seringais e, por fim, o esquecimento. Segundo Funes e Gonçalves,

Terminado os confrontos nos campos de batalha na Europa, os patriotas da borracha continuaram a tombar nas trincheiras dos seringais; os que sobreviveram não foram tratados como heróis, não tiveram do que se vangloriar. Esquecidos no tempo, no inferno verde que purificou seus corpos, depois de mortos suas almas não terão vergonha de voltar ao Ceará. (2008, s/p)

Apesar de não ter sido o único para todos os que foram para a Amazônia, esse acabou sendo o destino de centenas e centenas de soldados da borracha, fossem eles potiguares, cearenses, paraibanos, ou até mesmo de outras regiões brasileiras. Ficaram desamparados pelo Estado brasileiro após a guerra, sem dinheiro, sem saúde e sem reconhecimento, engrossando as fileiras dos soldados sem nome e sem rosto, invisibilizados, senão pela mata, pela omissão daqueles que lhes prometeram tudo, mas não lhes entregaram nada. Mais uma vez.

ENTRE SECAS, PROMESSAS E MIGRAÇÕES: A SAGA DOS SOLDADOS DA BORRACHA

No decorrer desta narrativa, foi possível perceber que milhares de sertanejos nordestinos se viram envolvidos em diversos acontecimentos que marcaram profundamente suas vidas: o projeto de ocupação dos ditos “espaços vazios”, que nesta obra teve como foco o Vale Amazônico; a Segunda Guerra Mundial e, no contexto daquele conflito mundial, principalmente, no que se chamou de Batalha da Borracha.

Com o propósito de promover a ocupação e a exploração econômica racionais do espaço amazônico, o governo brasileiro, sob a liderança de Getúlio Vargas, convocou os nordestinos como mão de obra para colocar em prática aquele projeto, mostrando, inclusive, que aquela ação seria uma alternativa para as populações que viviam em dificuldades no Nordeste brasileiro, mostrando a Amazônia como a “Terra da Promissão”, o “Eldorado” brasileiro, que precisava ser inserido na vida econômica e social da Nação, de modo a extinguir qualquer ameaça que pudesse prejudicar a unidade nacional.

Além disso, ao transferir parte dos trabalhadores nordestinos para a Amazônia, amenizar-se-iam as tensões sociais que se faziam presentes no Nordeste, principalmente nos períodos de seca, quando as populações rurais se dirigiam em grande quantidade para as zonas urbanas em busca de auxílio, para a preocupação das autoridades e das populações citadinas. Dessa maneira, a migração nordestina para a Amazônia funcionaria em duas vertentes: diminuir os conflitos e tensões sociais no Sertão Nordestino, e promover a ocupação dos “espaços vazios”, afastando para cada vez mais longe a barbárie de um espaço que até então se fazia distante do contato com a “civilização” e do desenvolvimento econômico, isolado pelas suas distâncias geográficas, pela falta de transportes e de comunicação, e pela ocupação esparsa, que não permitia a fixação definitiva do homem ao solo.

Esses sertanejos, diante de vários motivos, tais como a Seca de 1942, as promessas de lucros e de terras na Amazônia, ou simplesmente (no caso de alguns) pelo sentimento de aventura, embarcaram nessa campanha que trouxe resultados dos mais diversos para aqueles trabalhadores. Muitos deles realmente conseguiram construir na Amazônia uma vida mais promissora do que aquela que tinham no Sertão Nordestino, vitimados pelas secas, pela falta de políticas eficazes que permitissem sua convivência com as estiagens e pela violência e injustiças sociais.

Outra parte desses trabalhadores, no entanto, não teve a felicidade de encontrar melhorias de vida nos seringais amazônicos, tendo em vista as enormes dificuldades que passaram a fazer parte do seu cotidiano naquelas localidades: doenças, falta de assistência médica, preços absurdos cobrados nos barracões, os perigos da própria natureza amazônica, falta de notícias dos familiares, isolamento, enfim, dificuldades das mais diversas, culminando, para muitos, na própria morte.

Destarte, vê-se que a propaganda do governo brasileiro, tão alardeada pelos meios de comunicação (notadamente, os jornais) em torno da Batalha da Borracha, não se constituiu completamente em realidade, uma vez que os benefícios prometidos para os soldados da borracha não foram cumpridos, os órgãos envolvidos na campanha não desempenharam de maneira eficiente seu papel para com os trabalhadores recrutados (a exemplo do SEMTA e da CAETA), nem o posterior reconhecimento pela disposição em atender ao apelo patriótico foi dedicado àqueles trabalhadores, que se empenharam nos bastidores de um conflito mundial, cuja função foi apresentada como sendo imprescindível para a vitória das forças aliadas.

O que se verificou, na realidade, foi o fracasso da Batalha da Borracha promovida no Brasil (já que não se conseguiu produzir látex na quantidade que se esperava), além do descaso a que ficou relegado considerável parte dos trabalhadores que foram enviados para o trabalho de extração gomífera e suas famílias que ficaram no Nordeste, desamparadas e sem notícias daqueles que foram ludibriados por uma propaganda que se mostrou enganosa em muitos aspectos.

Percebe-se, então, que, naquele momento, o governo brasileiro não se mostrou exatamente como o protetor de todos os trabalhadores, o Sertão Nordestino não era um mundo de padecimento por si só, os órgãos responsáveis pela Batalha da Borracha não asseguraram os direitos e a proteção aos seus soldados e seus familiares, e a Amazônia não representou o “Eldorado” para todos, tampouco foi – nem continua sendo – explorada racionalmente.

Chama atenção, ainda, o silenciamento acerca desses soldados da borracha, os mesmos que, supostamente, iriam reerguer a Amazônia e trazer glórias para a Nação. Talvez esse silenciamento tenha sido fruto da tentativa de esconder a situação de abandono à qual ficaram relegados. Afinal de contas, não seria glorioso registrar nos grandes feitos da pátria a situação precária em que eles viviam, ou o trabalho praticamente análogo à escravidão ao qual eram submetidos, como bem enfatizou Euclides da Cunha (2006), ao declarar que o seringueiro, ao adentrar as portas de um seringal (que pelo autor foi denominado de “paraíso diabólico”), estava a fulminar a si próprio, tendo em vista que lá o aguardava a mais criminosa organização do trabalho, fazendo do seringueiro um homem que trabalhava para se escravizar.

Por fim, só restou aos trabalhadores dos seringais preservar sua memória, fosse lutando na justiça pelo direito à aposentadoria como soldado da borracha – o que só veio a se concretizar com a Constituição de 1988 – ou pagar por uma fotografia emoldurada que revelasse seus rostos e corpos adornados aos moldes dos ex-combatentes, já que as autoridades da época ou as que vieram depois não se dignaram a fazê-lo. A esses soldados, reservou-se apenas, por muito tempo, os bastidores da História, permanecendo envoltos em névoa e escondidos pela floresta amazônica.

Afinal de contas, passada a Batalha da Borracha, que valor tinha um soldado que trajava roupas leves, chapéu na cabeça e segurava uma machadinha e um balde? Que glória merecia um flagelado da seca, desassistido desde seu solo de origem, enviado para os confins fronteiriços da civilização e da barbárie e abandonado, em muitos casos, à própria sorte? Deveria a trajetória

de um seringueiro/soldado da borracha vir à tona, ou continuar nos bastidores como um soldado desconhecido, até ser esquecido completamente? Ainda há uma grande e, talvez, impagável dívida para com aqueles heróis que por tanto tempo foram invisibilizados.

FONTES

BIBLIOTECA NACIONAL (BN) – HEMEROTECA NACIONAL

Coleção Digital – Jornal A Ordem

Esgotadas completamente as fontes de abastecimento d'água em Angicos: urgentes providências pede a população daquela cidade às autoridades competentes. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01889, 29 de jan. de 1942. p. 1.

As repercussões da crise em Caraúbas. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01903, 18 de fev. de 1942. p. 1.

O prefeito de Apodi faz um apelo por intermédio do A Ordem. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01956, 24 de abr. de 1942. p. 1.

O flagelo da seca: novos clamores dos prefeitos do interior; açude para Lages; crédito para as obras dos vales úmidos. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01994, 9 de abr. de 1942. p. 1.

A aflição dos nossos sertanejos diante em face da seca: depoimento do vigário de Currais Novos. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01933, 25 de mar. de 1942. p. 1.

A aflição dos nossos sertanejos diante em face da seca: depoimento do vigário de Currais Novos. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01933, 25 de mar. de 1942. p. 1.

Um crédito de 16 mil contos para obras de emergência no Nordeste. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01938, 31 de mar. de 1942. p. 1.

A seca e a fome no sertão: apelos veementes do governo do Estado ao presidente da República e altas autoridades do país. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01943, 8 de abr. de 1942. p. 1-4.

Um apelo angustiado vindo do sertão: carta aberta. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 02200, 25 de fev. de 1943. p. 1.

Socorro aos flagelados. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01952, 18 de abr. de 1942. p. 1.

Socorro aos flagelados. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01962, 2 de mai. de 1942. p. 1.

Socorro aos flagelados. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01951, 17 de abr. de 1942. p. 1.

O problema da mendicância. **A Ordem**, Natal, ano VII, nº 01984, 29 de mai. de 1942. p. 1.

Soldados para a Batalha da Borracha. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02403, 4 de nov. de 1943. p. 4.

Trabalhadores para a Amazônia. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02293, 23 de jun. de 1943. p. 4.

O clero anima a “Batalha da Borracha”: o pe. Hélder Câmara faz discursos, em Mossoró, na praça pública. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02207, 5 de mar. de 1943. p. 1.

Seguiram, anteontem, de Macau, 150 trabalhadores para a Batalha do Amazonas. **A Ordem**,

Natal, ano VIII, nº 02249, 30 de abr. de 1943. p. 2.

O sacerdote e o esforço de guerra no Brasil. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02285, 14 de jun. de 1943. p. 1.

O nordestino que vai para a Amazônia não é mais uma mercadoria consignada à morte. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02394, 21 de out. de 1943. p. 1 e 4.

Os nordestinos vão colaborar na Batalha da Borracha. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02210, 11 de mar. de 1943. p. 1.

Notas diversas. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02227, 31 de mar. de 1943. p. 1.

O município de Apodi envia a primeira turma de trabalhadores para a “Batalha da Borracha”. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02277, 4 de jun. de 1943. p. 4.

Chegaram a Manaus mais de 800 soldados da borracha. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02320, 28 de jul. de 1943. p. 3.

Mais 110 soldados da borracha seguiram para os seringais. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02328, 5 de agosto de 1943. p. 3.

Mais 110 soldados da borracha seguiram para os seringais. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02328, 5 de agosto de 1943. p. 3.

O nordestino que vai para a Amazônia não é mais uma mercadoria consignada à morte. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02394, 21 de out. de 1943. p. 1 e 4.

Um completo êxito a atividade da CAETA em Natal, no ano de 1943. **A Ordem**, Natal, VIII, nº 02447, 5 de jan. de 1944. p. 3.

Hospedaria dos Flagelados. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 2097, 17 de out. de 1942. p. 3.

Trabalhadores para a Amazônia: salários elevados e trabalho protegido pelo governo. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02500, 9 de mar. de 1944. p. 4.

Brasileiros! Produzir borracha é obra patriótica e fortalece a economia particular. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 02291, 21 de jun. de 1943. p. 3.

Trabalhadores para a Amazônia: salários elevados e trabalho protegido pelo Governo. **A Ordem**, Natal, ano VIII, nº 002500, 9 de mar. de 1944. p. 4.

Coleção Digital – Jornal O Acre

Soldado desconhecido. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00684, 7 de mar. de 1943. p. 1.

Borracha e mais borracha. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00696, 30 de mai. de 1943. p. 1.

O Titan da Vitória. O Acre, Xapuri, ano XIV, nº 00743, 23 de abr. de 1943. p. 2. Arigó. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00744, 30 de abr. de 1944. p. 4.

O seringueiro e o repovoamento da Amazônia: como fixar o trabalhador adventício, assegurando a estabilidade dos novos núcleos de população. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00717, 23 de out. de 1943. p. 8.

Pimentel Gomes. Eldorado. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00676, 10 de jan. de 1943. p. 6.

José de Castro Pacheco. O Acre que eu vi... **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00689, 10 de abr. de 1943. p. 4.

Fala ao “O Acre” a expedição médico-dentária que regressou do Abunã. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00686, 21 de mar. de 1943. p. 1.

Quintino Araujo. O momento. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00688, 4 de abr. de 1943. p. 4.

Paraquedistas na batalha da borracha: desbravadores aéreos serão lançados de aviões na selva; Um plano gigantesco da colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00694, 16 de mai. de 1943. p. 3.

Sulcam as águas da Amazônia novos navios, centenas de lanchas novas: o esforço realizado pela Rubber Development Corporation. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00720, 14 de nov. de 1943.

É titânica a batalha no front da borracha: víveres, utensílios, espingardas e anzóis são despejados, às toneladas, em todos os rios do “Inferno Verde” por centenas de aviões de grande capacidade de carga da “Rubber Development Corporation” – Como estão sendo resolvidos os problemas de saneamento e da alimentação. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00706, 8 de ago. de 1943. p. 1.

O plano da borracha e o saneamento da bacia do Amazonas: é o maior empreendimento dessa natureza montado na América do Sul. **O Acre**, Xapuri, ano XIV, nº 00742, 19 de abr. de 1944. p. 4.

LABORATÓRIO DE IMAGENS – LABIM

Coleção Digital – Jornal O Diário de Natal

Ceará-Mirim e Nova Cruz colaboram no esforço de guerra: o SEMTA recebe as primeiras turmas de soldados da borracha procedentes desses municípios. **O Diário de Natal**, Natal, ano V, nº 596, 29 de nov. de 1943. p. 2.

O Rio Grande do Norte contribui para a vitória das Nações Unidas. **O Diário de Natal**, Natal, ano V, nº 598, 1º de dez. de 1943. p. 8.

O aproveitamento dos trabalhadores na Amazônia: novos embarques durante a semana. **O Diário**

de Natal, Natal, ano V, nº 700, 11 de abr. de 1944. p. 6.

“Sobre a borracha caminha a guerra moderna”. **O Diário de Natal**, Natal, ano V, nº 446, 1º de jun. de 1943. p. 1.

Mais borracha para a vitória! Declara o presidente Vargas iniciando o mês da borracha. **O Diário de Natal**, Natal, ano V, nº 449, 5 de jun. de 1943. p. 3.

O beneficiamento industrial da maniçoba no Nordeste. **O Diário de Natal**, Natal, ano VI, nº 928, 18 de janeiro de 1945. p. 2 e 4.

F. Gomes. Um sertanejo nos seringais da Amazônia. **O Diário de Natal**, Natal, 8 de abr. de 2007.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL – SIAN

Livro Histórico do SEMTA, 30 de novembro de 1942 a 31 de maio de 1943, Caixa 5, Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Acordo, 21 de dezembro de 1942, Caixa 5, Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base a informações e publicidade, Caixa 5, Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

Esquema dos Departamentos do SEMTA e suas atribuições, Caixa 5, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Adiantamento para despesas, 18 de maio de 1943, Caixa 4, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Pessoal responsável pelos serviços do SEMTA, Caixa 5, Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Instruções de Serviço, Caixa 5, Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Ordem de serviço, Caixa 4, Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Histórico de Implantação do SEMTA, Caixa 5, 22 de dezembro de 1942 a 1º de fevereiro de 1943, Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Lista de trabalhadores chegados a Belém de 20 de fevereiro a 6 de junho de 1943 nos seguintes

navios: Almirante Alexandrino, Pará, Itapuhy, Itaimbé e Pedro II, Caixa 5, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Relação dos trabalhadores chegados a Belém pelo vapor “Itapuí”, em 12/08/1943, Caixa 5, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Relação dos trabalhadores chegados a Belém pelo vapor “Itapuí”, em 22/08/1943, Caixa 5, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

Relação dos trabalhadores chegados a Belém pelo vapor “Itapuí”, em 07/09/1943, Caixa 5, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.

SITES

BARROS, João Alberto Lins de. Disponível em: <http://www.fgv.br/cp-doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>. Acesso em: 11 jan. 2021.

RIBEIRO, Paulo de Assis. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/paulo-de-assis-ribeiro-2>. Acesso em 11 jan. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO (SAVA).

Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/143820-cria-a-superintendencia-de-abastecimento-do-vale-amazunico-s-a-v-a-e-du-outras-providencias.html#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20criada%20a%20Superintend%C3%AAncia,vale%20Amaz%C3%B4nico%2C%20em%20face%20do>. Acesso em 12 jan. 2021.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Edições MMM, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino**. In: Revista Observatório Itaú Cultural, n. 25, p. 21-35, mai./nov. 2019. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-25-serto-es-imaginarios-memorias-e-politicas>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezy; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 148 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinícius. **Soldados da borracha: os heróis esquecidos**. Fortaleza: Irê Brasil, 2015.

ARÓSTEGUI, Julio. Método e técnicas na pesquisa histórica. In: _____. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006. p. 513-558.

BAARS, Renata. **Comparação entre os direitos dos Soldados da Borracha e dos Ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial**. Brasília, 2009.

BAGNATO, Maria Helena Salgado; RENOVATO, Rogério Dias. **O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960)**. In: Educar em Revista, n. 2, p. 277-290, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/fzSvsX-TbHMhTmGpyPdYTdMC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BARBOSA, Orris. **Secca de 32: impressões sobre a crise nordestina**. Rio de Janeiro: Adersen-Editores, 1935.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Entre narrativas, usos e abusos: migrações de cearenses para a Amazônia (1877-1945). In: CÂNDIDO, Tyrone A. P.; NEVES, Frederico de Castro. (org.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017. p. 143-158.

BARONE, João. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. In: LPH – Revista de História da UFOP, n. 15, p. 1-23, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321024813_A_Historia_Social_seus_significados_e_seus_caminhos. Acesso em: 15 jun. 2021.

BARROS, José D'Assunção. **História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares**. In: OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://>

www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/17338/12548. Acesso em: 15 jun. 2021.

BARROS, José D'Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas. In: _____. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. p. 179-252.

CÂMARA, Anfiloquio. **Cenários municipais (1941-1942)**. Natal: Oficinas do D.F.R.P, 1943. Disponível em: <http://edufn.ufrn.br/handle/123456789/2203>. Acesso em: 31 out. 2020.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste**. 118 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre federal, 1904/1918**. 257 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia (1940-1945)**. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2015.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CUNHA, Tuylla R. T. da. **Guerra, sertão e memória: os pracinhas sertanejos e os soldados da borracha na Segunda Guerra Mundial**. 98 f. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em História dos Sertões, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2018.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: GOMES, Ângela de Castro (et al.). **O Brasil republicano**, tomo III: sociedade e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 77-120.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

FUNES, Eurípides A.; GONÇALVES, Adelaide. Eldorado no Inferno Verde: “Quem vive no inferno se acostuma com os cães”. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

FURLIM, Marcelo; AGUIAR, Rafael Henrique Colavite de. **As vias do ultraconservadorismo entre 1935 e 1945: o jornal A Ordem – RN**. In: Cadernos de Educação, v.17, n. 35, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/9350>. Acesso em: 05 jul. 2020.

GARFIELD, Seth. **A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a02v2957.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 41-89.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza, DNOCS, 1981.

GUERRA, Paulo de Brito. **Flashes das secas**. Fortaleza, DNOCS, 1984.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cidadania e Exclusão Social**: A História dos Soldados da Borracha em Questão. In: Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 69-82, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17191>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Campinas: 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBBSAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: _____. **A era dos extremos**. Companhia das Letras, 1995. p. 113-143.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico – “história dos conceitos e história social”. In: _____. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2006. p. 97- 118.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte**: apontamentos teórico metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. In: Revista Bilros. v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>. Acesso em: 05 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó**: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Basanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MACEDO, Kárita Bernardo de. **O “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” entra em cena**: novas abordagens para uma Política de Boa Vizinhança. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia. p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/o-201coffice-of-the-coordinator-of-inter-american-affairs201d-entra-em-cena-novas-abordagens-para-uma-politica-de-boa-vizinhanca>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. **“Farinha ou Revolução”**: ações em massa de retirantes nas províncias do Norte do império (1877-1889). Volume 3, 2019. Disponível em: https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=415. Acesso em: 27 jan. 2020.

MÄDER, Maria Elisa. **Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX**. História Unisinos, São Leopoldo, v. 12, fascículo 3, p. 262-270, 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/histo>

ria/article/view/5435. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: Edufac, 2018.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

MELLO, Alcino Teixeira de. **Nordestinos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MELLO, Protásio Pinheiro de. **Contribuição norte-americana à vida natalense**. Natal, 1993.

MELO, Rosana Karla Bezerra de. **A Ordem: jornal, gente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964)**. UFRN, 2002. Monografia para a conclusão da disciplina Pesquisa Histórica II do curso de História.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **Caicó: subsídios para a história completa do Município**. 2ª edição (1ª edição 1944), Natal: Sebo Vermelho, 1999. p.89.

MONTEIRO, Renata Felipe. **Deslocados da seca: o cotidiano dos flagelados na Hospedaria Getúlio Vargas e a migração para diversas paragens (1943-1959)**. Disponível em: www.snh2019.anpuh.org. Acesso em: 16 jul. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « **O Sertão** », Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 29 Junho 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341

MORAIS, Patrícia Wanessa de. **As colunas da ordem: imprensa, identidade e atuação política da Igreja Católica norte-rio-grandense (1935-1936)**. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23873>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MURARI, Luciana. O deserto e as distâncias: cultura e natureza nas representações da nacionalidade brasileira. In: _____. **“Brasil, ficção geográfica”**: ciência e nacionalidade no país D’os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p. 45-97.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres?** In: Revista Trajetos, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28605>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral de Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932)**. In: Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995. Disponível em: www.anpuh.org. Acesso em: 28 jan. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas**. In: Revista Brasileira de História, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006. Acesso em: 28 jan. 2020.

NICOLAZZI, Fernando. Sobre a distância em Os sertões: o olhar, o tempo, a representação. In: _____. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre casa-grande e senzala e a**

representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 189-269.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: Sandro Dutra e Silva (et al.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 21-40.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto; MACHADO, Nathalia Menezes. **Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos**. In: Cadernos CEPEC/UFPA, v. 1, nº 1, p. 4-35, fev.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6773/5365>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PEDREIRA, Flávia de Sá. Natal era só festa? In: _____. **Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal**. Natal: Editora da UFRN, 2012. p. 113-177.

PENALVA, Liozina Kauana de Carvalho. **A invenção da Amazônia, de Neide Gondim**. In: Revista de Letras Norte@mentos. V. 12, n. 28, p. 81-91, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/2672/2422>. Acesso em: 21 jan. 2021.

QUEIROZ, Raquel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

REMOND, René. Do político. In: _____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RUDÉ, George F. E. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra (1730-1848)**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALLA, Thiago Mio. A vida sertaneja entre a ficção e o testemunho: os “Quadros e costumes do Nordeste” de Graciliano Ramos. In: Sandro Dutra e Silva (et al.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 247-266.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, p. 217-243, 2011. Disponível em: <http://ojs.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6275/5134>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Sandro Dutra e; TAVARES, Giovana Galvão; SÁ, Dominichi Miranda de; FRANCO, José Luiz de Andrade. A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930- 1940). In: Sandro Dutra e Silva (et al.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 63-90.

SOUZA, Candice Vidal e. A fronteira no Brasil: desdobramentos do imaginário sobre o vazio-sertão. In: _____. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 135-158.

SOUZA, Diêgo Nascimento de. **Entre saques e multidões: efeitos da seca de 1953 no cenário urbano de Currais Novos**. 2012. 59 f. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em História do Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2012.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. Natal: EDUFRN, 2018.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**: cenas da seca do Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. **Uma história não contada**: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza-Ceará. Disponível em: www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.717-730.pdf. Acesso em 10 abr. 2018, às 15:35.

VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. In: **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, Vol. VIII, 1941. p. 77-81. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view>. Acesso em 09 set. 2020.

VARGAS, Getúlio. Discurso de Fortaleza, proferido em outubro de 1940. In: **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, Vol. VIII, 1941. p. 95-96. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view>. Acesso em 09 set. 2020.

A PRESENTE OBRA, QUE ABORDA A PARTICIPAÇÃO DE SERTANEJOS PORTUGUESES NO EXÉRCITO DA BORRACHA, NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, DESTACA QUE ESSES PERSONAGENS, AO SEREM ENVIADOS AOS SERINGAIS AMAZÔNICOS NO PERÍODO EM QUESTÃO, ESTAVAM INSERIDOS EM PROJETOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS. TAIS PROJETOS OBJETIVAVAM AMENIZAR AS TENSÕES SOCIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO, PROVOCADAS PELAS DIFICULDADES EM DECORRÊNCIA DAS SECAS, E PROMOVER A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS CONSIDERADOS "VAZIOS" DO VASTO TERRITÓRIO BRASILEIRO, COMO OS SERTÕES AMAZÔNICOS. DESSA MANEIRA, A OBRA APRESENTA A FORMA COMO OS SERTÕES (SEJAM OS NORDESTINOS, SEJAM OS AMAZÔNICOS) ERAM INTERPRETADOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930-1940, E COMO A SECA DE 1942, EM ESTADOS DO NORDESTE, E O CENÁRIO BELIGERANTE INTERNACIONAL CONTRIBUÍRAM PARA COLOCAR EM PRÁTICA O PROJETO DE POVOAMENTO DO VALE AMAZÔNICO, CONTANDO, PARA ISSO, COM A ATUAÇÃO DO SEMTA E DA IMPRENSA NACIONAL.